

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS
(VERSÃO CORRIGIDA)

FERNANDO DE SOUZA PEREIRA DA SILVA

A Nomenclatura Gramatical Brasileira na sala de aula

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS
(VERSÃO CORRIGIDA)

FERNANDO DE SOUZA PEREIRA DA SILVA

A Nomenclatura Gramatical Brasileira na sala de aula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela de Araújo

De acordo: _____

São Paulo

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernando de Souza Pereira da Silva

A Nomenclatura Gramatical Brasileira na sala de aula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela de Araújo

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, por terem me ensinado
que o maior aprendizado é o
amor.*

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo suporte financeiro que possibilitou a realização deste trabalho, bem como os estudos no Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional – PROFLETRAS.

À querida Prof.^a Dr.^a Mariângela de Araújo, por compartilhar seus conhecimentos, pela confiança, pela serenidade com que me orientou em todas as etapas desta pesquisa.

Aos queridos docentes do PROFLETRAS, turma II, Prof.^a Dr.^a Maria Helena da Nobrega, Prof.^a Dr.^a Norma Seltzer Goldstein, Prof.^a Dr.^a Rosane de Sá Amado, Prof.^a Dr.^a Elis de Almeida Cardoso Caretta, Prof.^a Dr.^a Vima Lia de Rossi Martin, Prof.^a Dr.^a Neide Luzia de Rezende, Prof. Dr. Emerson da Cruz Inácio, Prof.^a Dr.^a Maria Zilda da Cunha, Prof.^a Dr.^a Zilda Aquino e Prof.^a Dr.^a Maria Inês Batista Campos, pela maestria com que conduziram todo esse processo, por dividirem aquilo que sabem, por terem me tornado melhor como profissional e pessoa.

Às professoras da banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a Elis de Almeida Cardoso Caretta e Prof.^a Dr.^a Ieda Maria Alves, pela dedicação na leitura do meu relatório, pelas valiosas contribuições a este trabalho.

Aos amigos do PROFLETRAS, turma II, André, Ângela, Elaine, Elisa, Fernando Pimenta, Francesco, Patrícia e Uilma, pela parceria, pela amizade, pelo companheirismo, e, em especial, a Daniel, Gabriela, Helen e Jussara, pelos trabalhos em grupo, em trio e em dupla, pelas risadas, pelas lágrimas, pelo carinho. Não nos afastemos!

À direção, à coordenação e aos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Eda Mantoanelli, em especial, ao professor Ronaldo Rodrigues.

Aos meus alunos, o motivo de eu ter cursado este mestrado, por me fazerem acreditar no futuro, por me desafiarem a ser melhor.

À minha mãe pelo apoio, pelas orações, e ao meu pai (*in memoriam*) por me inspirar, por viver em mim.

À minha amada Vivian, pela paciência, por acreditar em mim, por me motivar, por me iluminar.

A Deus, senhor de todas as coisas, a definição do que é o amor, razão do meu viver, o meu tudo. “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.” (Romanos 11:36).

Quem sabe o significado das palavras vive mais densa e
duplamente. Vive quando vive e vive quando palavreia.

Affonso Romano de Sant' Anna

RESUMO

Em todas as disciplinas do currículo escolar são utilizados termos específicos nas aulas. No caso da disciplina de Língua Portuguesa, a terminologia gramatical é utilizada para referir-se à própria língua. Essa terminologia é tradicionalmente denominada Nomenclatura Gramatical Brasileira e conhecida como NGB. Esta pesquisa discute a terminologia gramatical da Língua Portuguesa utilizada na sala de aula do ensino fundamental II e tem como objetivo geral verificar como o aluno, ao chegar no 9.º ano, compreende essa terminologia. Com a finalidade de se chegar ao objetivo geral, por meio de pesquisa de campo, foi aplicado um questionário com termos gramaticais referentes às classes de palavras, a fim de verificar como os estudantes definiriam tais termos, pois são palavras que fazem parte do universo escolar dos alunos, estão inseridas no discurso didático e pedagógico da sala de aula e constam dos livros didáticos utilizados por eles ao longo dos anos escolares. O questionário apresentado trouxe os termos e um espaço em branco para os alunos colocarem o significado de cada um, da maneira como eles os entendem. O trabalho seguiu um percurso semasiológico, ou seja, partiu da designação já estabelecida para o conceito. As definições deles foram analisadas, de forma a averiguar se expressam adequadamente os conceitos observados. Para verificar o que se esperaria dos alunos, foram analisadas as definições presentes nas gramáticas, nos livros didáticos, bem como os conceitos etimológicos dos termos. Como esta pesquisa faz parte de um programa de Mestrado Profissional, ela tem a pretensão de oferecer propostas para o trabalho em sala de aula com essa terminologia, de modo a levar os contributos dos estudos lexicológicos e terminológicos à escola. Os resultados apontam que os alunos têm dificuldade para entender a terminologia gramatical usada nas aulas. Nesse sentido, a pesquisa demonstra a necessidade de se produzir materiais voltados ao ensino e intervenções didáticas que propiciem, de maneira mais eficaz, o entendimento e a apropriação pelos estudantes dos conceitos estudados e utilizados por eles.

Palavras-chave: Nomenclatura Gramatical Brasileira; Terminologia Gramatical; Ensino.

ABSTRACT

In all subjects of the curriculum are used specific terms in class. In the case of discipline of Portuguese Language, grammatical terminology is used to refer to own language. This terminology is traditionally called Brazilian Grammatical Nomenclature, known as NGB. This research discusses the terminology of the Portuguese language used in the classroom of elementary school II and has the general objective to verify how the student to reach the 9th grade, understand this terminology. In order to reach the overall goal, through field research, a questionnaire was applied with grammatical terms referring to the words classes in order to verify how the students would define such terms, because these words are part of the school context and student context. They are inserted in the didactic and pedagogical discourse of the classroom and they are found in textbooks used by them over the years. The questionnaire presented brought the terms and a blank space for the students to put the meaning of each one, the way they understand them. The work followed a semasiological route, therefore from designation already established for the concept. The definitions of students were analyzed to see if express adequately the concepts analyzed. To verify what the would expected of students, additionally, it were analyzed the definitions presents in the grammar books, in textbooks, as well as the etymological concepts of terms. As this research is part of a Professional Master's program purports to offer proposals for work in the classroom with this terminology, to take contributions from lexicological and terminological studies to school. The results show that students have trouble understanding the grammatical terminology used in class. In this sense, the research demonstrates the need to produce materials geared to teaching and educational interventions that provide, more effectively, understanding and ownership by the students of the concepts studied and used by them.

Keywords: Brazilian Grammatical Nomenclature; Grammatical terminology; Teaching.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: Terminologia e NGB	15
1.1 O que é terminologia?	15
1.2 A Teoria Geral da Terminologia (TGT)	17
1.3 A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)	18
1.4 Palavra, vocábulo e termo	19
1.5 Nomenclatura x Terminologia	19
1.6 O que é NGB?	21
1.7 A implementação da NGB	22
1.8 A origem greco-latina dos termos gramaticais da NGB	25
Capítulo 2: NGB e ensino	31
2.1 O que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a NGB?	31
2.2 A NGB no currículo de São Caetano do Sul	35
2.3 NGB nas gramáticas	38
2.4 NGB nos livros didáticos	47
Capítulo 3: NGB na escola	63
3.1 Caracterização do público pesquisado	63
3.2 Contexto da pesquisa	64
3.3 Os questionários e sua aplicação	65
3.4 Análise das respostas sobre o termo <i>substantivo</i>	66
3.5 Análise das respostas sobre o termo <i>artigo</i>	69
3.6 Análise das respostas sobre o termo <i>adjetivo</i>	72
3.7 Análise das respostas sobre o termo <i>numeral</i>	75
3.8 Análise das respostas sobre o termo <i>pronome</i>	78
3.9 Análise das respostas sobre o termo <i>verbo</i>	81
3.10 Análise das respostas sobre o termo <i>advérbio</i>	84
3.11 Análise das respostas sobre o termo <i>preposição</i>	87
3.12 Análise das respostas sobre o termo <i>conjunção</i>	89
3.13 Análise das respostas sobre o termo <i>interjeição</i>	92
3.14 Proposta de Intervenção	94
Considerações finais	103
Referências	107
Apêndice	110
Anexos	114

INTRODUÇÃO

Apresentação

Esta pesquisa tem como tema central o uso da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em sala de aula. É um estudo sobre a apropriação dos termos gramaticais da Língua Portuguesa pelos alunos do ensino fundamental II. Surgiu como necessidade de problematizar a relação dos estudantes com a terminologia gramatical utilizada no cotidiano escolar, nas situações de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, uma vez que, desde muito cedo, os educandos entram em contato com a NGB. A questão que norteia esta pesquisa é: como os alunos do 9º ano do ensino fundamental compreendem a terminologia gramatical da Língua Portuguesa? Esses alunos ouvem, leem, escrevem, utilizam essa terminologia ao longo dos anos escolares, mas será que se apropriaram de seus significados? Esses termos fazem sentido para os estudantes ou ainda soam como algo abstrato e distante? Devido a nossa experiência com a docência no 9.º ano, partimos da hipótese de que essa terminologia seja pouco assimilada pelos alunos, talvez porque as pesquisas desenvolvidas dentro da academia ainda estejam distantes do ensino da língua. Consequentemente, ainda não se tenham criado número razoável de propostas e materiais que tenham como objetivo suprir a necessidade de estudos e discussões dessa terminologia em uma perspectiva escolar.

Justificativa

Há quem considere que, para o aluno, a terminologia não tem importância, que não é primordial na aprendizagem e uso da língua, que o professor é quem deve dominá-la apenas, todavia ao serem observados editais de concursos públicos percebe-se que essa terminologia se faz presente em tais documentos como indicação de estudo aos candidatos. Além disso, essa terminologia consta do currículo oficial do Estado de São Paulo e do currículo municipal da rede de ensino de São Caetano do Sul. Portanto, apesar de essa nomenclatura não ser objeto de estudo em si, é parte do caminho a ser percorrido pelo aluno nas situações de aprendizagem em sala de aula. O não entendimento dessa terminologia pode

prejudicar o educando em seus estudos ou na conquista de empregos, ou cargos públicos pretendidos.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de conteúdos programáticos extraídos de editais de concursos públicos para cargos distintos e com exigência mínima de escolaridade, que vão do ensino fundamental ao ensino superior. Todos os fragmentos são referentes ao ano de 2015.

Português:

Interpretação de Texto; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; As classes gramaticais; Concordância verbal e nominal; Pronomes: emprego e colocação e Regência nominal e verbal. Noções da norma culta da língua portuguesa na modalidade escrita.

Figura 1. Fragmento do edital do concurso público para agente comunitário da saúde, nível fundamental, Praia Grande – SP. Organizadora: Instituto IBAM.

Língua Portuguesa (comum a todos os cargos de Nível Médio)

Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia. Divisão silábica. Pontuação. Adjetivos e substantivos (flexão). Verbos (tempos, modos e vozes). Pronome (emprego e colocação). Crase. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Estrutura e formação das palavras. Sintaxe: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.

Figura 2. Fragmento do edital do concurso público para Polícia Militar, nível médio, São Paulo - SP. Organizadora: VUNESP.

3 CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, AUXILIAR DE CONTABILIDADE I, GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE e AGENTE AMBIENTAL

3.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Acentuação gráfica. Pontuação. Figuras de linguagens.

7.12 CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Língua Portuguesa: Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Acentuação gráfica. Pontuação. Figuras de linguagens.

Figura 3. Fragmento do edital do concurso público para vários cargos, nível médio e superior, Santo André – SP. Organizadora: CAIPIMES.

O foco deste trabalho são os termos referentes às classes gramaticais: **substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, artigo, numeral, pronome, preposição, conjunção e interjeição.**

O 9.º ano foi escolhido para este estudo porque, nessa etapa escolar, alguns desses termos são retomados em outros contextos. No 9.º ano, fala-se em oração subordinada substantiva, adjetiva e adverbial. O aluno que não compreende o que é um substantivo, provavelmente, terá dificuldades em entender o que seja uma

oração subordinada substantiva. Nesse mesmo ano escolar, os estudos gramaticais tratam de orações coordenadas, regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, conteúdos aos quais estão atrelados outros, tais como conjunção, preposição e pronome.

Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo geral verificar de que forma o aluno, ao chegar no 9.º ano, compreende a terminologia gramatical. Os objetivos específicos são:

- Aproximar os estudos e reflexões terminológicas da escola e do ensino;
- Entender a origem e a implementação da NGB vigente;
- Buscar a etimologia dos termos gramaticais estudados;
- Discutir a terminologia da Língua Portuguesa utilizada na sala de aula do ensino fundamental II;
- Analisar os conceitos presentes nos livros didáticos e nas gramáticas;
- Constatar se existe ou não existe apropriação dos termos por parte dos alunos;
- Propor uma atividade pedagógica que facilite o trabalho com NGB em sala de aula.

Metodologia e constituição do *corpus*

Por meio de pesquisa de campo, foi aplicado um questionário com alguns termos gramaticais, a fim de verificar, inicialmente, que ideia os estudantes apresentariam para tais termos. O público-alvo selecionado para a aplicação do questionário foram os alunos do 9.º ano da escola pública municipal, EMEF Prof.^a Eda Mantoanelli da cidade de São Caetano do Sul, São Paulo. A pesquisa foi aplicada em duas turmas, a saber: 9.º ano A e no 9.º ano B, totalizando 32 alunos. O pesquisador observou, ainda, o comportamento dos alunos no momento em que respondiam ao questionário. Essas impressões foram anotadas para comporem parte da análise dos dados coletados.

O questionário trouxe alguns dos termos usados na Nomenclatura Gramatical Brasileira vigente e um espaço em branco para os alunos colocarem o significado de cada termo. Os alunos responderam a seguinte comando: “Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: “o que é”...?”. O trabalho seguiu um percurso semasiológico, ou seja, partiu da designação já estabelecida para o conceito. O questionário em branco pode ser observado no Apêndice.

O pesquisador utilizou-se de pesquisa bibliográfica a fim de entender a história, a implementação e o funcionamento da NGB atual. Além disso, buscou subsídios teóricos para problematizar o uso da terminologia gramatical no ensino de Língua Portuguesa. Dentre outros, apoiou-se nas contribuições teóricas de Lúcia de Almeida Barros (2004), a fim de trazer os estudos da Terminologia para reflexão do ensino de língua portuguesa; em Claudio Cezar Henriques (2009), no que se refere ao contexto histórico, a importância e a situação da NGB atual; em Maria Helena Moura Neves (2011), para compreender a terminologia gramatical sob uma perspectiva etimológica; em Mattoso Câmara Junior (1964), para entender conceitos gramaticais das classes de palavras; nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e em João Wanderley Geraldi (2006), para refletir sobre o ensino e o uso da terminologia gramatical em atividades metalinguísticas. A pesquisa buscou ainda, investigar em algumas gramáticas, bem como em alguns livros didáticos, os termos e seus conceitos com vistas a entender os caminhos que essa terminologia percorre até chegar aos alunos, para, enfim, verificar o que lhes restam a respeito de tais informações.

Para facilitar a compreensão dos alunos sobre essa terminologia, a pesquisa traz uma proposta e um relato de experiência sobre atividades realizadas com os alunos. Esta pesquisa norteou-se, portanto, por procedimento de análise qualitativa, assim como análise quantitativa para cruzamento e análise dos dados.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta conceitos básicos sobre a Terminologia e sobre a NGB, bem como a origem greco-latina dos termos gramaticais da Língua Portuguesa. O segundo aborda a relação entre terminologia e ensino, com ênfase no trabalho com a NGB, buscando verificar como as gramáticas e os livros didáticos abordam as classes de palavras no intuito de tentar identificar os motivos dos alunos ainda apresentarem dificuldades com a

terminologia gramatical. O terceiro e último capítulo descreve o contexto em que a pesquisa de campo foi realizada, apresenta os dados coletados, ressaltando partes relevantes dos questionários respondidos pelos alunos e faz a análise dessas informações. No final desse capítulo, apresentamos uma proposta de uma sequência de atividade realizada com os alunos, acompanhada de relato de experiência, com o objetivo de facilitar a compreensão dessa terminologia por parte dos estudantes. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1

TERMINOLOGIA E NGB

1.1 O que é terminologia?

Embora o Léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua. Ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras. É por isso que podemos afirmar que o indivíduo gera a Semântica da sua língua [...]. Ao fim e ao cabo, o universo semântico se estrutura em torno de dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade. Dessa tensão em movimento se origina o Léxico. (BIDERMAN, 2001, p. 179)

A Terminologia surgiu com a necessidade de aperfeiçoamento da comunicação e da interação do homem no que tange aos processos de produção científica e cultural, intrinsecamente atrelados às tecnologias inventadas pela humanidade. Entendida por alguns estudiosos como ciência autônoma, por outros como um desdobramento da linguística, seu foco consiste em facilitar e organizar a comunicação pela linguagem de áreas específicas ligadas ao desenvolvimento da sociedade tais como: a economia, o direito, a agricultura, a medicina etc.

De acordo com Lúcia Almeida Barros (2004), é uma disciplina científica que estuda as línguas de especialidade, o vocabulário de áreas específicas. Entre os terminólogos, o termo *Terminologia* e sua definição têm gerado discussões. Isso porque durante algum tempo a Terminologia foi considerada subsistema linguístico que atendia à determinadas profissões, técnicas, ciências etc. Na atualidade, opta-se pelo conceito de sistema de comunicação utilizado por especialistas de determinada área do conhecimento. Os terminólogos questionam também o uso da expressão “língua de especialidade”, porque há o entendimento de que não se trata de uma língua, um sistema diferente, portanto seria mais adequado adotar a expressão “linguagem de especialidade”, já que os termos ou os conceitos são criados a partir de uma língua já existente. Apesar de os textos de especialidade serem produzidos em universos discursivos peculiares, ainda assim se valem do universo lexical geral no qual essas especialidades estão inseridas. Contudo, consagrou-se por força do uso a expressão “língua de especialidade” em detrimento

de “linguagem de especialidade”. Há quem use, ainda, a expressão “discurso de especialidade”.

Os atributos da sociedade contemporânea e o intenso desenvolvimento tecnológico justificam o lugar da Terminologia no desenvolvimento científico. Conforme os estudos de Barros (2004), as transformações decorrentes da evolução humana modificaram a configuração cultural dos povos, trazendo novas formas de pensar, de viver e de produzir. Concomitantemente a essa ebulição e mudança de paradigmas, a língua também foi, e ainda é, parte importante desse processo, pois manifestações linguísticas estão no bojo dessas transformações sociais, culturais e tecnológicas. Para cada objeto ou descoberta inventada, um nome é necessário para denominá-los, portanto termos novos são criados com a finalidade de mediar a comunicação numa dinâmica de elaboração neológica.

Segundo Barros (2004), a terminologia, assim como a linguagem humana, está na gênese da humanidade, pois há uma necessidade empírica do homem em nomear tudo que o cerca. Conforme as civilizações vão encurtando suas distâncias, mais palavras, mais expressões são acrescentadas ao universo linguístico, e palavras pertencentes a domínios específicos necessitam de definições, explicações, compilação e organização. É dessa necessidade que surgem os dicionários bilíngues e obras similares, como as que registram termos de determinadas áreas, e os dicionários temáticos. Consta da história que os sumérios, aproximadamente, 2.000 a.C já produziam dicionários de tijolos de argila e elencavam termos referentes a objetos, profissões e animais (Van Hoof *apud* Barros, 2004, p. 29). Já no início da era cristã, o médico Heródoto e o gramático Herodianus criaram glossários com a finalidade de explicar termos gregos usados por Hipócrates. Séculos se passaram, transformações significativas ocorreram e a produção terminográfica só aumentou, chegando aos bancos de dados informatizados que temos hoje. Além desse trabalho de compilação e sistematização, o homem começou a refletir a respeito da linguagem, dos processos de denominação. Platão não se detinha à origem dos nomes, mas à precisão deles.

A revolução industrial e todas as mudanças ocorridas por meio dela, inclusive as invenções que alteraram o sistema produtivo, de artesanal e familiar para industrial, também colaboraram para que surgissem novos termos e vocabulários específicos que atendessem aos anseios de uma comunicação mais pontual.

As mudanças socioeconômicas e políticas tiveram repercussões em nível vocabular: a cada invenção, a cada nova situação, atividades, produto, serviço, reivindicação, lei etc. surgiram novos termos correspondentes. O universo lexical das línguas transformou-se, ampliando-se substancialmente, o mesmo sucedendo com o conjunto terminológico que, aliás, cresceu em maior proporção, (BARROS, 2004, p.26).

A importância da Terminologia consiste em fornecer subsídios teóricos e metodológicos para a pesquisa e sua aplicabilidade na comunicação especializada, e sua organização, além de tradução, documentação, ensino, elaboração de dicionários e outras obras terminográficas.

De acordo com Cabré (1993, p. 28), historicamente, a Terminologia situa-se em quatro momentos:

- a- 1930 a 1960 – origens;
- b- 1960 a 1975 – estruturação;
- c- 1975 a 1985 – eclosão; e
- d- 1985 em diante – expansão, reflexões e mudanças de paradigma.

A Terminologia tal qual conhecemos hoje, disciplina científica que estuda os termos de uma língua de especialidade, formalmente, teve seus estudos iniciados pelo engenheiro austríaco Eugen Wüster, por volta de 1930. Ele estabeleceu a Escola Terminológica de Viena e posteriormente lançou a TGT - Teoria Geral da Terminologia. No mesmo período, porém na ex-URSS, também ocorriam estudos linguísticos ligados à temática dos termos. Por lá, D.S Lotte foi quem iniciou tais estudos, estabelecendo a linha soviética de Terminologia. Também, na mesma década, agora na Checoslováquia, surgiu um polo de excelência nessa área. Para além dos limiares dessas três regiões, as reflexões terminológicas alcançaram países como França, Canadá, Dinamarca, Bélgica, chegando mais tarde à América Latina, e até o Japão e a China atualmente. Foi nos anos 80 que a Terminologia, de fato, começou a ser estudada no Brasil. Primeiramente, na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal de Brasília e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, diversas universidades no país investigam essa área.

1.2 A Teoria Geral da Terminologia (TGT)

Wüster, o engenheiro austríaco que inaugurou os estudos formais da Terminologia, partiu da preocupação em acabar com a ambiguidade dos textos

técnicos e científicos, acreditando que a Terminologia poderia subsidiar esse processo, fornecendo suporte científico para isso. Dessa forma, foi ele o responsável pela introdução da Terminologia como ciência na Europa Ocidental.

Ele considerava os estudos terminológicos pela abordagem filosófica em diálogo com a Lógica, com a Teoria da Classificação e com a Linguística. Nessa concepção, o foco era exclusivamente a análise dos termos, mas desassociando-os da situação discursiva, do contexto, dos textos, da gramática e do léxico. Para ele, os termos eram independentes.

Nessa concepção, identificam-se conceitos de uma área, compila-se de maneira sistematizada e definem-se os termos. A TGT preocupava-se em denominar e deixava de lado o caráter comunicativo.

1.3 A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) mudou o paradigma dos estudos terminológicos, trouxe outra perspectiva de pesquisa e análise. Surgiu no final da década de 90, na Espanha, por intermédio de Maria Teresa Cabré, como resposta às necessidades das quais o modelo da TGT não era suficientemente capaz de suprir. O modelo de Wüster contribuiu para o desenvolvimento da Terminologia, foi importante para avanços e conquistas na área, mas partia da hipótese de que “o conhecimento especializado era uniforme e independente da cultura e da língua” (Cabré, 1999, p.120) nos quais os termos estavam inseridos.

Diferentemente da TGT, a TCT não faz separação entre termo (unidade terminológica) e palavra (unidade lexical). Parte-se do princípio de que o termo está atrelado à cultura e à língua geral em que foi criado, não é um signo independente, à parte das práticas discursivas. É utilizado em um domínio especializado, mas esse domínio não faz uso de outra língua, de outro sistema linguístico. Sendo assim, não faz sentido dissociar o conjunto terminológico do léxico geral. O termo faz parte do léxico da língua e é considerado termo porque foi concebido para ser usado em situações de comunicação e em ambientes de especialidades técnicas, científicas etc. “Estes são unidades linguísticas que devem ser consideradas em uma perspectiva dos aspectos linguísticos, cognitivos e sociais” (Cabré, 1999 p.120).

Fundamentam, portanto, a TCT as teorias do conhecimento, da linguagem e da comunicação.

De maneira contrária à TGT, a TCT entende que conteúdo e forma são indissociáveis, que os termos são unidades que fora de contexto não são termos, nem palavras, mas unidades lexicais que só são ativadas como termo através de uma situação de comunicação específica. O mesmo ocorre no processo inverso, no que se refere ao conteúdo: o conceito é uma combinação de traços semânticos e pragmáticos que adquirem corpo, também, por força da situação de comunicação gerada por determinado domínio de especialidade.

Se a TGT privilegiava a padronização, a uniformização de termos e conceitos, a TCT não despreza as variações linguísticas, a polissemia, nem a homonímia. Elas são aceitas e consideradas nos processos de estudos, pesquisas e análises.

1.4 Palavra, vocábulo e termo

Faz-se necessário refletir sobre a distinção e a aproximação entre as expressões “palavra”, “vocábulo” e “termo”. De acordo com Barros (2004), em linhas gerais, palavra é um signo linguístico, uma unidade lexical pertencente a alguma classe gramatical. O termo e o vocábulo também são palavras. Inclusive, a maioria dos termos pertence à classe dos substantivos, que é a classe, por excelência, utilizada para denominar. O vocábulo é a palavra contextualizada. Em um texto, por exemplo, que trate de futebol, possivelmente a palavra “bola” apareça mais de uma vez. “Bola” é um vocábulo, mas suas ocorrências no texto são quantificadas como palavra. Assim, temos: palavra como unidade lexical, modelo de realização em nível de sistema linguístico; vocábulo como modelo de realização lexical no texto; termo, unidade padrão das línguas de especialidade.

Para Cabré, uma palavra é considerada termo se estiver dentro de contextos específicos, ou seja, em textos de especialidade, em situações de comunicação que ativem condições pragmáticas que justifiquem seu uso como tal (Cabré, 1999, p.123).

1.5 Nomenclatura x Terminologia

“no.men.cla.tu.ra”¹

sf (lat nomenclatura) **1** Conjunto de termos de uso consagrado numa ciência ou arte; terminologia. **2** Sistema de designação dos seres vivos, seus órgãos, agrupamentos etc. **3** Método para classificar os objetos de uma ciência ou arte. **4** Lista, catálogo. **N. binária:** sistema de nomenclatura no qual cada espécie animal ou vegetal recebe um nome científico por dois termos, o primeiro dos quais identifica o gênero ao qual ela pertence e o segundo, a própria espécie. **N. botânica:** conjunto sistemático dos nomes científicos dados às plantas. **N. zoológica:** conjunto sistemático dos nomes científicos dados aos animais”. (Dicionário Michaelis on-line. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br> Acesso em 01/10/2015)

De acordo com o verbete acima, nota-se a aproximação direta entre os termos “nomenclatura” e “terminologia”. Palavras como classificação, designação, conjunto, nomes e termo aparecem nas diferentes acepções e todas elas são, também, parte do que o termo “terminologia” remete em seu sentido mais amplo.

Foi a partir do Renascimento, conforme pesquisas de Barros (2004), que os estudos de conjuntos vocabulares emergiram e trouxeram sistematização para a necessidade de organizarem-se palavras que designassem um conjunto de generalidades pertencentes à determinada área do conhecimento.

Atualmente, o termo *nomenclatura* ainda carrega certa polissemia e esbarra diretamente na Terminologia, que recomenda que cada conceito deva ter apenas um termo correspondente para designação. No Vocabulário Sistemático da Terminologia, elaborado em 1985, encontra-se:

2.1.3. *nomenclatura*. Conjunto de termos que são objeto de uma pesquisa terminológica; 3.1.5. *nomenclatura*. Repertório de termos apresentando relações conceptuais fortemente estruturadas e correspondendo a regras sistemáticas de denominação. Ex: nomenclatura da Química; 3.2.1.1. *nomenclatura*. Lista de entradas de um repertório. (Vocabulário Sistemático da Terminologia, 1985, *apud* Barros, 2004, p. 31).

As expressões “conjunto de termos”, “repertório de termos” “lista de entradas” usadas para definir a palavra “nomenclatura” constata a aproximação de nomenclatura com terminologia (termos).

O naturalista sueco Karl Von Lineu, no século XVII, apresentou um método que se propunha a ser um conjunto universal de nomenclatura binominal e que equipou a zoologia e a botânica de regulamentação e norma para a criação de designações científicas para diferentes espécies da fauna e da flora, mas não apenas de determinada região, mas do mundo todo, com a finalidade de padronizar

esses nomes a despeito do idioma dos pesquisadores. Considera-se que, desde então, iniciou-se o entendimento da Terminologia como conjunto de termos de um domínio específico. Foi, portanto, dessa combinação, dessa criação de nomes científicos e sistematização desses nomes, que nasceu a identificação entre terminologia e nomenclatura, sendo a terminologia concebida na época e também no século XIX como um “sistema de termos empregados na descrição de objetos da história natural” (William Whewell, 1837 *apud* Barros, 2004, p.31).

A substituição parcial e progressiva de *nomenclatura* por *terminologia* implica uma mudança de ponto de vista, pela passagem, em seguida, de *nom*, *nomen* a *termo*, *terminus* ‘borda, limite’ – desde Oresme – ‘o que limita e define o sentido’. Passa-se da ideia de uma série de nomes, ligada à classificação taxonômica, à de ‘sistema de valores reciprocamente definidos’ (Rey, 1979, p.7 *apud* Barros, 2004 p.32).

Neste trabalho, os termos nomenclatura e terminologia são equivalentes. Grosso modo, o primeiro remete à tradição, traz uma ideia de prescrição, enquanto que o segundo está mais ligado ao uso, aos discursos de especialidade.

1.6 O que é NGB?

Para que se entenda a proposta deste trabalho, é necessário entender o que é a NGB. A seguir, pode-se observar o texto que institui a NGB, recomendando seu uso:

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 52, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e linguistas de todo o País ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira,

RESOLVE

Art. 1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino;

Art. 2º - Aconselhar que entre em vigor:

- a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
- b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91, a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960. (Clóvis Salgado - Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959)

A NGB é o documento que oficializa a nomenclatura que deve ser utilizada em situações de ensino, em livros didáticos, vestibulares e concursos. Ela está dividida em três partes: Fonética, Morfologia e Sintaxe. Os termos referentes a essas três áreas são os que a NGB trata e normatiza. A portaria que instituiu a NGB – Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959 -, já em sua abertura, apresenta duas palavras que sintetizam a preocupação corrente da época, o objetivo e a expectativa do documento, são elas: uniformização e simplificação.

O problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso entre nós nas escolas e na literatura didática, de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que se concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com eles se ocuparam. (Apresentação da NGB, assinada pelo Diretor de Ensino Secundário do MEC, Gildásio Amado – livreto de 1959 *apud* HENRIQUES, 2009, p.16)

Na seção seguinte, será apresentado um breve histórico sobre a implementação da NGB.

1.7 A implementação da NGB

A tradição greco-latina, até o século XIX, imperava no ensino de língua portuguesa no Brasil, período em que textos clássicos da literatura eram tomados como modelo e regra do bem falar e bem escrever, contudo não havia uniformidade no uso da terminologia aplicada aos estudos linguísticos, o que acarretava em uma profusão de termos variados por todo o país. Essa questão de falta de unificação e simplificação ganhava cada vez mais espaço em debates de estudo da língua. Nomes como Nascentes, Nogueira e Câmara Junior são uns dos que comandaram essas discussões. Em 1957, foi publicada a portaria que atendia ao clamor dessas inquietações: Portaria n.º 152, de 24 de abril do referido ano.

Portaria n.º 152 – O Ministro da Educação e Cultura, considerando que o conhecimento e domínio do Idioma Nacional, soube se impor primariamente como índice de civilização de um povo, concorre para acentuar e elevar, no espírito da juventude, a consciência da unidade pátria e o zelo dos valores culturais que a latinidade nos herdou; considerando, em razão disso, que o ensino da Língua Portuguesa deve merecer dos Poderes Públicos especial interesse e, pois, tratamento particular; considerando que um dos

empecilhos maiores, senão o maior, à eficiência de tal ensino tem residido na complexidade e falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didática; considerando que, por sua relevância, este assunto tem preocupado, em todos os países cultos, a atenção de eminentes linguistas, pedagogos e autoridades do Ensino; considerando, por fim, que, sob o aspecto didático, largos benefícios traria à vida escolar brasileira a adoção de uma terminologia gramatical simples, adequada e uniforme, resolve:

Designar os professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá (filho), para, com a assistência da Diretoria do Ensino Secundário, estudarem e proporem projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical, para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática. (Portaria n.º 152, 24 de abril de 1957).

Além desses nomes, figuravam como assessores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia. A essa equipe ficou designada a missão de gerenciar todo o processo, coletando e analisando contribuições de professores de Língua Portuguesa de todo o país. Além dessa comissão, contribuíram também através de estudos cuidadosos, a Academia Brasileira de Filologia e a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Essa determinação governamental abriu espaço para debates e reflexões de caráter pedagógico e educacional, o que não era muito comum na época.

A comissão reunia-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro uma vez por semana para debater e elaborar o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. As reuniões que antecederam o anteprojeto levaram quatro meses aproximadamente.

Temos a honra de apresentar a V. Ex.^a o Anteprojeto de Simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira que V. Ex.^a, no empenho de bem servir o ensino do idioma pátrio, determinou que fosse por nós submetido à sua apreciação.

O rumo geral do trabalho obedeceu a duas linhas-mestras: de um lado, a diligência por situá-lo numa orientação doutrinária de apurado teor técnico; de outro lado, a preocupação constante de aproveitar quanto de sólido já estivesse consagrado na tradição escolar brasileira. O Anteprojeto representa, assim, uma espécie de compromisso entre a terminologia tradicional e a discreta inovação que em alguns pontos julgamos necessário fazer.

Agradecemos a V. Ex.^a a distinção que nos foi conferida e a confiança que depositou em nossa experiência profissional, ao mesmo tempo que formulamos votos para que o esforço ora realizado possa efetivamente concorrer para o aprimoramento do estudo da língua materna.

Renovamos a V. Ex.^a as expressões do nosso alto apreço e consideração. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1957. – *Antenor Nascentes*, Presidente. – *Clóvis Monteiro*. – *Cândido Jucá* (filho). – *Celso Ferreira da Cunha*. – *Carlos Henrique da Rocha Lima*, Secretário.

Esse anteprojeto apresentava também algumas conceituações e definições já sedimentadas para que fossem discutidas. Com objetivo de atingir o maior número de interessados possível, o anteprojeto foi distribuído nas universidades, principalmente nas Faculdades de Filosofia onde se formavam os profissionais de Letras, bem como para as secretarias de educação de todo o país. A comissão tinha o objetivo de receber sugestões, críticas, enfim, objetivava a ampliação do debate. Algumas ressalvas foram feitas, dentre elas, a de Chediak (1960) que, nos itens 58 e 59 do anteprojeto, chamou a atenção para a questão da ênfase em simplificação e unificação.

58. Sugiro que na redação definitiva se dê tratamento gráfico adequado ao Anteprojeto.

59. Proponho que o anteprojeto se enquadre no que determinou a Portaria n.º 152: “simplificação e unificação da nomenclatura gramatical”. Na Portaria não se fala em definir, conceituar, simplificar. A intenção do Sr. Ministro é clara. Se é difícil conciliar opiniões quanto a nomes, muito mais difícil é chegar a um acordo sobre definições e observações de ordem doutrinária. Fiquem elas a cargo dos professores e dos compêndios. Não tenho dúvida em afirmar que o Anteprojeto, tal como está, atenta contra a liberdade da cátedra. Vamos seguir a França que se limitou a nomes e nada mais. (CHEDIAK, 1960, p.50)

A comissão eleita e responsável pela elaboração do documento, então, deveria considerar as sugestões pertinentes e que contribuíssem na organização da nomenclatura sem registrar definição e exemplificação. Optaram pelos termos mais usados pela maioria, principalmente no ensino. Buscou-se chegar o mais próximo possível às várias opiniões visando a um acordo e uma consolidação de um paradigma terminológico para uso em situações de comunicação didática e científica, escrita ou falada.

Os componentes da comissão chegaram à conclusão de que a simplificação viria da unificação terminológica, retirando o que era considerado frívolo, reordenando aspectos de modo a não construir uma nomenclatura vaga, incoerente e incompreensível.

Antes de a NGB ser instituída, em 1959, o que havia era um grande caos terminológico, usavam-se diversos nomes para um mesmo fato linguístico; isso acabava por prejudicar a aprendizagem da Língua Portuguesa e o acesso dos estudantes a cargos públicos e universidades, já que a quantidade de termos vigentes era variada. Chediak comenta, em *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, que em um exame vestibular da Faculdade de Odontologia da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1956, na seção de Língua Portuguesa, foi proposto aos alunos que analisassem a função da palavra “bom”, na frase “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”.

As respostas obtidas são as seguintes: adjunto atributivo, adjunto restritivo, adjunto limitativo, adjunto adjetivo, adjunto determinativo, adjunto demonstrativo, complemento atributivo, complemento restritivo, complemento limitativo, complemento adjetivo, complemento qualificativo e, por último, complemento do nome, não preposicionado. (CHEDIAK, 1960, p.87).

Obtiveram-se doze termos para um mesmo fenômeno morfossintático. Por meio desse exemplo, é possível se ter uma amostra do quanto a nossa gramática estava repleta de nomes e quão importante era, de fato, proceder a um trabalho de uniformização e simplificação dessa terminologia. Era esse o cenário anterior a 1959, quando o então Ministro da Educação, Sr. Clóvis Salgado, resolveu organizar a comissão que seria responsável por elaborar o documento.

Consta do documento que a comissão teve como norte adotar uma terminologia simples, adequada e uniforme, com vistas a atender ao tríptico aspecto: a) a exatidão científica do termo; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar brasileira. Verifica-se, portanto, que a dimensão cultural e social de uso da terminologia foi considerada, segundo os autores do documento. O ministro Clóvis Salgado solicitou apenas o nome dos termos, não a definição, pois esta deveria ficar a cargo dos professores. Havia a preocupação dos membros da equipe em elaborar uma nomenclatura coerente, “nem conservadora, ao ponto de ser considerada retrógrada, nem tão inovadora que melindrasse a longa tradição do ensino” (Henriques, 2009, p.17).

1.8 A origem greco-latina dos termos gramaticais da NGB

A NGB, em sua essência, está alicerçada na herança gramatical grega e latina. É do grego que a maioria dos termos encontrados nessa nomenclatura advém. De acordo com Neves (2011), há um legado grego na gramática portuguesa trazido, sobretudo, através do latim. Há uma distinção entre os termos gregos: os que vieram pela tradição, transpostos diretamente do grego, e os que foram

introduzidos posteriormente pela tradução latina. Neste espaço, serão tratados apenas aqueles que são objetos desta pesquisa, os termos das classes de palavras.

Dionísio de Trácio (séc. II-I a.C.) e Apolônio Díscolo (primeira metade do séc. II d.C.) são figuras importantes na construção, na elaboração e na sistematização das gramáticas gregas. Trácio pertencia à escola de Alexandria e é a ele que se reconhece como o responsável pela primeira gramática do Ocidente, organizada por volta de 1715 a.C, Arte da gramática (*Téchne grammatiké*). Apolônio Díscolo fazia parte da escola de Pérgamo, porém muitos de suas pesquisas se perderam. Ele tinha como fonte de estudos, principalmente, os comentários, a interpretação da gramática de Trácio (estoicos).

Trácio compreendia uma divisão do discurso em oito partes, em uma estrutura bastante semelhante aos de nossas gramáticas: nome (*ónoma*), artigo (*árthron*), pronome (*antonymía*), verbo (*rhêma*), advérbio (*epírrhema*), preposição (*próthesis*), conjunção (*sýndesmos*) e particípio (*metoché*), essa última, hoje, não mais elencada como uma classe propriamente dita. Vejamos agora as origens das denominações das classes de palavras, segundo Neves (2011).

Sobre o termo **substantivo**, ele não constava nas gramáticas gregas. A palavra que cumpria a função de denominar a classe que nomeia, com emprego equivalente, era *ónoma* (nome). Para Trácio, essa classe evocava a *ousía* (aquilo que é, essência). Para Díscolo, era *poiótes* (qualidade). Resulta no conceito de substantivo (comum): nome que dá uma descrição do que é nomeado. Percebe-se aí certa proximidade entre os conceitos de substantivo e adjetivo. A classe *ónoma* abrigava, ainda, uma série de subclasses. Há também a concepção de Platão que acreditava que os nomes buscavam reproduzir a natureza das coisas (*mímesis*). Substantivo, portanto, em grego, *hypárktikos* (que subsiste por si), ligado a *hýparxis* (existência) não denominavam a classe dos nomes, cabendo ao termo *ónoma* essa função. O termo substantivo vem do latim *substantivus*.

O termo **artigo** que no grego é denominado *árthron* (articulação), vem do latim: *articulus* (articulação). Essa é uma classe que o latim não apresentava. Tanto em Trácio (gramática alexandrina) quanto em Díscolo, essa classe era dividida em: *árthron protaktikón* (artigo anteposto), e *árthron hypotaktikón* (artigo posposto). Esse último, na verdade, cumpre a função de pronome relativo. Em português, portanto, há alteração de conceito e a aplicação é específica.

A respeito do **adjetivo**, o termo vem do latim: *adiectivum*. Segundo Trácio, do grego, *epítheton* (que é acrescentado, que faz atribuição); adjetivo não era uma classe autônoma, pois fazia parte, tanto em Trácio como em Díscolo, de um tipo de nome dentre outros vinte quatro ou vinte dois tipos descritos por esses gramáticos respectivamente. O termo *epítheton* abarcava o conceito de adjunto nominal: *ónoma epítheton* (nome adjetivo). Antes disso, em Platão e Aristóteles aparecia entre *rhémata* (verbos), exercendo papel de predicado.

O termo **numeral**, do latim *numeralis*, assim como o termo adjetivo, no grego também não constituía uma classe específica, compondo o conjunto dos nomes por Trácio e Díscolo. Em grego era denominado *arithmetikón*. Eram exemplificados os cardinais (numeral propriamente dito). Outra subclasse de nomes relacionada era o nome ordinal, *taktikón* (referente ao alinhamento) que em latim recebeu o nome de *ordinale*.

Pronome vem do latim *pronomen*. Em Trácio e Díscolo, era chamado *antonymía*. No prefixo “anti” tem-se “no lugar de”; e em latim a denominação *pronomen* tem no prefixo “pro” função equivalente a do prefixo grego. Na gramática de Trácio existiam apenas dois tipos de pronomes: os pessoais, *prósopoi*, e os bipessoais, *diprósopoi*, que são os que conhecemos como possessivos. Essa divisão era denominada de pronomes primitivos e pronomes derivados respectivamente. Esse conceito de primitivo e derivado não é o mesmo que chegou à NGB. Díscolo mantém a mesma classificação, mas amplia. Para ele, “todo pronome é demonstrativo / dêitico (*deiktiké*) ou relativo / anafórico (*anaphoriké*); os de primeira e de segunda pessoa são sempre dêiticos; os de terceira pessoa são demonstrativos e relativos” (Neves, 2005, p.189-190). Outra diferenciação que Díscolo faz é com relação ao termo nome e ao termo pronome. Para ele, “nome expressa a qualidade de um sujeito corpóreo, enquanto o pronome apenas faz indicação da coisa, apenas expressa a sua existência” (Neves, 2005, p.187).

Alguns pronomes compunham o conjunto dos tipos de nomes; é o caso do pronome relativo, em Trácio: *anaphorikón* (de relação); em latim: *relativum*. Além, é claro, da já comentada função de artigo.

O termo **verbo**, no grego, *rhêma* (o que se diz; predicado), vem do latim, *verbum*. Tem um conceito em grego e em língua portuguesa aproximado, porém não exato, pois predicado é uma função sintática, o que “representa um deslizamento de domínio, se tomada para denominar uma classe gramatical” (Neves, 2011, p.650).

A possibilidade de flexão é algo que já colocava essa classe em um patamar diferenciado de possibilidades. Díscolo dizia que os verbos flexionados eram a mesma palavra adaptada às pessoas, aos tempos, e fazia uma distinção com o advérbio que, assim como o verbo, pode fazer indicação de tempo, entretanto essa indicação não é feita com a alteração na estrutura, na forma da palavra, tal qual ocorre com o verbo. Há uma especificidade quanto à noção de tempo verbal, em grego *chrónos* e em latim *tempus*, atrelado à elocução e à noção de aspecto verbal, ligado às relações de causalidade e modos de conclusão, como na divisão de presente e passado; isto é, além da divisão temporal propriamente dita, também existe a distinção aspectual em durativo ou completado. Trácio “altera a classificação dos estoicos especialmente quanto à separação operada entre presente (que fica sem distinções aspectuais) e passado (que tem indicados quatro valores aspectuais), e quanto à inclusão do futuro” (Neves, 2011, p. 657). Sobre Díscolo com relação a essa questão “há a dizer que existem informações fragmentadas de sua doutrina sobre os tempos”. (Neves, 2011, p. 657).

A recolha geral da correspondência das denominações dos três tempos verbais de nossa NGB pode ser resumida como vem a seguir. Verifica-se uma correspondência com o quadro da gramática grega, tanto nos tempos como nas denominações: presente (em Aristóteles: *he páronta*; nos estoicos e em DT: *enestós*, participio presente de *enístemi*, “estabelecer-se em”, “tomar consistência”; latim: *praesens*); pretérito (nos estoicos: *paroichoménos*, “que passou”, participio presente de *paroíchomai*, “ser passado”, “ter transcorrido”; em DT: *paralelytós*, “que passou”, participio presente de *parérchomai*, “passar além”, “transcorrer”; latim: *praeteritum*); futuro (nos estoicos e em DT: *méllon*, “que está por vir”, participio presente de *méllo*, “estar a ponto de”, “estar para”; latim: *futurum*). (NEVES, 2011, p.657)

Com relação ao termo **advérbio**, do latim *adverbium*, em Trácio e em Díscolo temos *epírrhema* (ao lado do/sobre o verbo). Esse termo apresenta o mesmo prefixo *epi* que significa *sobre* e que consta em *epítheton*, “adjetivo”. Analogamente, “*epítheton* está para ‘nome’ assim como *epírrhema* está para ‘verbo’” (Neves, 2011, p. 650). Segundo os estudos de Neves, Díscolo, nitidamente, fala que o advérbio funciona como um adjetivo do verbo.

O termo **preposição**, do latim *praepositio*, nos dois gramáticos gregos citados aparece como *próthesis* (palavra que se coloca antes, em composição ou em construção), o que incluía os prefixos.

Finalmente, para **conjunção**, do latim *coniunctio*, em grego temos *sýndesmos* (união, vínculo). Esse nome grego já aparece em Aristóteles. Na definição incluem-se pronomes, preposições e conjunções. Posteriormente, de acordo com os estoicos, o termo pronome não mais compunha esse conjunto, no entanto tudo o que era considerado indeclinável, que cumpria o papel de ligar as outras partes do discurso, foi incluído na classe. Trácio reiterava a importância dessa classe na ordenação do pensamento. Díscolo, além da ideia de “ordem” (táxis), acrescentava a “força” (*dýnamis*), o que pode sugerir na definição as ideias de subordinação e coordenação.

O termo **interjeição**, do latim *interiectio*, não aparecia nos estoicos de maneira sistematizada. Apareceu, posteriormente, como classe, nas gramáticas do latim.

Por fim, cabe ressaltar que os gramáticos gregos faziam uma distinção geral nas classes gramaticais em palavras variáveis (com flexão) e palavras invariáveis (sem flexão). Os filósofos utilizavam essa divisão para estudos em uma perspectiva lógica, de casos *ptôsis* (declinação), ao passo que os estoicos apresentavam quadro de flexão, paradigmas, já considerando irregularidades apresentadas pelo uso.

A seguir, apresenta-se um quadro sintetizando as informações elencadas nesta seção.

LP	GREGO	CONCEITO	LATIM
substantivo	<i>ónoma</i>	aquilo que é; essência; qualidade - nome que dá uma descrição do que é nomeado; o que subsiste por si.	<i>nōmen/ substantivus</i>
artigo	<i>arthron</i>	articulação	<i>articulus</i>
adjetivo	<i>epítheton</i>	que é acrescentado, que faz atribuição	<i>adiectivum</i>
numeral	<i>arithmetikón</i>	palavras que nomeiam quantidades e palavras que ordenam	<i>numerale</i>
pronome	<i>antonymía</i>	“ant” no lugar de; faz indicação da coisa, apenas expressa a sua existência	<i>pronomen</i>
verbo	<i>rhema</i>	o que se diz; predicado; o que se flexiona	<i>verbum</i>
advérbio	<i>epírrema</i>	ao lado do/sobre o verbo; adjetivo do verbo	<i>adverbum</i>
preposição	<i>próthesis</i>	palavra que se coloca antes, em composição ou em construção	<i>praepositio</i>
conjunção	<i>sýndesmos</i>	união, vínculo	<i>coniunctio</i>
interjeição	_____	_____	<i>interiectio</i>

Quadro 1 – Síntese dos termos e dos conceitos das classes de palavras em grego e latim.

CAPÍTULO 2

NGB E ENSINO

2.1 O que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a NGB?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) compreendem um conjunto de documentos norteadores da prática docente nas escolas. Abarcam todas as disciplinas da educação básica, do ensino fundamental I ao ensino médio. Além disso, outros volumes tratam dos chamados Temas Transversais: ética, pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente e saúde. Esse documento indica como as redes de ensino, a escola e os professores devem planejar aulas, projetos, sequências didáticas, e como os docentes podem trabalhar os conteúdos com os estudantes. Os PCN foram produzidos logo depois da implementação da Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A partir de 1997 e 1998 foram distribuídos para as escolas. Os PCN buscaram trazer para o ensino discussões linguísticas que já estavam acontecendo na ciência, no meio acadêmico. Especificamente em Língua Portuguesa, tivemos a inserção da Análise do Discurso, da Linguística Textual e da Sociolinguística, além dos estudos sobre Oralidade. Em sua introdução, o documento informa que tem como objetivo “auxiliar o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica a serem transformados continuamente” (Brasil, 1997, p. 10).

Os PCN recomendam que os conteúdos de Língua Portuguesa se estruturem de forma cíclica, ou seja, que eles apareçam nos anos do ensino “variando o grau de aprofundamento e sistematização” (Brasil, 1997, p. 36). A perspectiva que o documento traz para o ensino da língua é de um trabalho com foco no processo interacional da linguagem. A tríade USO - REFLEXÃO - USO deve pautar a operação dos conteúdos no trabalho pedagógico, que deve partir do uso, tendo como base o texto oral ou escrito, ir para a reflexão e retornar para o uso. É na reflexão que entra a análise linguística, termo evidenciado por João Wanderley Geraldi (1984), que proporciona ao trabalho com a língua, em sala de aula, dinamismo, por meio de uma prática de ensino mais próxima do real e menos

artificial, pois atrela reflexões linguísticas ao trabalho com o texto de maneira contextualizada e não estanque, como propunha o trabalho com a gramática escolar tradicional ao longo da história:

Entendo por prática de análise linguística a recuperação, sistemática e assistemática, da capacidade intuitiva de todo falante de comparar, selecionar e avaliar formas linguísticas (GERALDI, 2006 [1984], p. 90-91)

De acordo com o documento, o eixo uso compreende: “1. Variação linguística: modalidades, variedades, registros; 2. Organização estrutural dos enunciados; 3. Léxico e redes semânticas; 4. Processos de construção de significação; 5. Modos de organização dos discursos” (Brasil, 1998, p. 36). Nessa concepção, o trabalho ocorre em duas vertentes: análise epilinguística e metalinguística. A primeira, reflete o uso da língua de modo a considerar elementos para além do sistema linguístico, considerando diferentes maneiras de dizer, recursos expressivos e variadas possibilidades de linguagem; já a segunda trata da sistematização, propiciando categorizações e um tratamento mais analítico da língua, “seu funcionamento, as configurações textuais e, no interior destas, o léxico, as estruturas morfossintáticas e entonacionais” (Geraldi, 2003 [1991], p. 191). É exatamente na segunda que ocorre o uso da terminologia gramatical, neste caso, da NGB. A análise linguística engloba esses dois tipos de atividades, sendo as epilinguísticas suporte para a sistematização metalinguística. Nessa concepção, o aluno não deve decorar estruturas prontas e exercitá-las por meio de exercícios de fixação, mas antes reconstruí-las buscando compreensão de seu funcionamento ativamente através do trabalho de reflexão sobre o uso da língua.

É a partir do que os alunos conseguem intuir nesse trabalho epilinguístico, tanto sobre os textos que produzem como sobre os textos que escutam ou leem, que poderão falar e discutir sobre a linguagem, registrando e organizando essas intuições: uma atividade metalinguística, que envolve a descrição dos aspectos observados por meio da categorização e tratamento sistemático dos diferentes conhecimentos construídos. (BRASIL, 1998, p. 28)

A mudança de paradigma trazida pelos PCN consiste em sugerir que as atividades epilinguísticas preponderem sobre as metalinguísticas. Não exclui, portanto, o trabalho de sistematização gramatical, apenas o ressignifica. O trabalho de descrição da língua, classificação gramatical e uso de nomenclaturas não devem

ser propostos como fim em si mesmos, mas atrelados a uma abordagem centrada no desenvolvimento da competência discursiva dos estudantes.

A análise linguística inclui tanto o trabalho sobre questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto, entre as quais vale a pena citar: coesão e coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados (metáforas, metonímias, paráfrases, citações, discursos direto e indireto, etc.). [...] Trata-se de trabalhar com o aluno o seu texto para que ele atinja seus objetivos junto aos leitores a que se destina. (GERALDI, 2006 [1984], p. 74).

Constatamos, então, que a utilização de termos gramaticais se faz necessária nas situações didáticas, agora não como foco, mas instrumento de mediação entre o estudante e o conhecimento linguístico. Está a serviço das situações de comunicação da sala de aula com fins práticos de análise e reflexão linguística. De acordo com os PCN, já na década de 80 havia reflexões acerca do ensino tradicional de Língua Portuguesa, que problematizavam a questão da desconsideração da realidade do aluno, a escolarização excessiva das atividades de produção de texto e leitura, e a ênfase dada a exercícios mecânicos:

[...] o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais; a excessiva valorização da gramática normativa; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas e a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente. (BRASIL, 1998, p.18)

Concluimos, portanto, que já na referida década o uso da metalinguagem como fim, e não meio, apresentava-se como uma concepção de ensino sem sentido, posto que os termos gramaticais não são objetos de ensino como então se concebia.

O modo de ensinar, por sua vez, não reproduz a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido (BRASIL, 1998, p.29).

O papel do professor na mediação, e aqui, especificamente na transposição didática da terminologia utilizada nas aulas, é fundamental para o sucesso do aluno nas situações de aprendizagem. Os PCN não aboliram a necessidade do estudo

gramatical, nem de sua sistematização, como, erroneamente, muitos interpretaram, sugerindo, inclusive, a não utilização da terminologia gramatical em sala de aula: “[...] discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la” (Brasil, 1998, p.28). O que o documento coloca é importância de uma concepção didática de ensino de língua contextualizado e articulado às práticas sociais, que vai além da memorização terminológica com vistas à realização de exercícios de reconhecimento e fixação da nomenclatura:

Na perspectiva de uma didática voltada para a produção e interpretação de textos, a atividade metalinguística deve ser instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua que o professor seleciona e ordena no curso do ensino-aprendizagem (BRASIL, 1998, p 28).

No material destinado ao ensino fundamental I, os PCN orientam para a necessidade de utilizar a terminologia gramatical apenas em situações de análise linguística e somente os termos necessários ao conteúdo que está sendo ensinado: “Isso não significa que não é para ensinar fonética, morfologia ou sintaxe, mas que elas devem ser oferecidas à medida que se tornarem necessárias para a reflexão sobre a língua” (Brasil, 1997, p. 60). O documento fala sobre a necessidade de não confundir os alunos utilizando termos complicados sem objetivos claros e bem definidos para não se perder de vista o norte da reflexão sobre a língua:

A propriedade que a linguagem tem de poder referir-se a si mesma é o que torna possível a análise da língua e o que define um vocabulário próprio, uma metalinguagem. Em relação a essa terminologia característica, é preciso considerar que, embora seja peculiar a situações de análise linguística (em que inevitavelmente se fala sobre língua), não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, justificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo. O critério do que deve ser ou não ensinado é muito simples: apenas os termos que tenham utilidade para abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão sobre a língua excluindo-se tudo o que for desnecessário e costuma apenas confundir os alunos. (BRASIL, 1997, p. 60)

Nos PCN que orientam os currículos do ensino médio a preocupação com a prática de ensino da gramática tradicional, excessivamente interessada em classificações e uso da nomenclatura como finalidade do ensino de Língua Portuguesa, também é discutida. Do documento consta a crítica de que o entendimento da nomenclatura é tido como eixo principal, ocorrendo equívocos entre os conceitos de descrição e norma em análise de frases descontextualizadas

do uso e de textos. Ele ainda aponta para o fato problematizado e discutido nesta pesquisa: a questão dos alunos ano após ano terem contato com a nomenclatura gramatical e mesmo assim apresentarem pouca familiaridade com ela:

O estudo gramatical aparece nos planos curriculares de Português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível. (BRASIL, 2000, p. 16)

2.2 A NGB no currículo de São Caetano do Sul

O currículo da rede municipal de São Caetano do Sul foi elaborado coletivamente e contou com a participação dos professores e dos gestores no ano de 2013. Dele constam os conteúdos e as habilidades que devem ser trabalhados em cada ano do ensino, e em cada área do conhecimento. O currículo apresenta 380 páginas. A base teórica de Língua Portuguesa é a mesma dos PCN.

A parte de Língua Portuguesa, no ensino fundamental I, está organizada em quatro seções: práticas de comunicação oral, práticas de leitura, práticas de escrita e análise e reflexão sobre a língua. No ensino fundamental II, a divisão é feita em três partes: gêneros discursivos, oralidade e escrita (produção), leitura e interpretação de textos e gramática. É nas partes de análise e reflexão sobre a língua e de gramática, especificamente, que observamos o uso da terminologia gramatical e, por essa razão, faz sentido pensar em um trabalho sobre a NGB, particularmente no que diz respeito às classes de palavras, como se vê a seguir.

Desde o segundo ano, os alunos estão em contato com essa terminologia. Nos próximos tópicos, apresentam-se os conteúdos referentes às classes de palavras a serem ensinados em cada ano do ensino fundamental, em uma divisão por trimestre, tal qual ocorre nas escolas de São Caetano do Sul. Do currículo do ensino médio, não consta essa terminologia na descrição dos conteúdos, consta tão somente o termo “morfologia” localizado nos conteúdos de análise linguística, do 1º trimestre do 2.º ano.

Ensino Fundamental I –2.º ano

2.º trimestre:

Substantivo comum e próprio

Substantivo masculino e feminino

3º trimestre:

Substantivo singular e plural

Ensino Fundamental I – 3.º ano

3.º trimestre:

Gênero e número dos substantivos.

Ensino Fundamental I – 4.º ano

2.º trimestre:

Gênero e número dos substantivos

Substantivo coletivo

Artigo

Pronome pessoal dos casos reto e oblíquo

3.º trimestre:

Verbo no infinitivo, tempos verbais (passado, presente e futuro).

Gênero e número do adjetivo

Numeral

Ensino Fundamental I – 5.º ano

1.º trimestre:

Gênero e número do substantivo

Substantivo concreto e abstrato

2.º trimestre:

Substantivo simples e composto

Adjetivos pátrios.

Gênero, número e grau do adjetivo

3.º trimestre:

Pronomes possessivos, demonstrativos e de tratamento

Verbos: tempos verbais (presente, passado, futuro)

Conjugação

Ensino fundamental II – 6.º ano

1.º trimestre:

Substantivo: classificação e flexão (gênero, número).

2.º trimestre:

Adjetivo: classificação e flexão (gênero, número e grau)

Locução adjetiva

Artigo

Numerais

3.º trimestre:

Pronomes (conceito e classificação).

Verbos: modo indicativo (com ênfase na narrativa e nas mudanças de tempo verbal)

Ensino fundamental II – 7.º ano

1.º trimestre:

Revisão das classes de palavras (substantivo, adjetivo, verbo, interjeição, artigo, numeral e pronome)

Verbo: modo indicativo e modo subjuntivo

3.º trimestre:

Advérbio

Ensino fundamental II – 8.º ano

1.º trimestre:

Verbos impessoais

Formação do modo imperativo do verbo

3.º trimestre:

Verbos irregulares e abundantes

Conjunções coordenativas

Ensino fundamental II – 9.º ano

1.º trimestre:

Conjunções integrantes

Pronomes relativos

2.º trimestre:

Colocação pronominal

2.3 NGB nas gramáticas

Nesta seção, constata-se diferenças e aproximações das definições das classes de palavras em algumas gramáticas da Língua Portuguesa de: Celso Cunha Luís F. Lindley Cintra (2001)¹; Ataliba T. de Castilho, Vanda Maria Elias (2015)²; Domingos Paschoal Cegalla (2008)³; Napoleão Mendes de Almeida (2009)⁴; e Evanildo Bechara (2009)⁵. Optamos por utilizar a metonímia nas denominações das obras, já que culturalmente as gramáticas são mais conhecidas pelos nomes dos seus autores.

O que motivou a escolha dessas obras foi a busca de uma pequena diversificação de estilos nesse conjunto. Cunha e Cintra e Bechara são gramáticos cujas obras são reconhecidas e bem aceitas no meio acadêmico como referências. Cegalla foi escolhido porque sua obra está presente nas escolas, é comum encontrar a versão de bolso nos ambientes de ensino. Napoleão Mendes de Almeida teve sua obra selecionada pela tradição, pela característica conservadora no tratamento da língua. Por fim, a gramática de Ataliba e Vanda Elias entrou na seleção pela contemporaneidade, pela busca de diálogo com o interlocutor-estudante, pelo tratamento menos tradicional da língua.

Substantivo

O primeiro termo, *substantivo*, é definido na gramática de Cunha e Cintra como “palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (Cunha & Cintra, 2001, p.178). Além de exemplos, na definição também é destacado o aspecto funcional dos substantivos nas orações “Do ponto de vista funcional, o substantivo é a palavra que serve, privativamente, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto e do agente da passiva” (Cunha & Cintra, 2001, p.178). Os autores acrescentam que qualquer outra palavra de outra classe que seja utilizada

¹ Nova Gramática do Português Contemporâneo

² Pequena Gramática do Português Brasileiro

³ Novíssima Gramática da Língua Portuguesa

⁴ Gramática Metódica da Língua Portuguesa

⁵ Moderna Gramática Portuguesa

nessas funções equivalerá a um substantivo, como por exemplo: numeral, pronome substantivo, ou qualquer palavra substantivada.

Na gramática de Ataliba e Vanda Elias, a definição é apresentada buscando-se o sentido no próprio termo, e conclui-se que substantivo é “aquilo que está embaixo, aquilo que está na base dos textos e das sentenças” (Castilho & Elias, 2015, p. 194). Os autores decompõem o termo substantivo para explicar o conceito.

Mas de onde a gramática tirou esse termo? Se o decompusermos em seus constituintes, obteremos sub+sta+nt+ivo. A raiz <sta> é a mesma que aparece em *estar*, e o morfema {nt}, não mais reconhecível no português contemporâneo, formava no latim o particípio presente, que significava “aquele/ aquilo que”. (CASTILHO & ELIAS, 2015, p 194).

Na gramática de Cegalla temos a definição “são palavras que designam os seres” (Cegalla, 2008, p.130), seguida de exemplificação das funções sintáticas que substantivos podem exercer nas orações.

Por sua vez, na gramática de Napoleão Mendes a definição parece mais vaga, pois parte direto para as subdivisões da classe: “Classificam-se os substantivos em: comuns e próprios, concretos e abstratos, primitivos e derivados, simples e compostos” (Almeida, 2009, p. 84.).

Por fim, a obra de Bechara define o termo como: “a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias e (...) objetos mentalmente apreendidos como substâncias” (Bechara, 2009, p. 112).

Esta última definição e a segunda são as que se aproximam mais da raiz etimológica do termo de maneira mais explícita. A de Cegalla é que mais aparece nos livros didáticos, a que mais é trabalhada na escola. A definição apresentada por Ataliba e Vanda Elias também poderia ser utilizada em sala de aula por meio dos livros didáticos e outros materiais pedagógicos.

Artigo

Para o termo *artigo*, a definição apresentada por Cunha e Cintra é a seguinte: “palavras que se antepõem aos substantivos para indicar que se trata de um ser já conhecido ou que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao

qual não se fez menção anterior” (Cunha & Cintra, 2001, p. 205). Após a definição, os autores exemplificam a classe.

Na gramática de Ataliba e Vanda Elias, aprendemos que o artigo “é um marcador pré-nominal, átono, associado necessariamente ao substantivo” (Castilho & Elias, 2015, p.197). Acrescentam ainda que o “artigo é uma palavra que antepomos aos substantivos para dar aos seres um sentido determinado ou indeterminado” (Castilho & Elias, 2015, p.197).

A definição de Cegala é semelhante a uma parte da definição encontrada na gramática de Ataliba e Vanda Elias, mais precisamente a última parte da definição.

Napoleão Mendes define o artigo como “a palavra variável que tem por fim individualizar de duas maneiras: precisa, definida ou imprecisa, indefinida” (Almeida, 2009, p.131).

Evanildo Bechara traz a seguinte definição: “chamam-se artigo definido ou simplesmente artigo *o, a, os, as* que se antepõem a substantivos, com reduzido valor semântico demonstrativo e função precípua de adjunto desses substantivos” (Bechara, 2009, p.153). O gramático considera como legítimo apenas o artigo definido e atribui à tradição gramatical a aproximação com os chamados artigos indefinidos.

A tradição gramatical tem aproximado este verdadeiro artigo de *um, uns, uma, umas*, chamados artigos indefinidos, que se assemelham a *o, a os, as* pela mera circunstância de também funcionarem como adjunto de substantivo, mas que do autêntico artigo diferem pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais. (BECHARA, 2009, p.153)

Depois de observarmos todas as definições, verificamos que a ideia de artigo como articulação não aparece nas gramáticas.

Adjetivo

A respeito do termo *adjetivo*, na gramática de Cunha e Cintra, a definição apresentada é: “um modificador do substantivo, cuja função é indicar-lhe uma qualidade ou defeito” (Cunha & Cintra, 2001, p. 245). Os gramáticos oferecem exemplos e ainda acrescentam que o adjetivo estabelece diferentes relações quando junto ao substantivo.

Na gramática de Ataliba e Vanda Elias, temos, como definição, “aquilo que é lançado para perto de” (Castilho & Elias, 2015, p.195). Assim como na definição do termo substantivo, a definição do termo adjetivo é dada através da decomposição do termo e da busca da etimologia: “Pergunte, de novo, como a gramática inventou esse termo. Note que ele se decompõe em *ad+jet+ivo*, literalmente, ‘aquilo que é lançado para perto de’”. (Castilho & Elias, 2015, p.195). É a definição mais próxima do conceito greco-latino. Antes de oferecer a definição, os autores fazem uma reflexão a respeito do conceito.

Na gramática de Cegalla, é afirmado que “são palavras que expressam as qualidades ou características do ser” (Cegalla, 2008, p. 159). Em seguida, o autor informa as funções sintáticas que o adjetivo pode exercer na oração: predicativo e adjunto adnominal.

Em Napoleão Mendes, encontramos que “a esta classe pertencem todas as palavras que se referem ao substantivo para indicar-lhe uma qualidade. Adjetivo é toda palavra que modifica a compreensão do substantivo”. (Almeida, 2009, p.137).

Nos estudos de Bechara, “é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, caracterizar as possibilidades designativas do substantivo”. (Bechara, 2009, p.142).

Temos, portanto, definições que destacam o papel de modificador do adjetivo e outras que mencionam a questão de indicador de qualidade e característica. A noção de “o que é acrescentado, que faz atribuição” permeia todas elas, entretanto fica mais evidente na definição da gramática de Ataliba e Vanda Elias.

Numeral

O *numeral* aparece na gramática de Cunha e Cintra com a seguinte descrição: “Para indicar uma quantidade exata de pessoas ou coisas, ou assinalarmos o lugar que elas ocupam numa série, empregamos uma classe especial de palavras” (Cunha & Cintra, 2001, p. 369). Os autores seguem apresentando suas classificações.

Na gramática de Ataliba e Vanda Elias, a classe é entendida como um quantificador, não há uma definição precisa, porque os gramáticos não a incluem no conjunto das classes de palavras. Na obra *Nova Gramática do Português Brasileiro*,

os autores conceituam os numerais como uma subclasse dos pronomes, denominando-os de quantificadores definidos (Castilho e Elias, 2015 p. 55).

Para Cegalla, o numeral “é uma palavra que exprime número, ordem numérica, múltiplo ou fração” (Cegalla, 2008, p.174). Após a definição, o autor apresenta alguns exemplos.

Napoleão Mendes apresenta uma definição mais direta: “é a palavra que encerra a ideia de número” (Almeida, 2009, p.157). Em seguida, apresenta os tipos de numerais.

Bechara define a classe por meio da função: “é a palavra de função quantificadora que denota valor definido” (Bechara, 2009, p.203). Destaca ainda que os numerais propriamente ditos são os cardinais.

As definições mantêm a noção etimológica de “palavra que nomeia quantidades e palavras que ordenam”, contudo, para fins pedagógicos, o conceito apresentado na gramática de Ataliba e Vanda Elias requer um trabalho maior por parte de alunos e professores para que se garanta a compreensão do conceito. Essa definição ainda não é encontrada nos livros didáticos que circulam nas escolas.

Pronome

A respeito do termo *pronome*, Cunha e Cintra destacam duas funções: uma de “representar um substantivo” (Cunha & Cintra, 2001, p. 275) e outra de “acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado” (Cunha & Cintra, 2001, p.275). Os autores classificam os pronomes em pronomes substantivos e pronomes adjetivos.

A obra de Ataliba e Vanda Elias destaca a função anafórica dos pronomes no discurso: “Os pronomes podem retomar um substantivo previamente enunciado, substituindo-o” (Castilho & Elias, 2015, p.84). Os autores também classificam os pronomes como pessoais, possessivos, demonstrativos, quantificadores indefinidos e relativos, e acrescentam que: “Os pessoais designam participantes de uma conversação (palavras dêiticas)” (Castilho & Elias, 2015, p.84).

Em Cegalla, encontramos a seguinte definição: “são palavras que substituem os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso. Pessoa do discurso é a que participa do ato de comunicação”. (Cegalla, 2008, p.179).

Na gramática de Napoleão Mendes, temos: “é a palavra que ou substitui ou pode substituir um substantivo” (Almeida, 2009, p.170). O autor, após definir, também apresenta exemplos.

Bechara, por sua vez, traz a seguinte definição: “é a classe de palavras categoremáticas, que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto” (Bechara, 2009, p.162).

As definições concordam no papel de substituição desempenhado pelo pronome (no lugar de), mas não deixam explícita a função de indicação, apenas restringem essa indicação às pessoas do discurso.

Verbo

Para o termo *verbo* Cunha e Cintra trazem a seguinte definição: “palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (Cunha & Cintra, 2001, p.379). Os autores afirmam que o verbo não tem, sintaticamente, uma função privativa, porque o substantivo e o adjetivo também podem ser núcleos do predicado, entretanto afirmam a função obrigatória de predicado na estrutura oracional.

Ataliba e Vanda Elias dividem a definição em duas características, uma morfológica e outra sintática: “verbos possuem radical e morfemas sufixais específicos; tem propriedade de organizar a sentença respectivamente” (Castilho & Elias, 2015, p. 131 e 134.).

Em Cegalla, encontramos que o verbo “exprime ação, estado, fato ou fenômeno. É a palavra indispensável na organização do período” (Cegalla, 2008, p. 194). Além disso, o autor destaca a capacidade de flexão e conjugação do verbo.

Em Napoleão Mendes, lemos que classe corresponde a “toda palavra que indica ação ou resultado de ação (estado)” (Almeida, 2009, p.164). Em seguida, encontramos alguns exemplos.

Bechara apresenta o verbo como: “unidade de significação categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical” (Bechara, 2009, p.209). O gramático aponta para uma reflexão acerca da distinção entre os verbos nocionais e os verbos relacionais, apontando para a ideia de que o núcleo da oração é sempre o verbo, e os tradicionalmente conhecidos no ambiente escolar como verbos de ligação têm o mesmo valor dos outros verbos, pois

apresentam morfemas de pessoa e número e, juntamente com o sujeito, dão base à oração.

As definições apresentadas para esse termos são variadas, vão das mais tradicionais às mais reflexivas. As três primeiras destacam o papel do verbo na oração, no período. A obra de Cunha e Cintra é a única que menciona a noção de tempo na definição, dado importante para ser trabalhado em situações de ensino. Cegalla, Ataliba e Vanda Elias e Bechara evidenciam os aspectos morfológicos dos verbos. Bechara ainda problematiza a noção de verbo de ligação e verbo nocional, bem como destaca os aspectos morfológicos e reflete sobre o papel do verbo no predicado, como fazem também Cunha e Cintra. A noção que vem da etimologia de “o que se diz; predicado; o que se flexiona” aparece em graus distintos em cada gramática, posto que as definições se encaminham, ora para aspectos semânticos, ora para aspectos morfológicos e sintáticos.

Advérbio

O termo *advérbio* é definido por Cunha e Cintra da seguinte forma: “modificador do verbo; recebem denominação da circunstância ou ideia acessória que exercem” (Cunha & Cintra, 2001, p. 541 e 542).

Ataliba e Vanda Elias afirmam que o advérbio é aquele “que se coloca perto de” (Castilho & Elias, 2015, p.245). Nessa gramática buscam a explicação da classe na etimologia da palavra e destacam o prefixo *ad-*, fazendo comparação com o termo adjetivo. Explicam que os advérbios podem ser usados com outras classes, não apenas com os verbos: “É uma palavra invariável, que modifica o sentido das palavras a que se aplica”. (Castilho & Elias, 2015, p.245).

Na gramática de Cegalla, lemos que o “advérbio é uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio” (Cegalla, 2008, p.259). O gramático distingue as funções de acréscimo de circunstâncias e modificação feitas aos verbos e ressalta que os de intensidade podem modificar adjetivos e advérbios.

Napoleão Mendes afirma que: “advérbio é toda palavra que pode modificar o verbo, o adjetivo e, até, o próprio advérbio” (Almeida, 2009, p.316).

Por último, Bechara diz que se trata de uma “expressão modificadora que por si só denota uma circunstância e desempenha na oração função sintática de adjunto adverbial” (Bechara, 2009, p. 287).

Todas as definições concordam quanto ao papel modificador e indicador de circunstâncias do advérbio em relação ao verbo e outras classes. A definição que mais se aproxima da noção de “ao lado do/sobre o verbo” é a que aparece na gramática de Ataliba e Vanda Elias. É também a definição que busca resgatar a etimologia. Nenhuma delas apresenta o conceito de “adjetivo do verbo”.

Preposição

O termo *preposição* é definido por Cunha e Cintra como “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo” (Cunha & Cintra, 2001, p. 555). Denominam esses termos de “antecedente” e “consequente” e exemplificam.

Ataliba e Vanda Elias fazem uma crítica à ideia de que as preposições sejam vazias de sentido e demonstram que elas têm sentido, contrapondo o uso das preposições *de*, *em* e *para*. Definem que “o sentido das preposições é localizar no espaço e no tempo os termos que elas ligam” (Castilho & Elias, 2015, p.279 e 280).

Cegalla propõe que a preposição “é palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal, estabelecendo uma relação entre ambos” (Cegalla, 2008, p.268).

Na gramática de Napoleão Mendes, encontramos que é a “palavra invariável que tem por função ligar o complemento à palavra completada”. (Almeida, 2009, p.334). Em seguida, apresenta a etimologia “(do latim *prae*) diante de, mais (*positionem*), posição” (Almeida, 2009, p.334).

Bechara apresenta a seguinte definição: “unidade linguística desprovida de independência, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso (...) papel de índice da função gramatical do termo que ela introduz”. (Bechara, 2009, p. 296).

Todas as definições concordam quanto ao fato de as preposições ligarem, relacionarem termos e estabelecerem sentidos. A definição que busca raízes etimológicas é a encontrada na gramática de Napoleão Mendes; é a mais próxima do conceito “palavra que se coloca antes”.

Conjunção

O termo *conjunção* aparece na gramática de Cunha e Cintra como “vocábulo gramaticais que servem para relacionar duas orações ou termos semelhantes da mesma oração” (Cunha & Cintra, 2001, p. 579).

Na gramática de Ataliba e Vanda Elias as conjunções são definidas como “palavras que ligam sentenças simples para formar uma sentença complexa” (Castilho & Elias, 2015, p.348).

Cegalla apresenta a seguinte definição: “palavra invariável que liga orações ou palavras da mesma oração” (Cegalla, 2008, p.289).

Por sua vez, Napoleão Mendes define: “conectivo oracional, isto é, é a palavra que liga orações” (Almeida, 2009, p. 345). O autor também apresenta exemplos.

Finalizando, Bechara propõe que a preposição é uma “unidade que reúne orações num mesmo enunciado” (Bechara, 2009, p.319). Ele acrescenta: “conector e transpositor que se repartem em dois tipos: coordenadas e subordinadas” (Bechara, 2009, p.319).

Salientamos que a ideia de “união, vínculo” é mantida e aparece em todas as definições,

Interjeição

O último termo, *interjeição*, é definido por Cunha e Cintra como “é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções” (Cunha & Cintra, 2001, p. 591). Mencionam o contexto e entonação como determinantes para o valor de cada forma interjectiva.

Ataliba e Vanda Elias definem as palavras por funções, portanto concluem que interjeições não desempenham funções nas orações e são tratadas como “marcadores conversacionais” (Castilho & Elias, 2015, p.80).

Na gramática de Cegalla, encontramos que a interjeição “é uma palavra ou locução que exprime um estado emotivo” (Cegalla, 2008, p.300). O autor também apresenta exemplos. Além disso, acrescenta que se trata de recurso da linguagem afetiva ou emocional.

Em Napoleão Mendes, lemos a seguinte definição: “é a palavra ou a simples voz, ou muitas vezes um grito, que exprime de modo energético e conciso, um

pensamento, um afeto súbito da alma” (Almeida, 2009, p.365). O gramático também apresenta exemplos.

Na gramática de Bechara, a interjeição é definida como a “expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos”. Acrescenta ainda que “têm existência autônoma e constituem por si verdadeiras orações” (Bechara, 2009, p. 330).

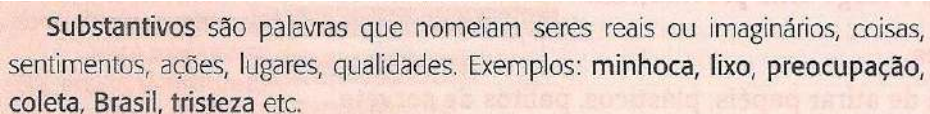
Para finalizarmos esta seção, é necessário ressaltarmos que os critérios de definição dos termos são semânticos, morfológicos e sintáticos. Algumas gramáticas trazem os três critérios, outras, apenas parte desses aspectos. Algumas obras ainda trazem o conceito etimológico para alguns termos. Verificamos, contudo, que não há um padrão mínimo nas definições. Elas são, em geral, amplas e diversas. Do ponto de vista didático-escolar, as definições mais tradicionais são as que mais aparecem nos livros didáticos, como poderemos observar na seção a seguir.

2.4 NGB nos livros didáticos

Nesta parte do capítulo, encontram-se os termos gramaticais definidos pelos livros didáticos. Essas informações foram coletadas de cinco diferentes títulos, todos aprovados no PNLD – Plano Nacional do Livro Didático -, que distribui livros para todas as escolas públicas do país. São eles: *Jornadas Português*, da Editora Saraiva, *Para Viver Juntos*, da Editora SM, *Português Linguagens*, da Editora Saraiva, *Projeto Teláris*, da Editora Ática, e *Vontade de Saber Português*, da Editora FTD. Nesta seção, optamos por escanear os trechos dos livros para demonstrar, além das definições, os recursos visuais utilizados para chamar a atenção dos alunos.

Substantivo

Antes de iniciarmos os apontamentos sobre as definições de *substantivo*, é importante que observemos os excertos retirados dos livros:



Substantivos são palavras que nomeiam seres reais ou imaginários, coisas, sentimentos, ações, lugares, qualidades. Exemplos: minhoca, lixo, preocupação, coleta, Brasil, tristeza etc.

Figura 4 – Fragmento do livro didático *Jornadas Português*, 6º ano (p.92).

Substantivos são palavras que usamos para nomear seres, lugares, instituições, ações, ideias, qualidades, sensações e sentimentos, tanto reais como imaginários.

Figura 5 – Fragmento do livro didático Para Viver Juntos, 6º ano (p.94).

Substantivos são palavras que nomeiam seres — visíveis ou não, animados ou não —, ações, estados, sentimentos, desejos e ideias.

Figura 6 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 6º ano (p.86).

Substantivo: é a classe de palavra que dá nome a tudo o que existe ou que é inventado.

Figura 7 – Fragmento do livro Projeto Teláris, 6º ano (p.85).

As palavras **passarinho, supermercado, carro, avião, árvore, casa e esqueleto**, empregadas pelas personagens, são chamadas de **substantivos**.

O substantivo é a palavra que dá nome aos seres (reais ou imaginários), objetos, sentimentos, lugares, ações, estados etc.

Figura 8 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 6º ano (p.67).

Verificamos que o termo *substantivo* é definido pelas coleções de maneira muito semelhante. Em todas elas encontramos as expressões “que nomeia” ou “que dá nome”, seguidas ou não de exemplos. A definição mais objetiva é a da coleção *Projeto Teláris*: “é a classe de palavra que dá nome a tudo o que existe ou é inventado”. Além disso, é única definição que não apresenta a expressão “nomeia seres” e suas variações, e fala sobre existência, “tudo o que existe”. Nenhuma das outras definições menciona essa ideia de existência, que é a base do conceito etimológico.

Observamos ainda que apenas os livros *Jornadas Português* e *Vontade de Saber Português* apresentam exemplos de substantivos. Quanto aos recursos visuais, constatamos que todos os livros dão destaque ao termo substantivo. Os livros que apresentam exemplos também os trazem em destaque por meio de negrito.

Artigo

Para o termo *artigo* temos nos livros as seguintes definições:

As palavras que antecedem os substantivos, determinando-lhes o gênero (masculino ou feminino) e o número (plural ou singular) são chamadas de **artigos**. Exemplos: **o** leão, **os** bichos, **a** porta, **as** músicas, **uma** guitarra, **um** semblante.

Figura 9 – Fragmento do livro didático *Jornadas Português*, 6º ano (p.168).

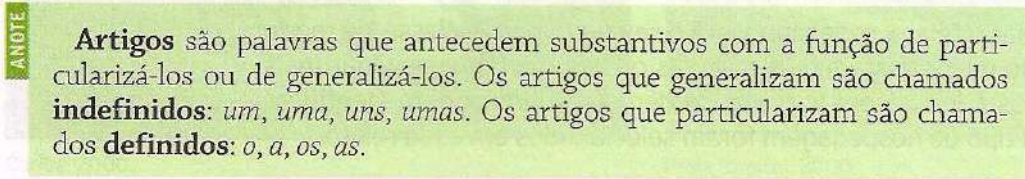


Figura 10 – Fragmento do livro didático Para Viver Juntos, 6º ano (p.166 e 169).

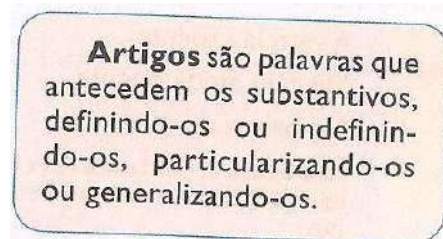


Figura 11 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 6º ano (p.159).

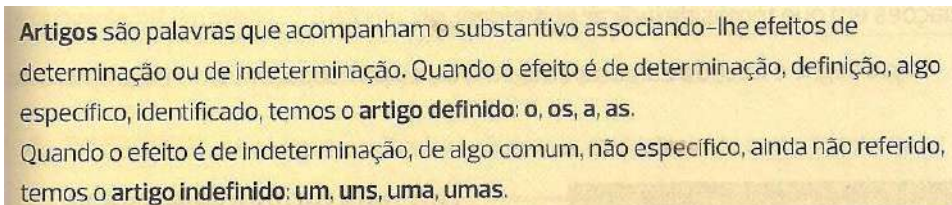


Figura 12 – Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 6º ano (p.121).

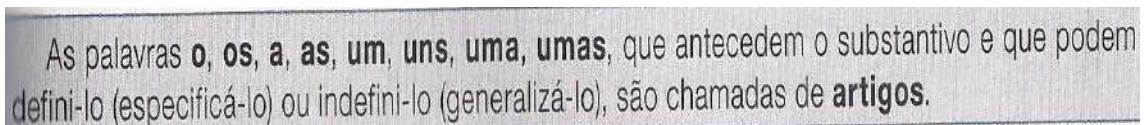


Figura 13 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 6º ano (p.153).

Como podemos verificar, o termo *artigo* geralmente aparece no plural, tendo sua definição como “palavras que antecedem substantivos”, “que vêm antes dos substantivos”. Além disso, é apresentada a distinção entre os definidos e indefinidos, trazendo a noção de particularização e generalização, seguidas de exemplificação. Apenas a coleção *Português Linguagens* apresenta uma definição mais objetiva e não traz exemplos. A definição da coleção *Projeto Teláris* substitui a expressão “que antecede” por “acompanha”. Nenhuma das definições traz a noção de artigo como articulação, como visto nas origens do termo.

Destacamos, ainda, que a coleção *Jornadas* é a única a mencionar que os artigos carregam os valores gramaticais de gênero e número. Quanto aos recursos visuais, nota-se que são usados para ressaltar o termo, sua subclassificação (definido e indefinido) e os próprios artigos.

Adjetivo

O termo *adjetivo* é definido, nos livros didáticos selecionados para análise, do seguinte modo:

Adjetivos são palavras que atribuem características, qualidades e modos de ser a um substantivo.

Figura 14 – Fragmento do livro didático Jornadas Português, 6º ano (p.130).

Adjetivos são palavras que **particularizam** substantivos, acrescentando-lhes características de qualidade, condição, julgamento, estado, etc.

Figura 15 – Fragmento do livro didático Para Viver Juntos, 6º ano (p.130).

As palavras que modificam os substantivos, atribuindo-lhes certas características, são chamadas de **adjetivos**.

Figura 16 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 6º ano (p. 106).

Palavras como *carente, risonha, absurda* são **adjetivos**.

Adjetivo é a classe de palavras utilizada para **caracterizar, qualificar** o substantivo.

Adjetivos: palavras que caracterizam os substantivos e podem expressar qualidade, estado, aparência, modo de ser. Eles delimitam, determinam o substantivo.

Figura 17 – Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 6º ano (p. 60 e 115).

As palavras que foram usadas para indicar, por exemplo, como era o personagem; como estavam o céu, as nuvens, a estrada; como era a montanha, a estrada e as arvorezinhas são **adjetivos**.
Adjetivos são palavras que modificam os substantivos, dando-lhes características, atribuindo-lhes um estado ou uma qualidade.

Figura 18 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 6º ano (p.109).

As definições apresentadas para o termo *adjetivo* aparecem como “palavras que atribuem, acrescentam, indicam características e qualidades ao substantivo”; “caracterizam os substantivos”. A coleção *Para Viver Juntos* traz em destaque na definição a expressão “particularizam” (particularizam substantivos). Tal expressão não aparece em nenhum dos outros livros. A concepção de o adjetivo “modificar o substantivo”, trazendo a ideia de modificador, aparece em duas coleções: *Português Linguagens* e *Vontade de Saber Português*. Em geral, mantém-se a noção daquilo

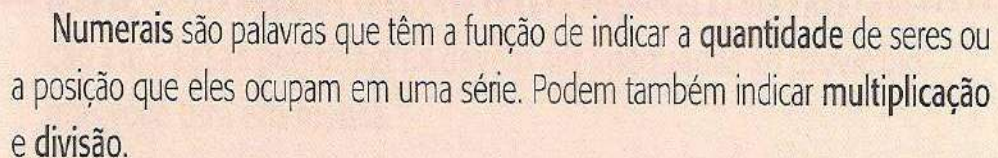
“que é acrescentado”, “que faz atribuição”, como era conceituado nos estoicos gregos.

Merece destaque, ainda, o fato de que os livros *Projeto Teláris* e *Vontade de Saber Português* partem dos textos para identificar e definir essa classe de palavras. O *Projeto Teláris* traz expressamente exemplos de adjetivos retirados de texto; o *Vontade de Saber Português* deixa essa tarefa para os estudantes, uma vez que apresenta apenas os substantivos que receberam adjetivos.

Do ponto de vista dos recursos visuais, observamos que o destaque é dado ao termo e, diferentemente do que ocorreu com os artigos, a aspectos relevantes da definição (“particularizar”, “caracterizar”, “qualificar”).

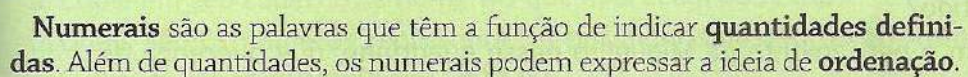
Numeral

Observemos, agora, as definições e explicações atribuídas ao termo *numeral*:



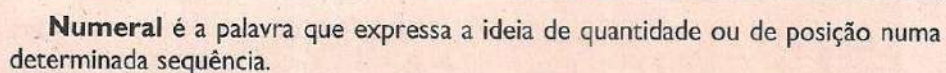
Numerais são palavras que têm a função de indicar a **quantidade** de seres ou a posição que eles ocupam em uma série. Podem também indicar **multiplicação** e **divisão**.

Figura 19 – Fragmento do livro didático Jornadas Português, 6º ano (p.180).



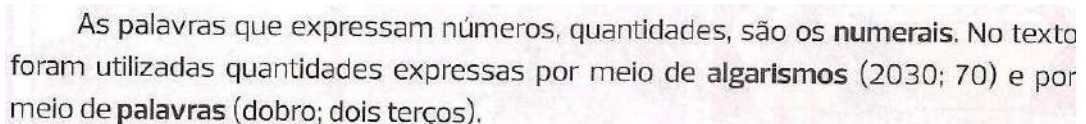
Numerais são as palavras que têm a função de indicar **quantidades definidas**. Além de quantidades, os numerais podem expressar a ideia de **ordenação**.

Figura 20 – Fragmento do livro didático Para Viver Juntos, 6º ano (p.167).



Numeral é a palavra que expressa a ideia de quantidade ou de posição numa determinada sequência.

Figura 21 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 6º ano (p.177).



As palavras que expressam números, quantidades, são os **numerais**. No texto foram utilizadas quantidades expressas por meio de **algarismos** (2030; 70) e por meio de **palavras** (dobro; dois terços).

Vamos considerar a escrita por extenso de todas essas quantidades. Assim, veremos que os numerais podem ser empregados com diferentes finalidades:

- para indicar uma quantidade definida: dois mil e trinta, setenta;
- para indicar um aumento da quantidade inicial: dobro;
- para indicar uma parte de um todo: dois terços.

Figura 22 – Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 6º ano (p.123).



Existem palavras que indicam a quantidade de seres ou sua posição ou ordem numa determinada sequência. Essas palavras recebem o nome de **numeral**.

Figura 23 – Fragmento do livro Vontade de saber Português, 6º ano (p.129).

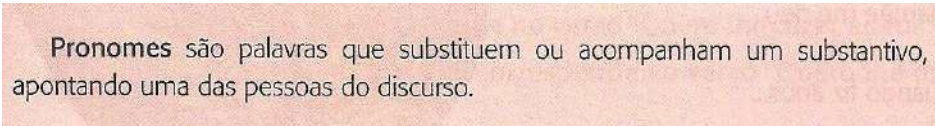
Para o termo *numeral* foram encontradas definições bastante similares. Todas citam a ideia de quantidade, e, com exceção do *Projeto Teláris*, todas referem-se à ordenação e à sequência. Nas coleções *Para Viver Juntos*, *Português Linguagens* e *Vontade de Saber Português*, as definições aparecem de maneira mais direta. Há uma coleção que além de definir, mostra exemplos. No geral, a noção de ordenação e quantidade está presente nas definições pesquisadas, como consta dos estudos etimológicos mencionados.

Mais uma vez, notamos que o *Projeto Teláris* parte de um texto para a identificação e a conceituação da classe dos numerais.

Verificando os recursos visuais, observamos que, tal como com os adjetivos, além do termo, são destacados os aspectos relevantes para a conceituação do termo (“quantidade”, “multiplicação”, “ordenação” etc.).

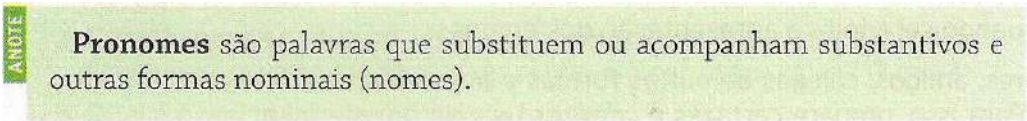
Pronome

Quanto ao termo *pronome*, encontramos nos livros as seguintes definições:



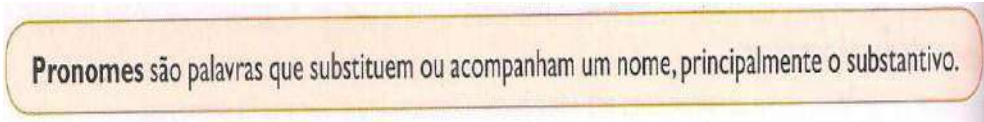
Pronomes são palavras que substituem ou acompanham um substantivo, apontando uma das pessoas do discurso.

Figura 24 – Fragmento do livro didático Jornadas Português, 6º ano (p.203).



Pronomes são palavras que substituem ou acompanham substantivos e outras formas nominais (nomes).

Figura 25 – Fragmento do livro didático Para Viver Juntos, 6º ano (p.200).



Pronomes são palavras que substituem ou acompanham um nome, principalmente o substantivo.

Figura 26 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 6º ano (p.194).



Figura 27– Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 7º ano (p, 175).

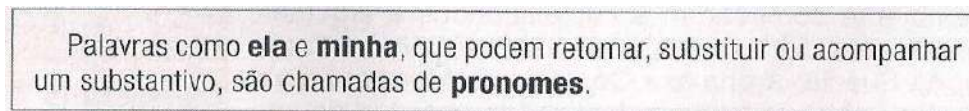


Figura 28 – Fragmento do livro Vontade de Saber Português, 6º ano (p.172).

Referentemente aos *pronomes*, estes foram definidos pelas coleções do seguinte modo: “palavras que substituem ou acompanham substantivos” Essa definição aparece em todas as coleções. Na quarta coleção, *Vontade de Saber Português*, aparece a expressão “retomar”, apresentando, assim, uma noção, ligada à linguística textual, que é a função anafórica dos pronomes no texto. Nenhuma das coleções aponta nas definições a noção de “indicação” dos pronomes. A primeira coleção fala de “apontamento de uma das pessoas do discurso”. Todas elas mencionam o pronome ligado apenas ao substantivo, somente as coleções *Para Viver Juntos* e *Português Linguagens* ressaltam que o pronome também pode ser utilizado com outras formas nominais.

Do ponto de vista dos recursos visuais, observamos o destaque somente do termo. Apenas a coleção *Vontade de Saber Português* traz em negrito também os exemplos. Devemos observar também que essa é a única coleção que apresenta exemplos junto à definição.

Verbo

O termo verbo é definido da seguinte maneira pelas coleções analisadas:

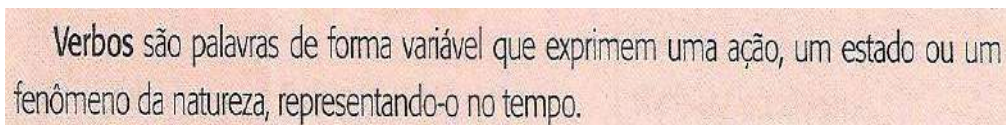


Figura 29 – Fragmento do livro didático Jornadas. Português, 6º ano (p.256).

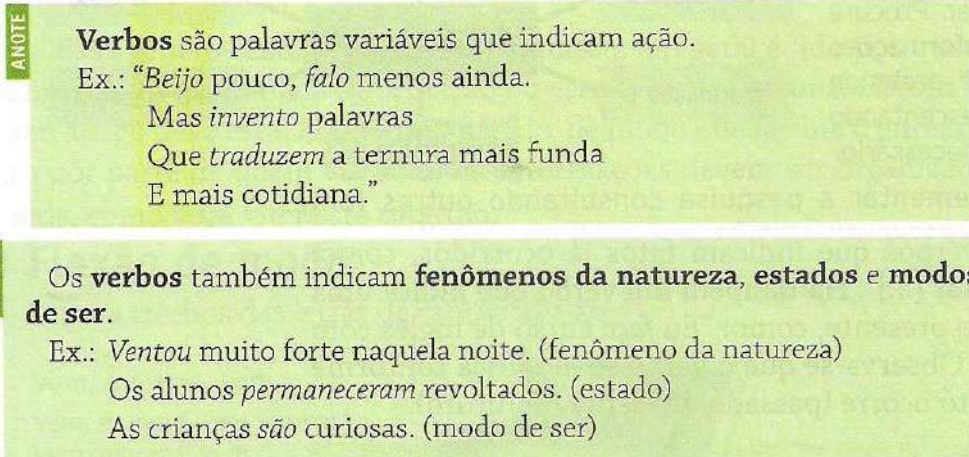


Figura 30 – Fragmento do livro didático Para Viver Juntos, 6º ano (p.231).

Verbos são palavras que exprimem ação, estado, mudança de estado e fenômenos meteorológicos, sempre em relação a determinado tempo.

Figura 31 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 6º ano (p.223).

O verbo é uma classe de palavra que indica ação, qualidade ou estado do ser a que se refere, ou fenômeno da natureza, localizando-os no tempo.	Além de indicar ação, estado e fenômenos meteorológicos, o verbo também indica mudança de estado.
--	---

Figura 32 – Fragmento do livro didático Projeto Télaris, 6º ano (p.178 e 182).

Durante o dia, Marco praticou diversas ações, como acordar, estudar, brincar etc. Palavras que são usadas para indicar ações recebem o nome de **verbos**. Além de ação, os verbos podem expressar:

- **fenômeno meteorológico ou da natureza:** **Chove** muito em Manaus.
- **estado:** Valéria **estava** doente e **ficou** feliz com as visitas que recebeu.

Figura 33 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 6º ano (p.205).

Os livros consultados definiram os *verbos* como “palavras variáveis que indicam ou exprimem: ação, estado e fenômeno da natureza”. Todas elas mencionam esses quatro pontos com pequenas variações, mas mantendo a mesma noção. A coleção *Para Viver Juntos* acrescenta a noção de “modo de ser” e exemplifica. Sobre a noção de indicação de tempo, apenas as definições das coleções *Jornadas Português* e *Português Linguagens* a trazem de maneira explícita

“representando-o no tempo” e “sempre em relação a determinado tempo”. Todas as definições apontam para a forma variável do verbo. Analogamente, a capacidade de flexão, “o que se flexiona”, como aparece na etimologia. Contudo, não observamos a menção a outros valores expressos pelas desinências verbais, como modo, número e pessoa. Apesar das definições apontarem para a forma variável do verbo, não é possível afirmar que fica clara para os alunos a sua característica flexional destacada na denominação dada pelos gregos.

No que diz respeito aos recursos visuais, observamos o destaque do termo e, em alguns casos, dos exemplos e de informações importantes para a conceituação do termo.

Advérbio

O termo advérbio tem as seguintes definições nos livros pesquisados:

Advérbio é a palavra que indica uma circunstância (de modo, intensidade, tempo, lugar etc.), em relação a um verbo, a um adjetivo, a outro advérbio ou a uma frase.

A **locução adverbial** é formada por duas ou mais palavras e tem o valor de um advérbio.

Figura 34 – Fragmento do livro didático Jornadas Português, 6º ano (p.294).

ANOTE

As palavras que **modificam um verbo**, indicando as circunstâncias em que ocorre a ação expressa por ele, são chamadas de **advérbios**. Os advérbios também podem modificar adjetivos ou outros advérbios.

Figura 35 – Fragmento do livro didático Para viver juntos, 7º ano (p.106).

Advérbio é a palavra que indica as circunstâncias em que se dá a ação verbal.

Figura 36 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 7º ano (p. 58).

O **advérbio** é uma classe mista, pois há advérbios que variam e advérbios que não variam.

Advérbio é a palavra que modifica o verbo e outras classes de palavras, indicando circunstância de tempo, de lugar, de modo, etc. Quando a circunstância indicada está representada por mais de uma palavra, temos a **locução adverbial**.

Figura 37 – Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 6º ano (p.84 e 183).

a) Advérbios ou locuções adverbiais — Palavras ou expressões que indicam circunstâncias de tempo, lugar, modo, negação, afirmação, etc. Exemplos: *hoje, aqui, rapidamente, não, sim*, etc.

Os advérbios compostos por mais de uma palavra são chamados de **locuções adverbiais**: *à tarde, às ocultas, às avessas, de repente, para sempre, na manhã seguinte, depois de algum tempo, em noites calmas, durante horas, do alto da grande muralha*, etc.

Figura 38 – Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 8º ano (p.37).

Palavras que modificam especialmente o verbo e indicam circunstâncias de tempo, modo, lugar, companhia, entre outros, recebem o nome de **advérbios**. Quando duas ou mais palavras possuem valor de advérbio, elas recebem o nome de **locução adverbial**.

Os **advérbios** e as **locuções adverbiais** são classificados de acordo com as circunstâncias ou as noções que expressam, como:

Figura 39 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 6º ano (p. 247).

No geral, os *advérbios* receberam as seguintes definições: “indica circunstância” e “modifica o verbo”. Os livros *Jornadas Português e Para Viver Juntos* mencionam que além de modificar verbos, também modificam adjetivos e outros advérbios. Algumas definições são ampliadas com tipos de circunstâncias expressos pelos advérbios. Todas as definições concordam quanto ao papel do advérbio de indicador e modificador do verbo.

Devemos destacar também que três coleções, *Jornadas Português*, *Projeto Teláris* e *Vontade de Saber Português*, citam as locuções adverbiais.

Em relação aos recursos visuais, encontramos em destaque apenas os termos advérbio e locução adverbial; somente uma das coleções, *Para Viver Juntos*, enfatiza a função dos advérbios “modificam o verbo”.

Preposição

O termo *preposição* foi definido pelas coleções da seguinte forma:

Preposição é a palavra invariável que liga duas outras palavras, estabelecendo uma relação de sentido entre elas. São preposições: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás* etc.

Figura 40 – Fragmento do livro didático Jornadas Português, 7º ano (p.109).

ANOTE

Preposição é palavra invariável que liga dois termos de uma frase, estabelecendo relação de sentido entre eles. As preposições podem indicar posse, matéria, causa, finalidade, etc.

Locução prepositiva é um grupo de palavras com valor de preposição. Ex.: *além de, por meio de, em cima de, junto a, em vez de, abaixo de*, etc.

Figura 41 – Fragmento do livro didático Para viver juntos, 7º ano (p.34).

Preposição é uma palavra que liga duas outras palavras, de forma que o sentido da primeira é completado pela segunda.

Figura 42 – Fragmento do livro didático Português Linguagens, 7º ano (p.138).

c) **Preposições** – Palavras ou expressões que ligam palavras, estabelecendo relação de sentido entre elas.

Entre as mais comuns estão: *a, ante, até, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sobre, sob, trás*, além de expressões (locuções prepositivas) como: *perto de, abaixo de, através de, além de, próximo a, antes de, em cima de, até a, em vez de...*

Figura 43 – Fragmento do livro didático Projeto Teláris, 8º ano (p.38).

As palavras que relacionam dois termos em uma oração, estabelecendo uma relação de sentido e de dependência entre eles, recebem o nome de **preposição**.

Figura 44 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 7º ano (p.139).

Conforme podemos observar, o termo *preposição* foi definido nos livros didáticos, em linhas gerais, como: “palavra invariável que liga duas palavras, dois termos, estabelecendo uma relação de sentido”. Três livros trazem exemplos:

Jornadas Português, Para Viver Juntos e Vontade de Saber Português. A coleção *Projeto Teláris* fala em “palavras ou expressões que ligam palavras”; provavelmente, faz referência às locuções prepositivas quando fala em “expressões que ligam”, mas isso não fica claro na definição. No livro *Vontade de Saber Português* é utilizada a expressão *relaciona*: “palavras que relacionam dois termos em uma oração”. O conceito de “palavra que se coloca antes”, como indica etimologicamente a formação do termo, não é utilizado.

A respeito dos recursos visuais, observamos que, no geral, apenas os termos, preposição e locução prepositiva, além dos exemplos, recebem a ênfase.

Conjunção

Para os termos conjunção, encontramos nos livros as seguintes definições:

Conjunção é a palavra que une duas orações. Exemplos de conjunções: **e**, **que**, **mas**, **porque**, **portanto** etc.

As conjunções também podem unir duas palavras ou expressões que têm a mesma função em uma oração.

Figura 45 – Fragmento do livro *Jornadas Português*, 7º ano (p.127).

ANOTE

Conjunções são palavras invariáveis que têm por função **conectar** orações ou termos semelhantes da mesma oração. Por ter essa função, as conjunções também são chamadas **conectivos**.

As conjunções dividem-se em **coordenativas** e **subordinativas**.

Figura 46 – Fragmento do livro didático *Para viver juntos*, 8º ano (p.214).

Conjunção é a palavra ou expressão que relaciona duas orações ou dois termos de mesmo valor sintático.

Figura 47 – Fragmento do livro didático *Português Linguagens*, 8º ano (p.200).

Conjunção é um **conectivo**, classe de palavra que tem a função de ligar orações, isto é, de estabelecer relações de coesão e de sentido entre orações.

Figura 48 – Fragmento do livro didático *Projeto Teláris*, 9º ano (P. 65).

As palavras que são usadas para ligar duas orações ou termos de mesma função sintática de uma oração recebem o nome de **conjunção**.

Figura 49 – Fragmento do livro didático Vontade de Saber Português, 8º ano (p.191).

A *conjunção* é definida como “palavra que une”, “que liga”, “que relaciona”, “que conecta duas orações”. A coleção *Para Viver Juntos* é a única que menciona a característica invariável dessa classe; além disso, é a única que menciona o termo “conectivo” como sinônimo de conjunção e as subdivide em coordenativas e subordinativas. A coleção *Projeto Teláris* é única que levanta a função de coesão das conjunções. Por outro lado, todas as coleções acrescentam a informação de que, além de ligar orações, as conjunções também ligam termos com a mesma função sintática. Mantem-se, assim, a noção etimológica de “união”, “vínculo” nas definições pesquisadas.

Sobre os recursos visuais, verificamos que, no geral, os destaques são dados ao termo. A coleção *Jornadas Português*, única a apresentar exemplos, também os apresenta em destaque. A coleção *Para Viver Juntos* traz a subclassificação das conjunções em destaque, além da sua função de “conectar”.

Interjeição

Apenas a coleção *Para Viver Juntos* apresenta a classe das *interjeições*, como vemos adiante na próxima figura. Os outros livros falam de onomatopeias, marcadores conversacionais e frases exclamativas.

ANOTE As palavras que expressam sensações, emoções, sentimentos são chamadas de **interjeições**. Na fala, são reconhecidas pela entonação que o falante emprega ao pronunciá-las e, na escrita, são identificadas sobretudo pelo **ponto de exclamação (!)**. As interjeições se apresentam por meio de:

- **sons vocálicos:** ah!, oh!, hã!, ui!, eia!
- **palavras únicas:** olá!, tchau!, puxa!, viva!, boa!
- **locuções interjetivas:** ora bolas!, Deus me livre!
- **onomatopeias:** pum!, vapt-vupt!, arghh!

Figura 50 – Fragmento do livro didático Para viver Juntos, 6º ano (p.178).

Para fornecer aos alunos informações para a identificação das interjeições, a coleção utiliza-se de dados de várias ordens. Recorre a informações semânticas

(expressam sensações, emoções, sentimentos), fonológicas (entonação), gráficas (sinais de pontuação) e relacionadas à forma.

Considerações sobre as classes de palavras nos livros didáticos

Por meio do levantamento realizado, verificamos que a maioria das definições apresentadas nos livros didáticos demonstra, ao menos, uma incompletude em relação aos conceitos abordados, pois as palavras não apresentam apenas uma dimensão a ser estudada, pelo contrário, na classificação das palavras em classes levam-se em conta suas características semânticas, morfológicas e sintáticas, no entanto nem sempre observamos essas características contempladas nas definições.

Em geral, as definições não seguem um padrão, embora para algumas classes sejam apresentadas definições mais assemelhadas. Entendemos que isso pode interferir na assimilação dos conceitos por parte do aluno em fase de aprendizagem. As coleções podem mudar, caso o aluno seja transferido de uma escola para outra; isso pode levá-lo a certa dificuldade na compreensão desses conceitos e definições. Sabemos, conforme já discutido, que a implementação da NGB preocupou-se apenas com a nomenclatura, não com as definições, entretanto essa diversificação pode acarretar em prejuízo na aprendizagem dos alunos.

Nas definições de substantivo, a expressão “o que nomeia seres” e suas variações, pode levar o estudante ao erro de associar “seres” apenas aos seres vivos, levando à dificuldade em compreender os substantivos abstratos, por exemplo. Sobre os adjetivos, poucas definições ressaltam o papel de modificador que ele desempenha. A tradição escolar tende a definir o termo adjetivo apenas como “qualidade”. Quanto ao verbo, a definição “ação, estado e fenômeno da natureza”, na construção “Eu tive medo”, pode levar à classificação equivocada da palavra medo, que, semanticamente, é um estado, a maneira como o sujeito estava. Um aluno pode confundir esses conceitos e ser levado a classificar a palavra “medo” como um verbo também. Além disso, se o aluno ficar apenas com a definição semântica, pode classificar os substantivos deverbiais como verbos.

Joaquim Mattoso Câmara Junior (1964, p.150) destaca que o nome e o verbo pertencem à mesma realidade, o primeiro por meio de um aspecto estático, o segundo por meio de um aspecto dinâmico, referindo-se a um ser ou a um processo.

Decorre daí a separação básica entre frases nominais e frases verbais. O autor utiliza o exemplo “Pedro é bom” e “Pedro procede bem” para marcar essa distinção, em que, no primeiro exemplo, ocorre a atribuição de um ser a outro, e a forma verbal que aparece é apenas uma cópula, uma ligação entre um e outro; já no segundo exemplo, percebemos um processo. Dessa forma, “pode-se em referência a um mesmo fato natural preferir a expressão nominal, que psiquicamente corresponde a uma visão estática do fenômeno, ou a expressão verbal que dá do fenômeno uma visão dinâmica” (Mattoso Câmara, 1964, p.151). Essa é uma distinção que não aparece nos materiais didáticos oferecidos aos alunos, e talvez nem aos destinados aos professores.

De acordo com o pesquisador, uma palavra é a junção de forma e sentido; o sentido não é algo independente, mas está conjugado a uma forma. Nas línguas indo-europeias nome é um vocábulo com declinação e verbo um vocábulo com conjugação. Segundo o mesmo autor, há quem considere a divisão nome e verbo um fato universal, um conceito que extrapola o espaço indo-europeu, pois consta de línguas primitivas “estudadas embora por um critério inteiramente emancipado dos quadros categóricos das nossas línguas ocidentais” (Mattoso Câmara, 1964, p.152).

Sobre os pronomes, o linguista faz a observação de que, mesmo em forma nominal, “eles se distinguem dos nomes propriamente ditos pela circunstância de exprimirem um ser não por ele mesmo, mas em função de uma situação linguística” (Mattoso Câmara, 1964, p.154). Destaca os que fazem referência às pessoas e os que estabelecem relação espacial. Os pronomes são entendidos e comparados a sinais que indicam ao invés de nomear; são principalmente dêiticos, pois não designam pessoas, coisas, conceitos ou qualidades em geral, tal qual os nomes.

Com relação aos artigos, o autor menciona o valor demonstrativo dessa classe, ele o classifica como demonstrativo vago e faz um contraste com os demonstrativos precisos, que são os pronomes demonstrativos mesmos, mas prossegue no raciocínio afirmando que o valor demonstrativo do artigo esbarra no que ele considera categoria da indicação definida e exemplifica: “‘O livro’ em português é – muito mais do que um livro que se acha em lugar conhecido dos interlocutores – um livro que os interlocutores sabem qual é” (Mattoso Câmara, 1964, p.157).

Os artigos, as preposições e as conjunções são caracterizados como instrumentos gramaticais, cuja função na língua é indicar relações linguísticas. Os

pronomes, de acordo com outros estudiosos mencionados nos estudos do pesquisador, também fazem parte desse conjunto. Contudo, o autor o coloca entre as três classes essenciais, fazendo a ressalva de que, morfologicamente, ora eles se apresentam como partículas clíticas, ora se aproximam mais dos nomes. Temos como essenciais, portanto: 1) nomes; 2) verbos; 3) pronomes.

Especificamente sobre substantivos e adjetivos, Mattoso Câmara, (1964, p. 158) com base em estudos das línguas indo-europeias, afirma que a distinção entre os dois vocábulos não é semântica e sim funcional, ou seja, um nome ou pronome pode ser utilizado correspondendo a si, ou como modificador. Temos, portanto, nome substantivo e nome adjetivo, como também pronomes substantivos e pronomes adjetivos. Essa noção não aparece nos livros didáticos, o termo adjetivo é pouco explorado como pertencente à categoria dos nomes. De igual modo, ocorre com as outras classes nominais.

Quanto aos advérbios, é conceituado como nome ou pronome que pode aparecer na função de modificador de um verbo ou nome. Além disso, o linguista destaca que “são dos pronomes e nomes na função modificadora de advérbios que surgem as preposições e conjunções, quando se lhes oblitera o conteúdo nocional e nelas se concentra um conceito de relação” (Mattoso Câmara, 1964, p. 159).

O estudo de Mattoso Câmara discutido aqui não trata diretamente dos conceitos e suas denominações, no entanto faz uma reflexão bastante aprofundada das funções das classes gramaticais no discurso, que permite associar essas funções aos seus conceitos e denominações. Os conceitos dos termos, e suas respectivas denominações, vão sendo apresentados, sendo possível compará-los àqueles que os livros didáticos, as gramáticas e a herança greco-latina trazem. Verificamos que muitas discussões apresentadas por Mattoso Câmara foram abandonadas e não são aproveitadas para fins didáticos.

É perceptível, na análise dos livros didáticos estudados, que os aspectos morfológicos e sintáticos utilizados na classificação das palavras são praticamente esquecidos. Da mesma forma, também é pouco explorada a função textual/discursiva das classes consideradas como instrumentos gramaticais.

CAPÍTULO 3

NGB NA ESCOLA

3.1 Caracterização do público pesquisado

A instituição EMEF Prof^a Eda Mantoanelli iniciou suas atividades em 12 de março de 1968, com o nome de Ginásio Vocacional de Vila Santa Maria. Era uma escola que tinha em seu projeto, além do ensino regular, cursos profissionalizantes. Por meio de decreto, em 05 de julho de 1970, passou a integrar a rede de ensino oficial com o nome de Ginásio Estadual de Vila Santa Maria. Em dezembro de 1979, passou a se chamar Escola Estadual de 1º e 2º grau Prof^a Eda Mantoanelli, em homenagem a uma antiga professora do colégio. Em 1998, o nome foi alterado para Escola Estadual Prof^a Eda Mantoanelli. A municipalização ocorreu em dezembro de 2009, alterando seu nome para o atual.

A escola está situada na Rua Ivaí, 63, Bairro Santa Maria, São Caetano do Sul – SP. Limita-se com Santo André pelo córrego de Utinga e pela Rua Marina. É uma escola urbana, localizada em bairro com total infraestrutura: ruas pavimentadas, praças, árvores, rede de esgoto, água, eletricidade, telefones públicos, coleta de lixo e coleta seletiva. Trata-se de um bairro de atividade socioeconômica mista, composta por comércio e indústrias, além de elevado número de residências. É uma escola bem localizada, em bairro de classe média, faz parte de um complexo cultural. Há nos arredores: teatro, parque e clubes.

Apesar de o prédio ser antigo, a escola é bem estruturada tanto fisicamente, como materialmente. Todas as salas de aula têm lousa digital, internet sem fio, *netbooks* para uso individual em sala de aula, quatro quadras esportivas, um ginásio coberto anexo ao prédio, laboratório de ciências, teatro, biblioteca, sala de robótica, sala de dança, sala de teatro, sala de música, ateliê de artes, dois pátios cobertos, cozinha e refeitório.

O colégio atende ao ensino fundamental II, no período da manhã, e o ensino fundamental I, em período integral. Os estudantes do fundamental II participam de aulas de reforço e projetos no contraturno. Todos os alunos usam uniforme no espaço escolar. No geral, respeitam regras de convivência e disciplina. O perfil dos

alunos enquadra-se na chamada classe média; não é um público carente. As famílias apresentam estruturas diversificadas, são compostas por pais trabalhadores de profissões formais e informais. Os estudantes recebem material escolar do município anualmente e utilizam livros didáticos do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático - em todas as matérias.

O corpo docente é inteiramente concursado. Na instituição é feito um trabalho de inclusão educacional reconhecido no município. Muitos alunos participam ativamente e, com excelentes resultados, de olimpíadas esportivas e educacionais.

3.2 Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada com 32 alunos de duas turmas do 9.º ano. Os alunos receberam um questionário com termos gramaticais para os quais solicitamos atribuir a definição de cada termo (exemplos de questionários respondidos poderão ser observados nos anexos).

No questionário, os dois primeiros termos eram morfologia e sintaxe. Todos os alunos (100%) não souberam responder. Esses dois termos não serão considerados para fins de análise neste trabalho. Os outros termos referentes às categorias gramaticais e à sintaxe também não serão analisados. Foi feito um recorte do material coletado e apenas os termos referentes às classes gramaticais, ou classes de palavras, serão considerados.

O questionário foi aplicado em fevereiro de 2015, logo no início do ano letivo. Antes das folhas serem entregues, os alunos foram orientados a manter silêncio e não utilizar nenhum material para consulta: deveriam comportar-se como em uma situação formal de avaliação.

Durante o procedimento, os alunos demonstraram apreensão e dúvidas. Não tiveram nenhuma reação de rebeldia e nenhum dos presentes se negou a participar. Alguns disseram: “eu sei o que é, mas não sei como explicar”. Sem que fosse solicitado, por conta própria, alguns exemplificaram sem definir o termo. Outros definiram e deram exemplos. Os alunos utilizaram os exemplos como apoio.

Os termos escolhidos fazem parte do universo escolar dos alunos, portanto não estão isolados ou afastados da realidade do público. Estão inseridos no discurso didático e pedagógico da sala de aula e constam dos livros didáticos aprovados pelo MEC, Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional do Livro Didático –

PNLD. Os termos estudados, portanto, não foram aplicados, nem analisados fora de contexto.

3.3 Os questionários e sua aplicação

Após a obtenção dos dados, para a organização das informações e sua análise, foram montadas duas tabelas para cada classe gramatical, sendo as primeiras tabelas referentes ao 9.º ano A e as segundas ao 9.º ano B. São seis colunas em cada tabela. Da coluna 1 constam os alunos pesquisados, denominados por letras do alfabeto, aleatoriamente.

No geral, os alunos escreveram definições, às vezes próximas da definição escolar, outras vezes mais próximas de uma definição espontânea, menos escolar. Alguns alunos não colocaram definições, apenas exemplos. Outros colocaram definições, escolares ou espontâneas, e exemplos. Uma parte dos alunos não colocou definição nenhuma, nem exemplos. Nesses casos, escreveram “não sei” e essa ocorrência foi marcada na última coluna. É importante ressaltarmos que a definição mais escolar é aquela que passa por definições mais didáticas, definições que provavelmente os alunos leram e ouviram ao longo dos anos escolares. A definição menos escolar, portanto, é uma definição mais espontânea, que não é perpassada por conceitos didático-pedagógicos formais.

Das tabelas a seguir constam, portanto, nas colunas, os seguintes itens: 1) aluno; 2) definição; 3) exemplificação; 4) definição mais escolar; 5) definição menos escolar; e 6) sem definição.

Por uma questão de organização e apresentação dos dados tabulados, a fim de que essas informações não fiquem truncadas, as tabelas serão apresentadas a partir da próxima página seguidas dos gráficos. Após a apresentação das tabelas e gráficos, apresentamos uma análise mais qualitativa e descritiva das definições dadas pelos alunos nos questionários.

3.4 Análise das respostas sobre o termo *substantivo*

Substantivo – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C		X			X
D					X
E	X	X		X	
F					X
G	X		X		
H	X		X		
I	X		X		
J	X			X	
K					X
L	X		X		
M		X			X
N					X
O	X	X	X		
P	X	X	X		
TOTAL	8	5	6	2	8
(%)	50%	31,3%	37,5%	12,5%	50%

Tabela 1 – substantivo, turma 1 – 9.ºA.

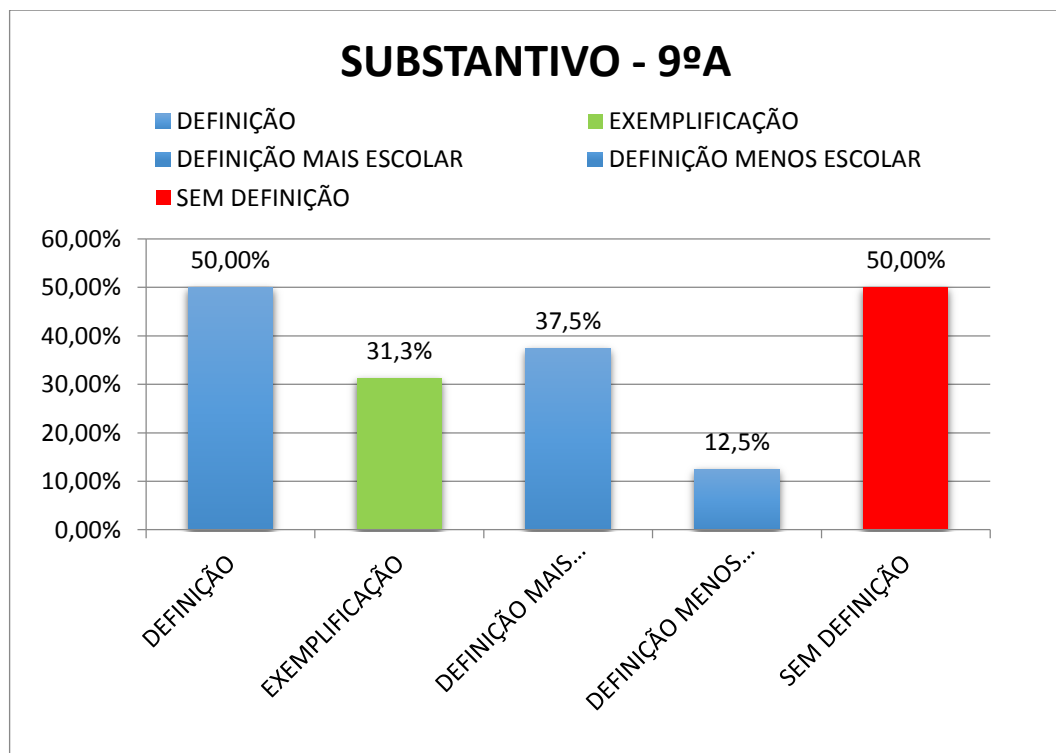


Figura 51 – gráfico, substantivo, turma 1 – 9.ºA.

Substantivo – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C		X			X
D					X
E	X		X		
F		X			X
G	X	X	X		
H		X			X
I	X			X	
J					X
K	X	X	X		
L	X	X	X		
M	X	X		X	
N					X
O					X
P					X
TOTAL	6	7	4	2	10
(%)	37,5%	43,8%	25%	12,5%	62,5%

Tabela 2 - substantivo, turma 2 - 9ºB.

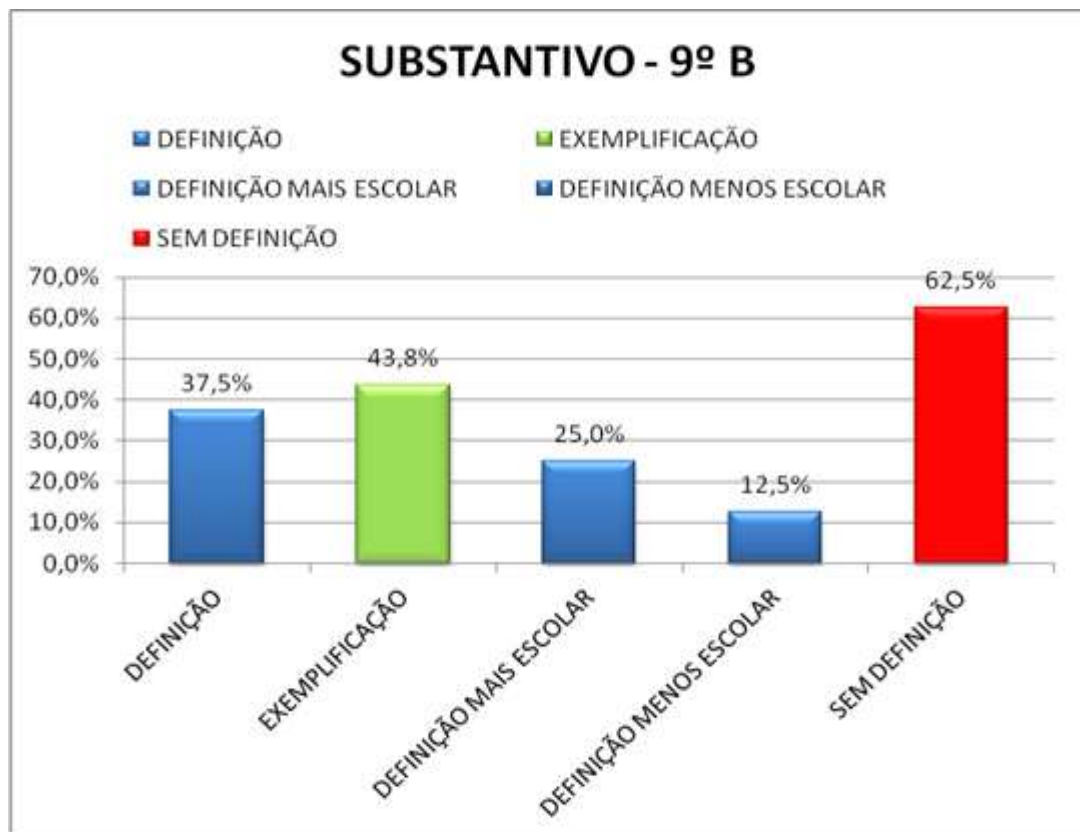


Figura 52 – gráfico, substantivo, turma 2 – 9.ºB.

Foram consideradas definições mais escolares aquelas cujas características estão mais próximas àquelas que aparecem nos livros didáticos: “o que nomeia”, “nome”, “o que dá nome aos seres, às coisas”.

Do 9.º ano A, o aluno E escreveu o seguinte: “Em geral tudo pode ser considerado um substantivo, depende do tipo de substantivo. Exemplo: substantivo composto é aquele que compõe algo (matilha pode ser considerado um substantivo composto)”. Percebe-se nessa definição que o aluno tem um conceito mais espontâneo de substantivo e confunde dois tipos de substantivos, o composto com o coletivo. O aluno G definiu substantivo como “É tudo que dá nome a alguma coisa”; o aluno H, por sua vez, conceituou como “Nome próprio e nome comum”. O aluno I afirmou: “É quando se dá nome as pessoas e as coisas”. Esses três casos exemplificam conceitos mais próximos do escolar, em todos eles há ocorrência da palavra “nome”. Os alunos L e O também buscaram uma definição mais escolar, O aluno L: “É o que classifica, dá nome as coisas” e o aluno O definiu como: “É um nome ou algo próprio. Exemplo: Brasil, caneta, Maria” Os alunos que apenas exemplificaram colocaram palavras como: “animais, objetos, pessoas, Brasil, coisas etc.”.

Destacamos a resposta do aluno J, que definiu substantivo de maneira espontânea e equivocada: “Substitui palavras”. Provavelmente, se valeu da proximidade das iniciais “subs” e relacionou com a palavra “substituição”. Por meio dessa resposta, podemos observar como a ausência de uma reflexão terminológica pode conduzir a um entendimento equivocado do termo.

No outro grupo, 9.º B, o aluno C apenas exemplificou: “objetos, caneta, cola, tudo que se pega”. O aluno F também seguiu na mesma linha: “casa, carro, coisas”. O aluno E conceituou como: “Nome, exemplo: João”. Os alunos G, K e L usaram a expressão “é o que dá nome” e completaram com: objeto, coisas, pessoas. O aluno H exemplificou equivocadamente os substantivos com as palavras: “bonito e feio”. O aluno I definiu de modo menos escolar: “É algo que dá nome a coisas ou pessoas. Exemplo: bonita”. O aluno M conceituou substantivo de maneira análoga àquilo que a tradição escolar cristalizou como definição de sujeito: “É o que faz a ação. Exemplo: o menino...”.

De um total de 32 alunos, somando-se as duas salas, 14 alunos, quase a metade, apresentaram definições sobre o substantivo, sendo 10 definições mais

escolares e 4 menos escolares; 5 alunos apenas exemplificaram. Um total de 18 alunos, portanto, não conseguiu definir o termo.

3.5 Análise das respostas sobre o termo *artigo*

Artigo – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C		X			X
D	X			X	
E					X
F					X
G	X			X	
H					X
I		X			X
J	X		X		
K					X
L	X	X	X		
M		X			X
N					X
O					X
P	X	X	X		
TOTAL	5	5	3	2	11
(%)	31,3%	31,3%	18,8%	12,5%	68,8%

Tabela 3 – artigo, turma 1 – 9.ºA.

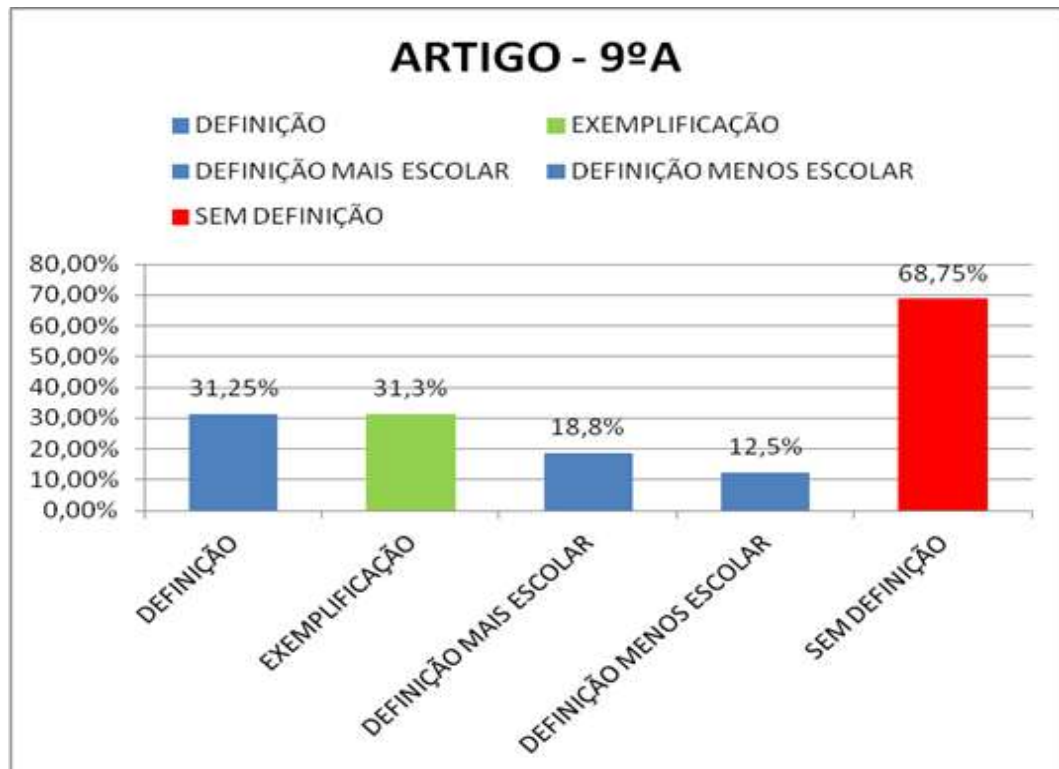


Figura 53 – gráfico, artigo, turma 1 – 9.ºA.

Artigo – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E	X	X		X	
F		X			X
G					X
H					X
I					X
J					X
K					X
L		X			X
M	X	X	X		
N					X
O					X
P					X
TOTAL	2	4	1	1	14
(%)	12,5%	25%	6,3%	6,3%	87,5%

Tabela 4 – artigo, turma 2 – 9.ºB.

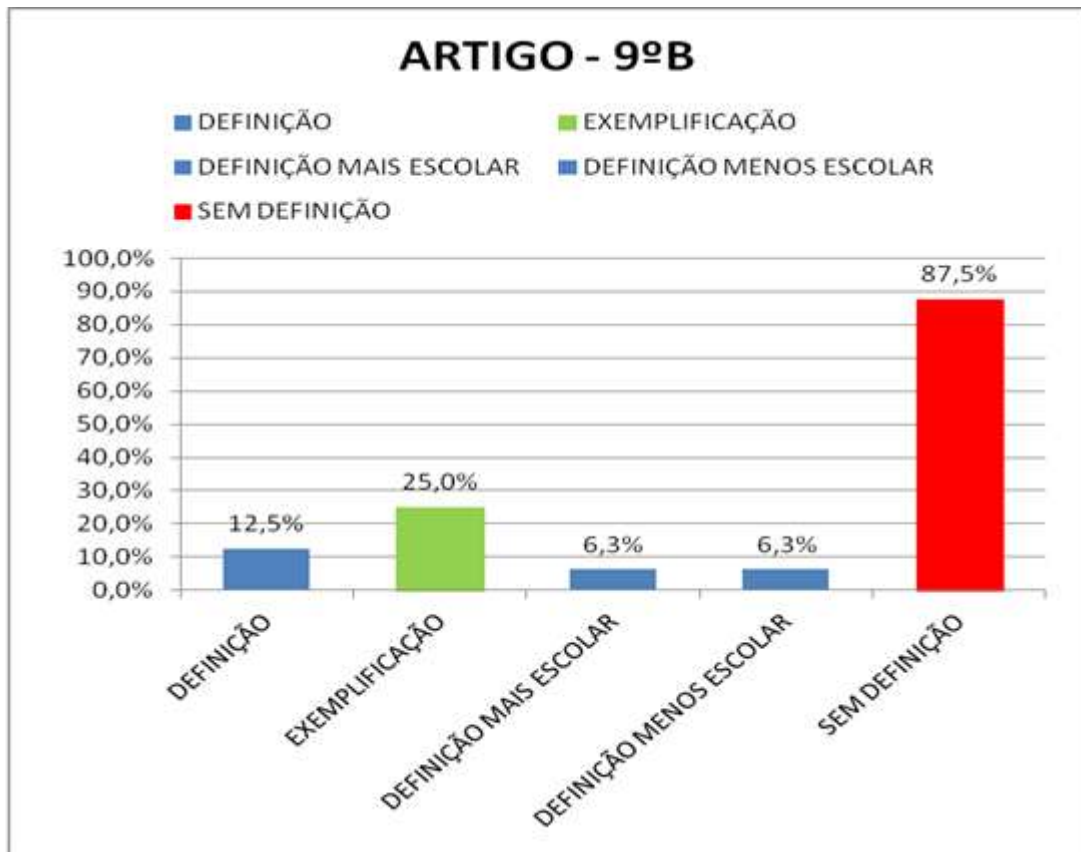


Figura 54 – gráfico, artigo, turma 2 – 9.ºB.

Em relação ao termo artigo, foram consideradas como mais escolares as definições que trouxeram expressões como: especifica, determina e aparece antes do substantivo.

No primeiro grupo, 9.º A, 5 alunos definiram o termo, 3 alunos de maneira mais escolar e 2, menos escolar. O aluno J foi o que trouxe a definição escolar mais formal: “Palavra que se antepõe ao substantivo para determiná-lo”; o aluno L: “É o que define de certa forma o substantivo”; e o aluno P: “Um antes do substantivo”. As definições menos escolares, são dos alunos D e G. O primeiro definiu como: “É uma coisa que é mais antiga”; o segundo afirmou: “Uma característica do verbo, depois do substantivo”.

Observando a resposta do aluno D, mais uma vez notamos que a forma do termo leva o aluno a uma aproximação com algo já conhecido. O estudante aproxima semanticamente, de forma equivocada, o termo *artigo* da palavra *antigo*.

No grupo do 9.ºB ocorreram apenas duas definições, uma menos escolar, que foi trazida pelo aluno E “Mostra na frase sexo e numeral. Exemplo: o, os, a, as”; e

outra mais escolar, conceituada pelo aluno M “Especifica o substantivo, mostra que não é qualquer um. Exemplo o, a”.

Cabe destacarmos, em relação à resposta do aluno E, a falta de familiaridade com a terminologia gramatical, uma vez que utiliza, para as categorias de gênero e número, as palavras *sexo* e *numeral*. A percepção do aluno é adequada, no entanto falta a ele o domínio dos termos gramaticais consagrados.

Nas duas turmas, 5 alunos exemplificaram, mas não souberam definir. De um total de 32 alunos, então, 26 não trouxeram definição nenhuma para o termo. Apenas 4 alunos definiram de maneira mais escolar e mais 2 de maneira menos escolar.

3.6 Análise das respostas sobre o termo *adjetivo*

Adjetivo - 9ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C	X			X	
D					X
E	X	X	X		
F					X
G	X	X	X		
H	X	X	X		
I					X
J					X
K					X
L	X	X	X		
M	X		X		
N					X
O	X			X	
P	X	X		X	
TOTAL	8	5	5	3	8
(%)	50%	31,3%	31,3%	18,8%	50%

Tabela 5 – adjetivo, turma 1 – 9.ºA

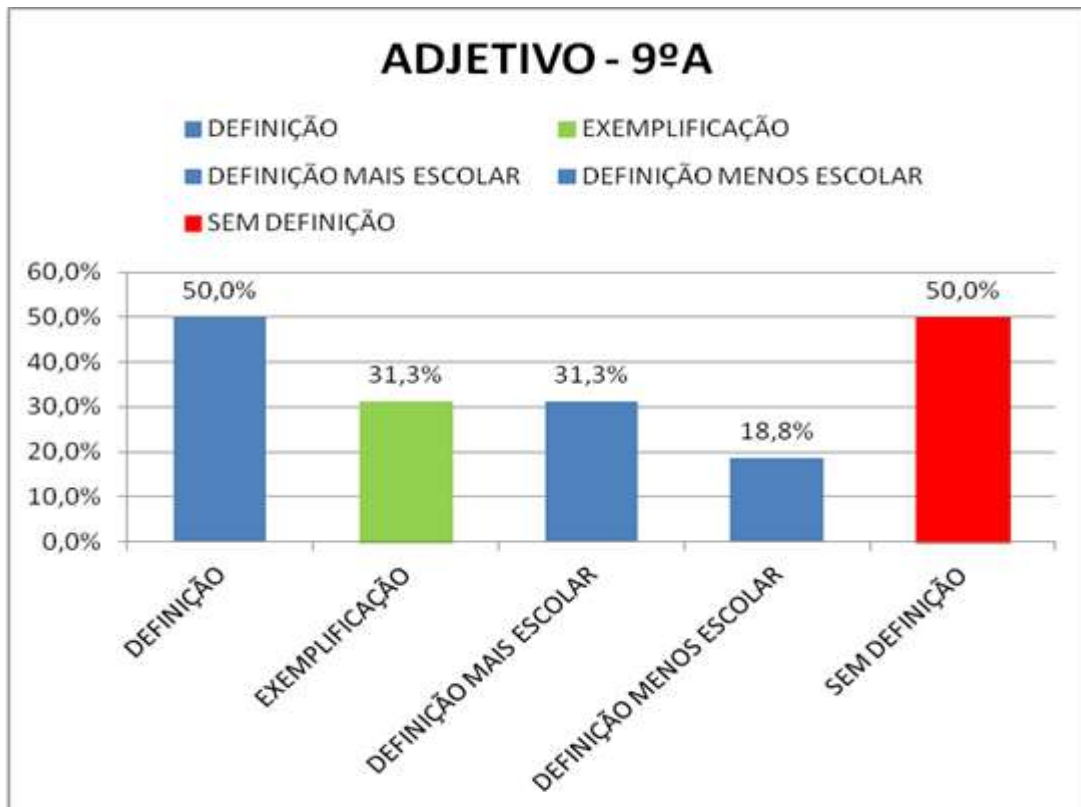


Figura 55 – gráfico, adjetivo, turma 1 – 9.ºA.

Adjetivo – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A	X	X	X		
B					X
C	X		X		
D	X	X		X	
E	X	X	X		
F		X			X
G	X	X	X		
H					X
I					X
J					X
K	X	X	X		
L	X	X	X		
M	X	X	X		
N					X
O					X
P					X
TOTAL	8	8	7	1	8
(%)	50%	50%	43,8%	6,3%	50%

Tabela 6 – adjetivo, turma 2 – 9.ºB

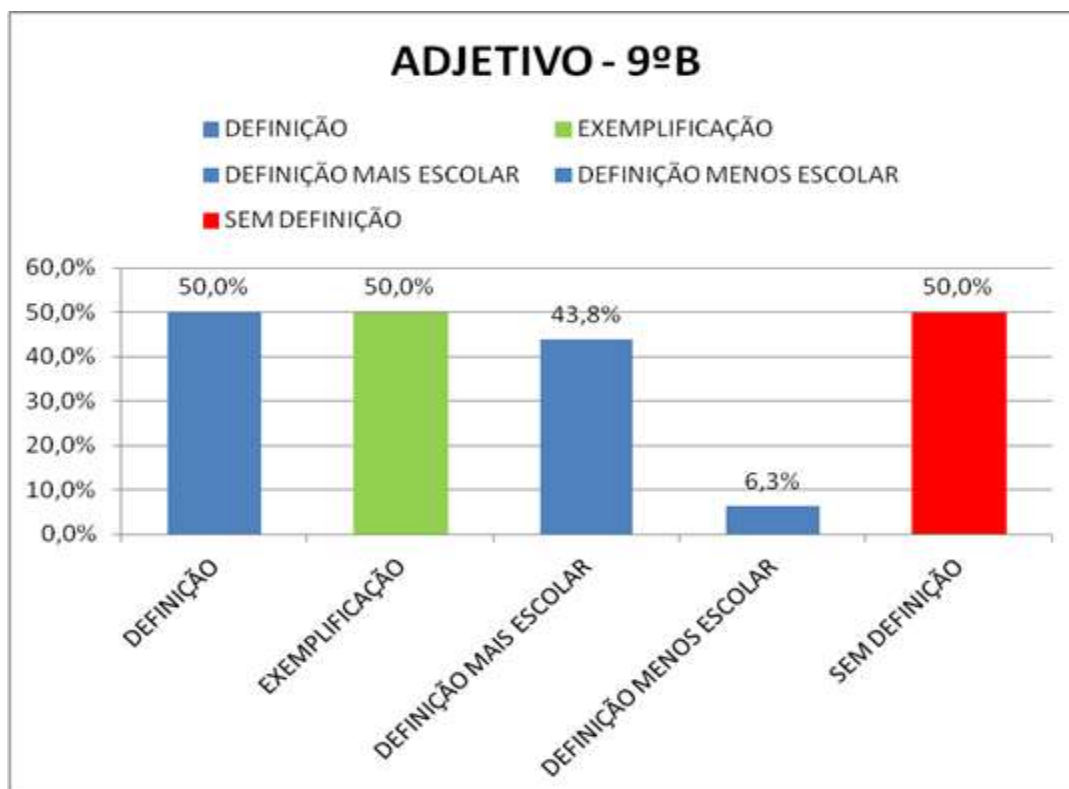


Figura 56 – gráfico, adjetivo, turma 2 – 9.ºB.

Na análise das definições dos *adjetivos*, foram consideradas como definições mais escolares, aquelas que trouxeram palavras como “qualidade” e “característica”.

No 9.º ano A, as ocorrências categorizadas como mais escolares trouxeram essas palavras. A maioria das definições veio acompanhada de exemplos. O aluno E, por exemplo, escreveu: “Adjetivo, na gramática, é equivalente a característica. Exemplo: você é muito alto”. O aluno G, por sua vez, afirmou: “Uma característica do substantivo: Exemplo: Aline é muito bonita”. O aluno H usou as seguintes palavras: “É característica, defeito ou crítica a alguém”. O aluno L escreveu: “É o que dá uma qualidade ao substantivo. Ex: bonito”. O último, o aluno M, definiu como: “Caracteriza alguma coisa”. Nesse grupo, 3 alunos, C, O e P deram a mesma definição para o termo, considerada menos escolar: “É o complemento do substantivo”. Esta última definição, de cunho sintático, foi considerada por nós como menos escolar, embora faça sentido, pois, na terminologia gramatical escolar, o termo *complemento* traz outras implicações, haja vista o termo *complemento nominal*.

No grupo do 9.ºB, ocorreram mais definições consideradas mais escolares em relação ao outro grupo. De um total de sete definições, apenas duas não trouxeram exemplo. Os alunos A, E e K responderam que o termo significa qualidade e

exemplificaram com frases: “Ela é feia, Ele é muito bom no futebol; bonito”, respectivamente. O aluno G respondeu que adjetivo é “qualidade ou característica” e apresentou como exemplo: “Seus olhos são verdes”. O aluno L definiu *adjetivo* como “característica” e exemplificou com a palavra “bonita”. Os alunos C e M não deram exemplos: C definiu como “qualidade do nome”; e M afirmou que “é o que dá qualidade”. Apenas um aluno, o D, trouxe uma definição diferente, considerada menos escolar frente às outras definições: “descrever algo ou alguém”.

Analisando os dois grupos, tivemos um total de 12 definições mais escolares e 4 menos escolares. Não ocorreu nenhuma exemplificação isolada, ou seja, sem definição. Metade dos alunos, 16 deles, não conseguiu definir o termo.

3.7 Análise das respostas sobre o termo *numeral*

Numeral – 9.ºA

1 ALUNO	2 DEFINIÇÃO	3 EXEMPLIFI- CAÇÃO	4 DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	5 DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	6 SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D	X		X		
E	X	X	X		
F					X
G	X		X		
H		X			X
I	X		X		
J	X		X		
K					X
L	X	X	X		
M		X			X
N					X
O					X
P	X	X	X		
TOTAL	7	5	7	0	9
(%)	43,75%	31,3%	43,8%	0,0%	56,25%

Tabela 7 – numeral, turma 1 – 9.ºA.

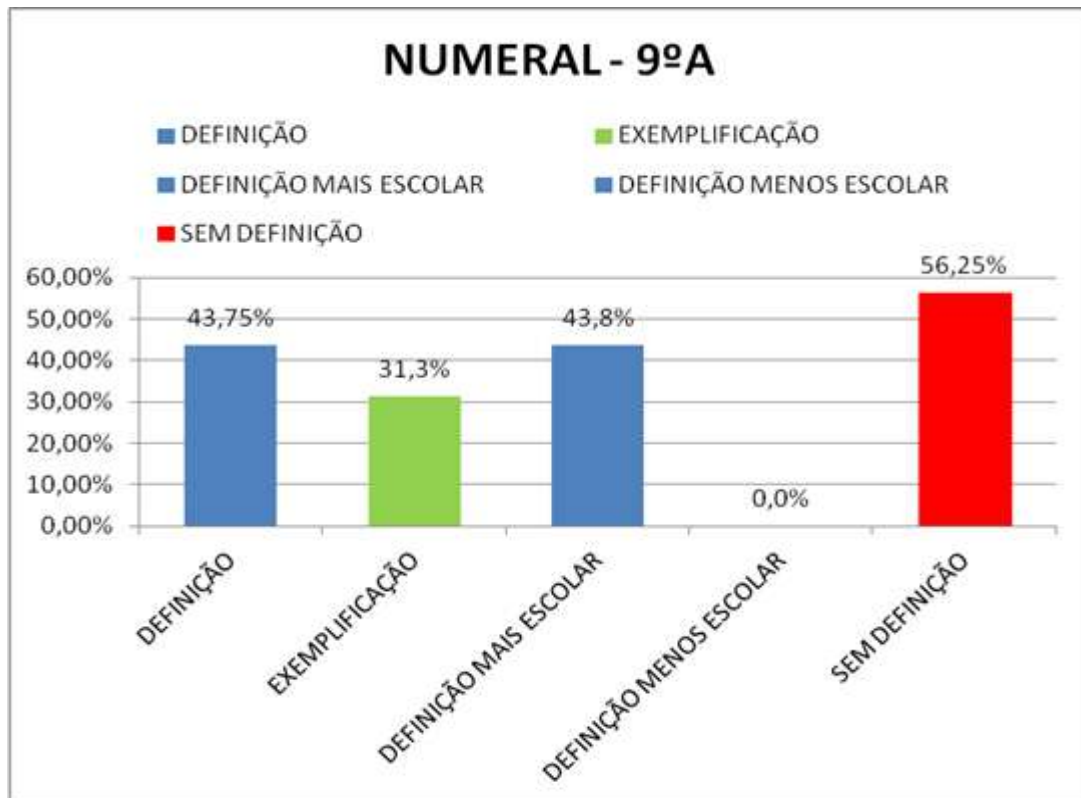


Figura 57 – gráfico, numeral, turma 1 – 9.ªA.

Numeral – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A		X			X
B	X	X	X		
C	X	X	X		
D	X	X	X		
E	X	X	X		
F		X			X
G	X	X	X		
H	X	X		X	
I					X
J					X
K	X	X		X	
L		X			
M	X	X	X		
N		X			X
O					X
P					X
TOTAL	8	12	6	2	7
(%)	50%	75%	37,5%	12,5%	43,75%

Tabela 8 – numeral, turma 2 – 9.ºB

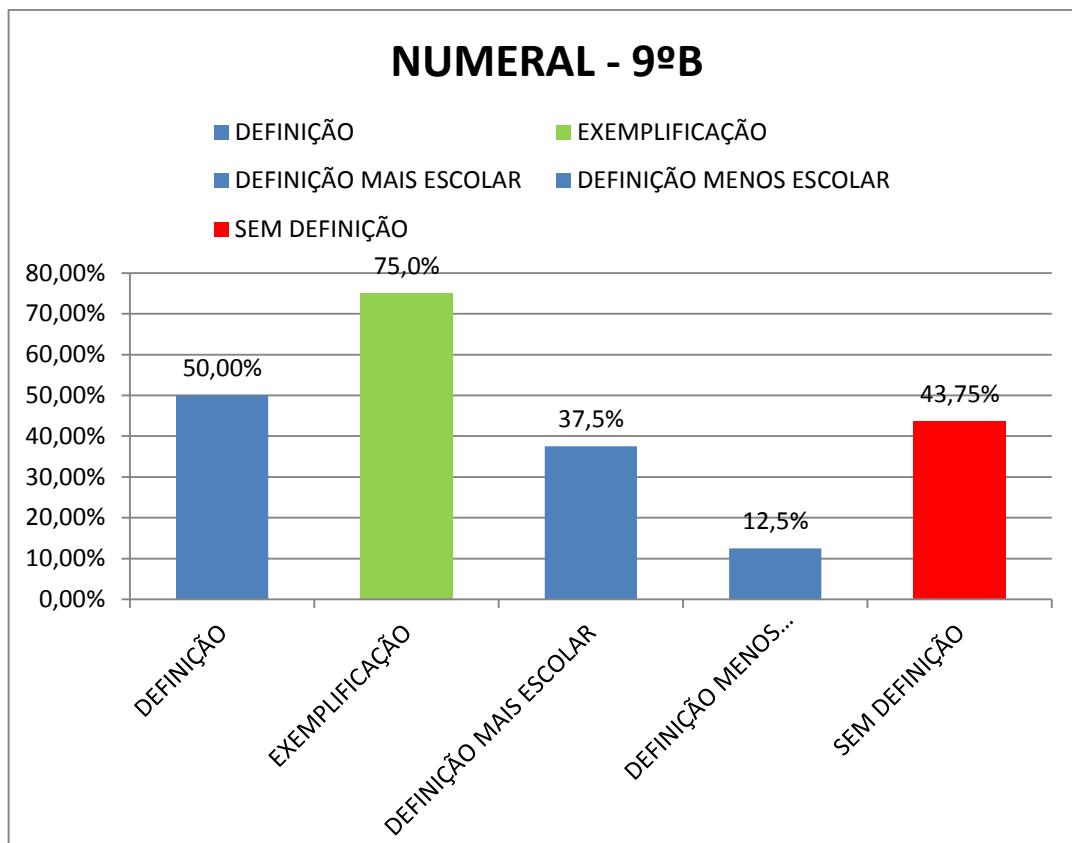


Figura 58 – gráfico numeral, turma 2 – 9.ºB.

Para o termo *numeral*, foram consideradas como mais escolares as respostas que trouxeram as seguintes palavras: quantidade e ordem.

No 9.ºA, dentre as definições mais escolares, há a do aluno E, que respondeu: “Refere-se a números. Exemplo: A gasolina aumentou dois reais”. O aluno G, por sua vez, definiu como: “Quantidade, número ou ordem”. O aluno L afirmou que: “É o que expressa quantidade de um substantivo. Exemplo: duas pessoas”. O aluno P escreveu que: “Indica a quantidade do substantivo. Exemplo: dois cachorros”. O aluno J definiu o termo como “quantidade”. Os alunos D e I, todavia, definiram como “números”.

No segundo grupo, 9.ºB, o aluno E apresentou a seguinte definição: “Quantidade ou lugar de chegada. Exemplo: Marcelo chegou em primeiro lugar na natação”. O aluno M definiu o termo por meio do substantivo “quantidade”. Os alunos B, C, D e G, entretanto, definiram o termo com o substantivo “números”. Dois alunos deram definições menos escolares: o aluno H utilizou o substantivo “posição”, e o aluno K descreveu o conceito como “Sequência de números (1, 2,3...)”. O aluno L apenas exemplificou, colocando números em sequência: “1, 2,3”.

Como resultado, tivemos 13 definições mais escolares, 2 menos escolares e 17 alunos não apresentaram nenhuma definição.

3.8 Análise das respostas sobre o termo *pronome*

Pronome – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B	X			X	
C					X
D	X			X	
E		X			X
F	X			X	
G	X			X	
H					X
I					X
J					X
K					X
L	X	X	X		
M	X			X	
N					X
O					X
P					X
TOTAL	6	2	1	5	10
(%)	37,5%	12,5%	6,3%	31,3%	62,5%

Tabela 9 – pronome, turma 1 – 9.ºA.

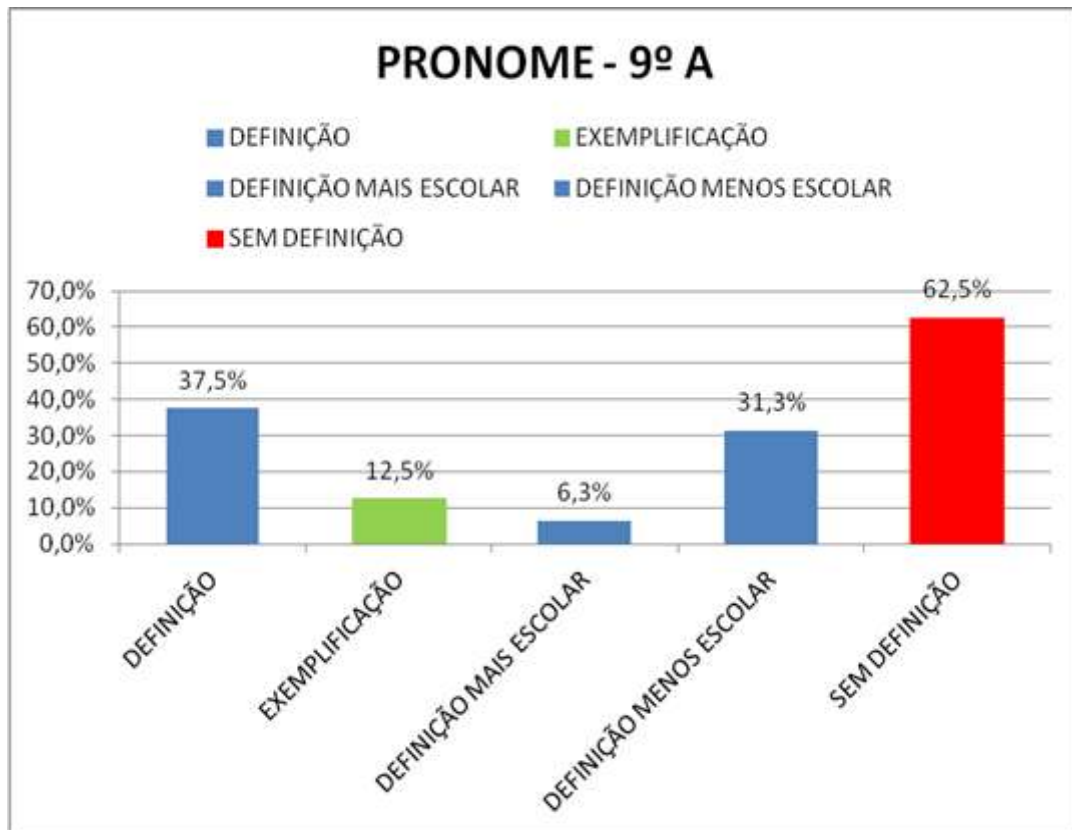


Figura 59 – gráfico, pronome, turma 1 – 9.ªA.

Pronome – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C	X	X	X		
D					X
E					X
F		X			
G					X
H					X
I					X
J					X
K	X			X	
L		X			X
M					X
N					X
O					X
P					X
TOTAL	2	3	1	1	14
(%)	12,5%	18,8%	6,3%	6,3%	87,5%

Tabela 10 – pronome, turma 2 – 9ºB

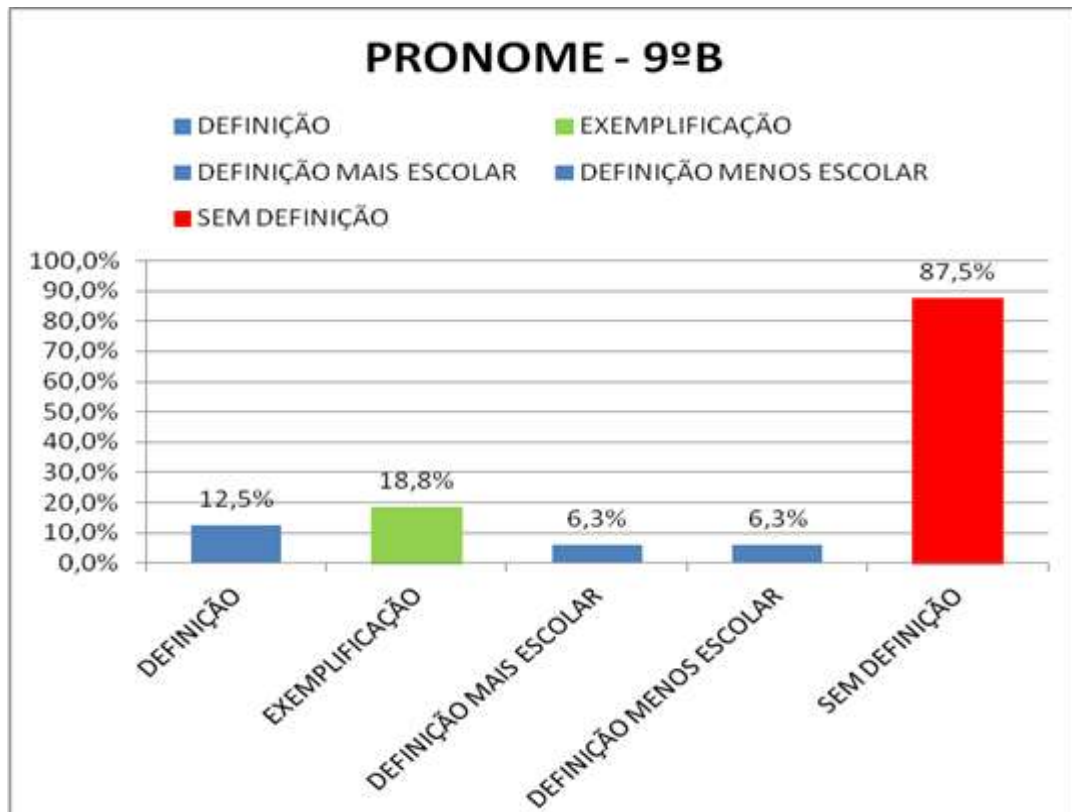


Figura 60 – gráfico, pronome, turma 2 – 9.ºB.

Aqui, foram consideradas como definições mais escolares as que mencionaram palavras e expressões como “substituição de palavras, de substantivos”, “substituição para evitar repetição”, “acompanha substantivos”.

No 9.ºA, tivemos apenas uma definição mais escolar. O aluno L definiu termo da seguinte forma: “É o que substitui um substantivo, geralmente para evitar repetição. Exemplo: ele, eu”. Outras definições, num total de cinco, foram menos escolares. Os alunos B e F entendem que *pronome* é “quando se dá nome a algo”. O aluno D, por sua vez, concebe que o pronome é “algum nome”. O aluno G afirmou que o *pronome* “dá uma característica ao nome”, enquanto que o aluno M escreveu que o *pronome* “direciona algo ou alguém”.

Na outra turma, ocorreram somente duas definições, uma mais escolar e outra menos escolar. O aluno C conceituou de maneira mais escolar: “É o que substitui os nomes”. O aluno K, por outro lado, definiu como: “Palavra que vem depois do nome”.

Tivemos um total de 8 definições somando os dois grupos, sendo somente 2 dessas definições mais escolares. O número de alunos que não definiu o termo foi 23.

3.9 Análise das respostas sobre o termo *verbo*

Verbo – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B	X		X		
C		X			X
D	X			X	
E	X	X	X		
F	X	X	X		
G	X			X	
H	X		X		
I					X
J					X
K					X
L	X		X		
M		X			X
N	X		X		
O	X		X		
P	X	X	X		
TOTAL	10	5	8	2	6
(%)	62,5%	31,3%	50%	12,5%	37,5%

Tabela 11 – verbo, turma 1 – 9.ºA.

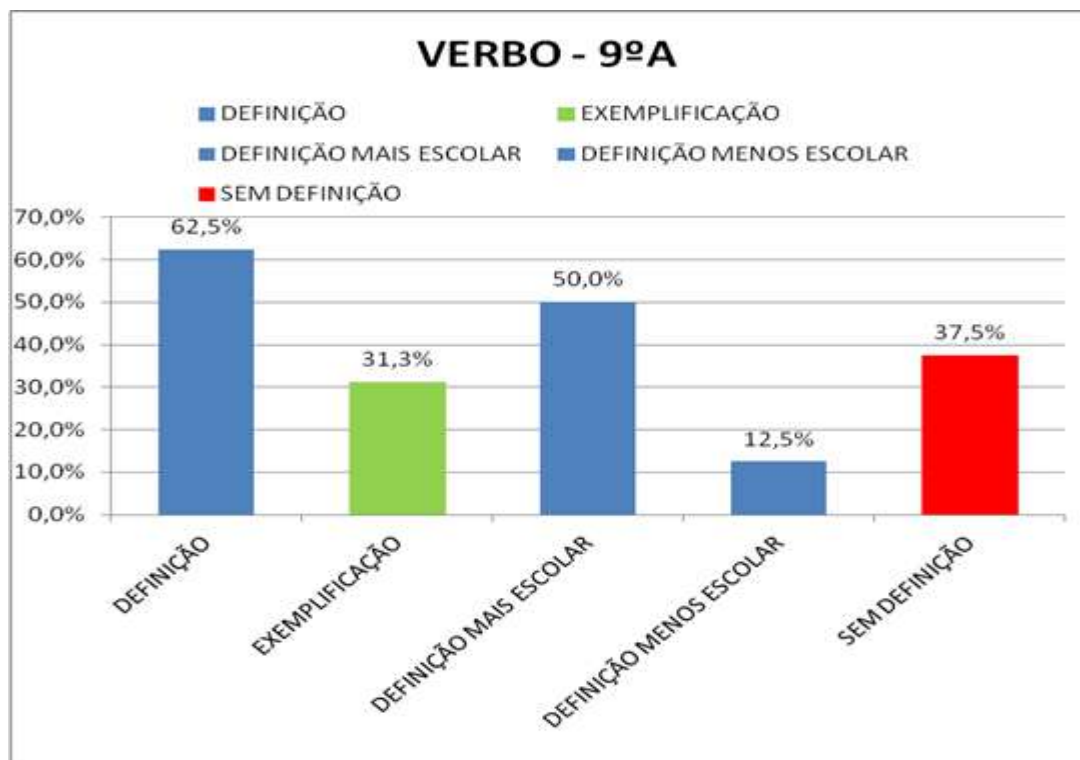


Figura 61 – gráfico, verbo, turma 1 – 9.ºA.

Verbo – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B	X	X	X		
C	X	X		X	
D					X
E	X		X		
F	X	X	X		
G	X			X	
H	X		X		
I					X
J	X	X	X		
K	X		X		
L	X		X		
M	X	X	X		
N	X	X		X	
O					X
P					X
TOTAL	11	6	8	3	5
(%)	68,75%	37,5%	50%	18,8%	31,25%

Tabela 12 – verbo, turma 2 – 9.ºB.

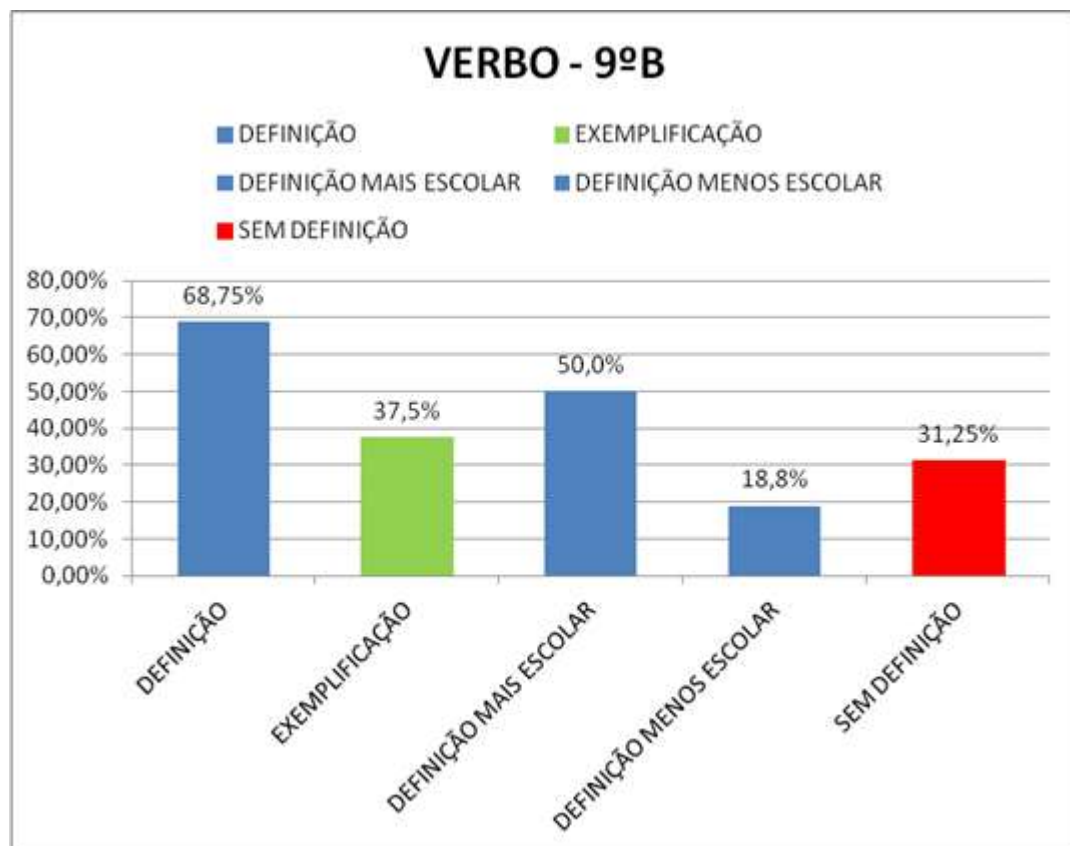


Figura 62 – gráfico, verbo, turma 2 – 9.ºB.

Para o termo verbo consideramos como mais escolares as respostas que fizeram menção às palavras: “ação”, “estado” e “fenômeno da natureza”.

Com o grupo do 9.ºA, obtivemos as definições mais escolares. O aluno B afirmou que o verbo “é ação, ligação e fenômeno da natureza”. O aluno E escreveu o seguinte: “Verbo é equivalente à ação. Exemplo: Eu comprei um computador novo”. O aluno F definiu: “Ação, estado ou fenômeno da natureza”. O aluno N, usando um termo genérico mais adequado, afirmou que os *verbos* “são palavras que indicam ação”. Os alunos O e P responderam que verbo é “ação do substantivo”. Como definições menos escolares, obtivemos as dos alunos D e G. O aluno D afirmou que o *verbo* é um “conjunto de sujeitos”, e o aluno G disse que “é tudo que acontece numa frase depois do substantivo”.

No segundo grupo, também obtivemos definições mais escolares: o aluno B respondeu que “é uma ação”. O aluno E apresentou a seguinte definição: “Ação do sujeito. Exemplo: fugir”. Vários outros alunos apresentaram a noção de ação, inserindo exemplos: “É ação. Exemplo andar.” (aluno H); “É ação do substantivo, é o que a pessoa faz, fez ou está fazendo. Exemplo: voar.” (aluno M). Destacamos ainda que alguns alunos apresentaram uma definição mais adequada, utilizando o termo genérico “palavra”. O aluno F escreveu: “É a palavra que indica ação. Exemplo: ajudar, comer, beber”. Os alunos K e L definiram de forma similar a F: “Palavras que indicam ação”. O aluno J, apesar de apresentar uma definição próxima dos anteriores, omitiu o termo genérico *palavra*: “Indica ação ou estado. Exemplo: Eu estava jogando futebol”. Algumas definições ressaltaram o caráter morfológico dos verbos, como os alunos G e N, respectivamente: “É tudo que pode ser conjugado. Exemplo: ser”; “É uma palavra que pode ser usado passado, presente e futuro. Exemplo: ser, estar, andar, cantar”. Houve também uma definição menos adequada que sugeriu o caráter sintático dos verbos: o aluno C escreveu que o *verbo* “é uma ação que vem depois do sujeito”.

Salientamos aqui o fato de que a palavra “ação” foi muito utilizada pelos alunos. Poucos se referiram à possibilidade de o verbo exprimir um fenômeno da natureza ou de apresentar um caráter mais gramatical, estabelecendo a relação entre o sujeito e seu predicativo; talvez essa seja uma característica mais difícil de expressar. No entanto, chama mais a atenção a baixa incidência da referência ao aspecto morfológico dos verbos, uma vez que essa é uma das características mais relevantes dessa classe de palavras. Uma das hipóteses que podemos levantar para

isso é o fato de os livros didáticos não apresentarem claramente que essa é uma característica fundamental para a definição dos verbos. No geral, essa característica só é mencionada quando se apresentam os paradigmas flexionais, ou seja, distante da definição.

Como resultado do levantamento, tivemos 18 definições mais escolares e 5 definições menos escolares. De 32 alunos, 11 não conseguiram dar uma definição para o termo.

3.10 Análise das respostas sobre o termo *advérbio*

Advérbio – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D	X			X	
E					X
F					X
G	X			X	
H					X
I					X
J					X
K					X
L	X			X	
M					X
N					X
O					X
P	X	X		X	
TOTAL	4	1	0	4	12
(%)	25%	6,3%	0,0%	25%	75%

Tabela 13 – advérbio, turma 1 – 9.ºA.

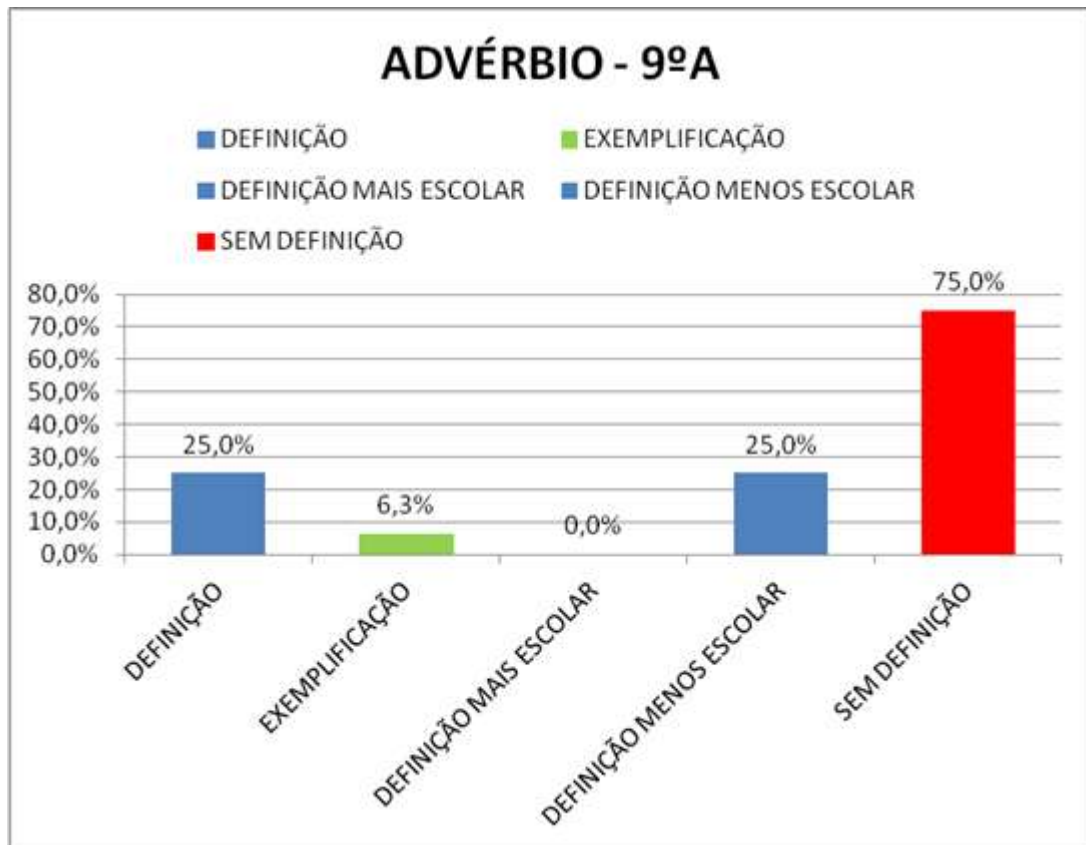


Figura 63 – gráfico, advérbio, turma 1 – 9ºA.

Advérbio – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E					X
F					X
G					X
H					X
I					X
J					X
K	X			X	
L	X			X	
M					X
N					X
O					X
P					X
TOTAL	2	0	0	2	14
(%)	12,5%	0,0%	0,0%	12,5%	87,5%

Tabela 14 – advérbio, turma 2 – 9.ºB.

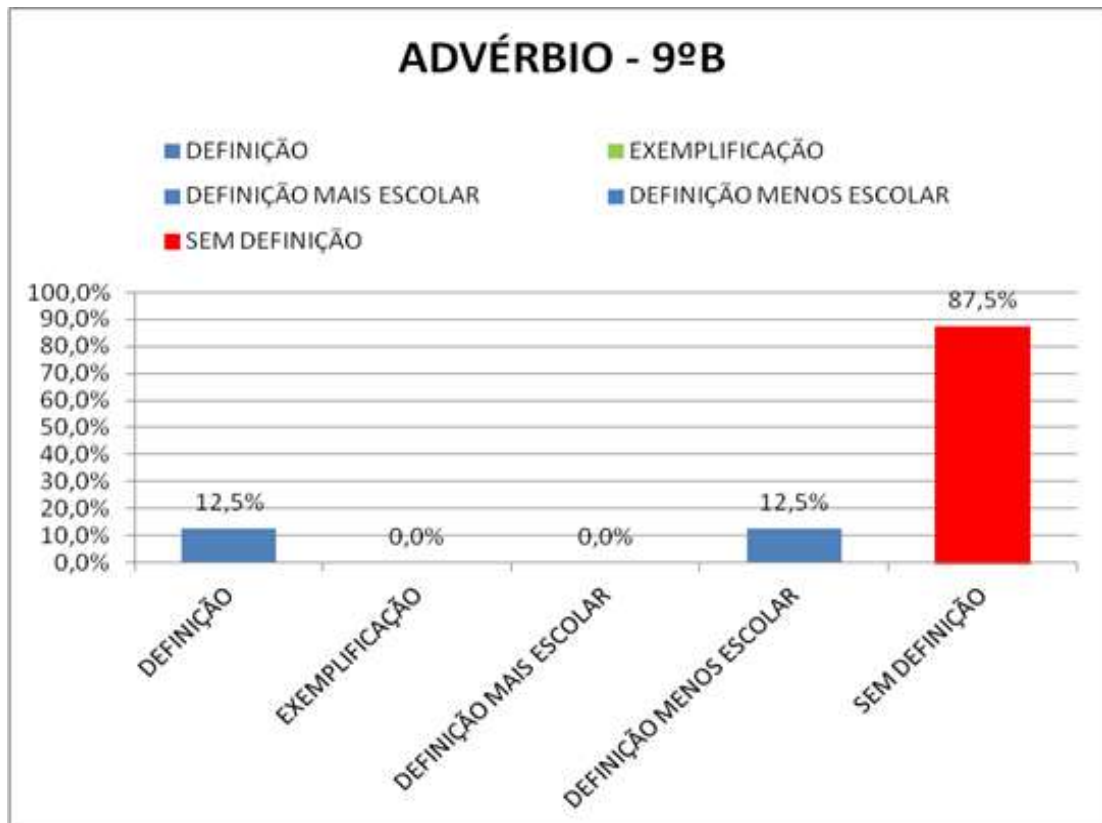


Figura 64 – gráfico, advérbio, turma 2 – 9.ºB.

Como definição escolar, consideramos respostas que traziam as expressões: “circunstância”, “que atribui circunstância”, “que modifica o verbo”.

Tanto na primeira turma como na segunda, as únicas definições apresentadas foram menos escolares. No 9.ºA, o aluno D conceituou como: “São conjuntos de verbos”. Já o aluno G escreveu: “Dá uma característica ao verbo”. O aluno L afirmou: “É o complemento do verbo”. Exemplo: rápido”. O aluno P ressaltou a classificação dada aos advérbios: “Existem vários tipos. Exemplo: de negação, etc.”.

No 9.ºB, somente dois alunos formularam definições. O aluno K respondeu que é a “palavra que complementa o verbo”, e o aluno L escreveu que “é a característica do verbo”.

No total, foram obtidas 6 definições menos escolares, nenhuma mais escolar e 26 ausências de definições.

3.11 Análise das respostas sobre o termo *preposição*

Preposição – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E					X
F					X
G	X			X	
H					X
I					X
J	X			X	
K					X
L	X	X	X		
M					X
N					X
O					X
P					X
TOTAL	3	1	1	2	13
(%)	18,75%	6,3%	6,3%	12,5%	81,25%

Tabela 15 – advérbio, turma 1 – 9.ºA.

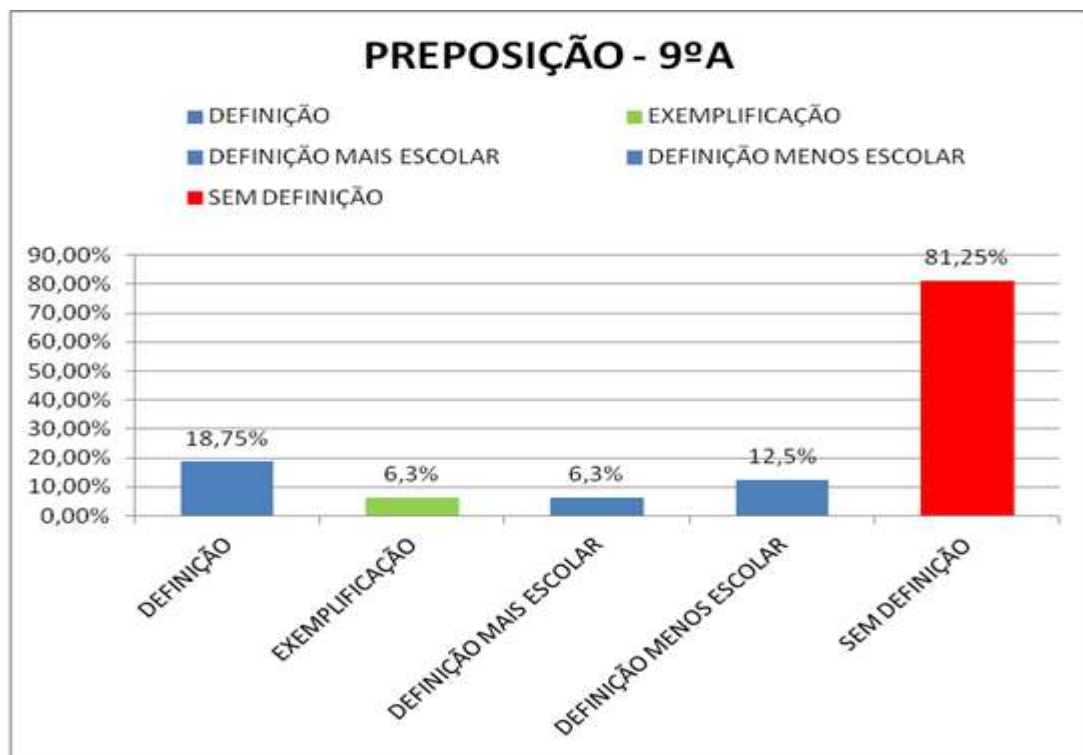


Figura 65 – gráfico, preposição, turma 1 – 9.ºA.

Preposição – 9.ºB

1 ALUNO	2 DEFINIÇÃO	3 EXEMPLIFI- CAÇÃO	4 DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	5 DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	6 SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E		X			X
F					X
G					X
H					X
I					X
J					X
K					X
L					X
M					X
N					X
O	X			X	
P	X			X	
TOTAL	2	1	0	2	14
(%)	12,5%	6,3%	0,0%	12,5%	87,5%

Tabela 16 – preposição, turma 2 – 9.ºB.

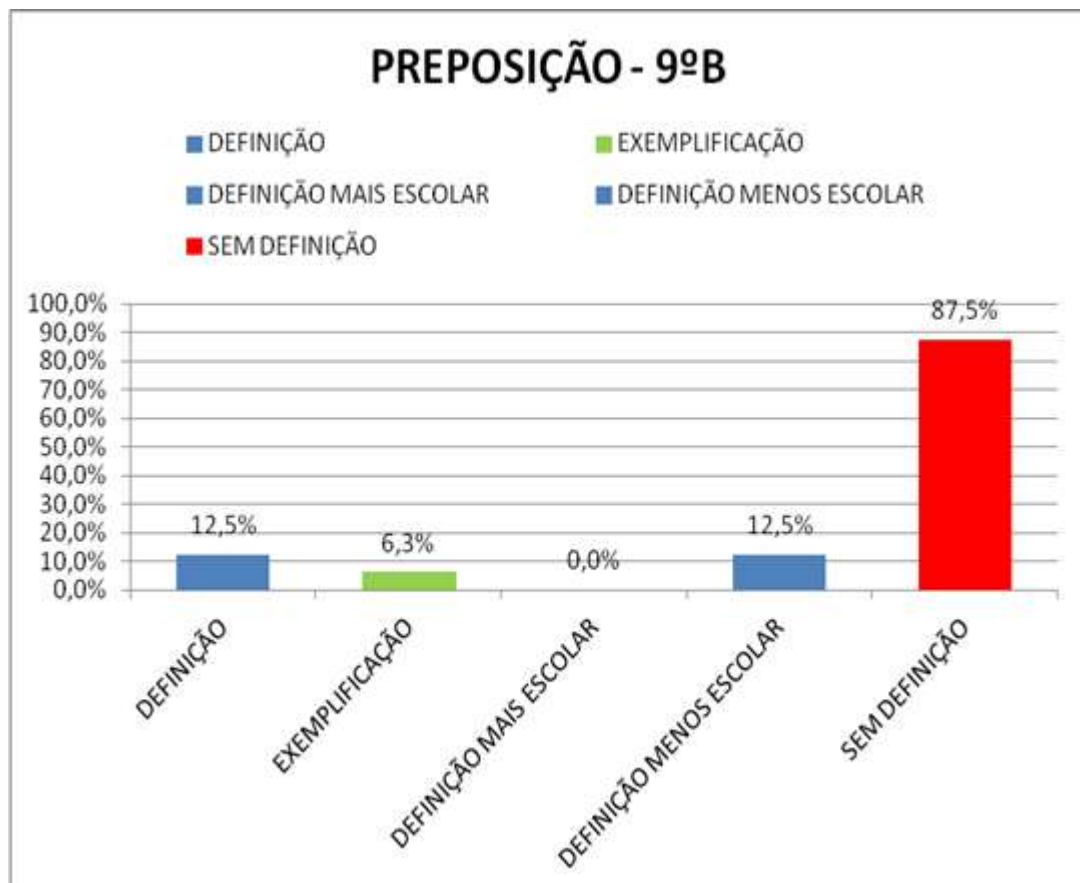


Figura 66 – gráfico, preposição, turma 2 – 9.ºB.

Foram consideradas definições mais escolares aquelas que traziam em suas as expressões: “palavra que relaciona duas palavras”, “que relaciona”, “que atribui sentido”.

A respeito do termo preposição, no primeiro grupo, ocorreram duas definições menos escolares. O aluno G conceituou: “A preposição vem depois do verbo e lhe dá uma característica”. Por sua vez, o aluno J escreveu: “Falar sobre o que alguém está fazendo”. Apenas um aluno atribuiu uma definição mais escolar, o aluno L: “É o que liga duas palavras. Exemplo de”.

Quanto ao 9.ºB, apenas 2 alunos definiram o termo, porém de maneira menos escolar. Os alunos O e P apresentaram a seguinte definição: “É quando substitui o nome”. Apenas um aluno, o E, exemplificou, ainda assim, confundindo preposição com conjunção: “de, que, e”.

Resumindo, um total de 27 alunos não apresentaram definições para esse termo, 4 alunos redigiram uma definição menos escolar e apenas 1, uma definição mais escolar.

3.12 Análise das respostas sobre o termo *conjunção*

Conjunção – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C	X			X	
D					X
E					X
F					X
G					X
H					X
I	X			X	
J					X
K					X
L					X
M	X			X	
N					X
O					X
P					X
TOTAL	3	0	0	3	13
(%)	18,75%	0,0%	0,0%	18,8%	81,25%

Tabela 17 – conjunção, turma 2 – 9.ºA.

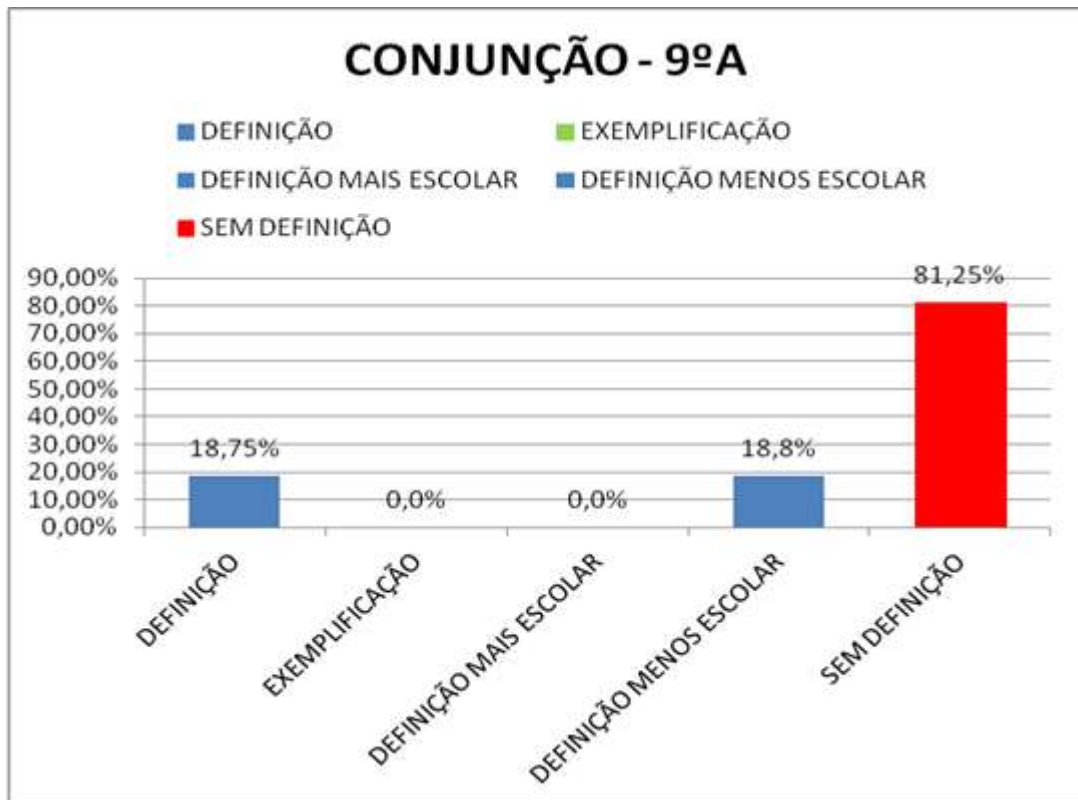


Figura 67 – gráfico, conjunção, turma 1 – 9.ªA.

Conjunção – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E					X
F					X
G					X
H					X
I					X
J					X
K					X
L					X
M					X
N	X			X	
O					X
P					X
TOTAL	1	0	0	1	15
(%)	6,25%	0,0%	0,0%	6,3%	93,75%

Tabela 18 – conjunção, turma 2 – 9.ºB.

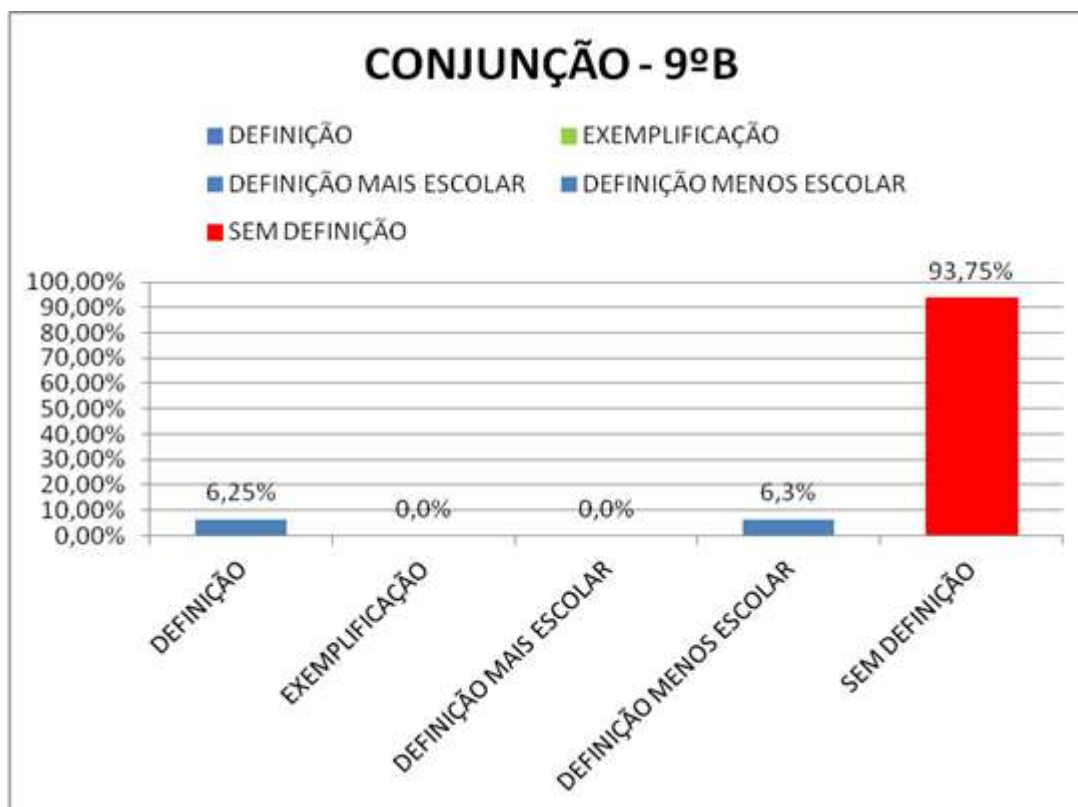


Figura 68 – gráfico, conjunção, turma 2 – 9.ºB.

Para considerarmos mais escolares, as definições deveriam trazer palavras e expressões do tipo: “palavra que liga”, “que une”, “que relaciona orações”.

Nos questionários, ocorreram 3 definições menos escolares e nenhuma mais escolar no grupo do 9.ºA. Os alunos C, L e M definiram o termo com a palavra “conjunto” nas respostas. O aluno C escreveu: “Conjunto de palavras na frase”. O aluno L afirmou: “Conjunto de pessoas ou coisas”. Por fim, o aluno M redigiu: “Conjunto de palavras ou sílabas”.

No grupo do 9.ºB também ocorreu uma definição menos escolar. O aluno N afirmou: “É a junção de um objeto com outro que forma um novo. Exemplo: quebra-cabeça”.

Podemos averiguar, mais uma vez, por meio das definições atribuídas, o quanto a forma do termo é levada em consideração pelos alunos e quanto eles buscam nela um modo de tentar chegar ao conceito. Alguns alunos buscaram a aproximação entre as formas “conjunção” e “conjunto”. Um aluno buscou a aproximação com “junção”, no entanto não obteve êxito, pois não conseguiu recuperar que unidades da língua são “juntadas” por meio das conjunções. Devemos, finalmente, ressaltar que de 32 alunos, 28 não definiram o termo.

3.13 Análise das respostas sobre o termo *interjeição*

Interjeição – 9.ºA

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E					X
F					X
G					X
H					X
I					X
J					X
K					X
L					X
M					X
N					X
O					X
P					X
TOTAL	0	0	0	0	16
(%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Tabela 19 – interjeição, turma 1 – 9.ºA.

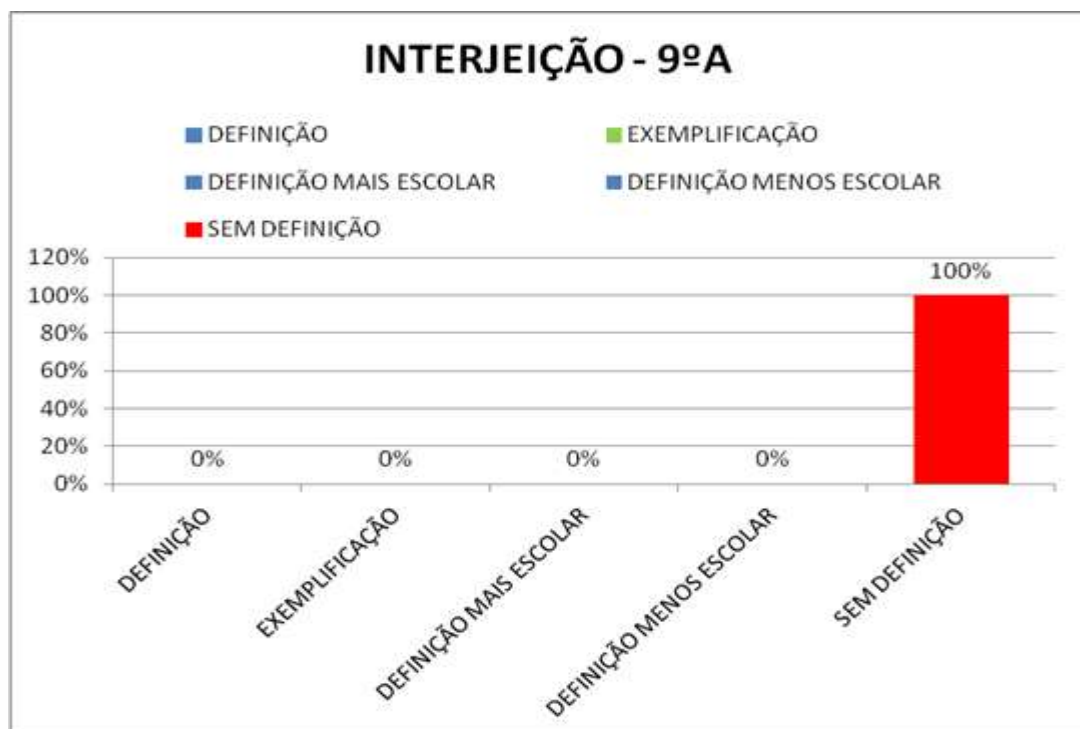


Figura 69 – gráfico, interjeição, turma 1 – 9.ºA.

Interjeição – 9.ºB

1	2	3	4	5	6
ALUNO	DEFINIÇÃO	EXEMPLIFI- CAÇÃO	DEFINIÇÃO MAIS ESCOLAR	DEFINIÇÃO MENOS ESCOLAR	SEM DEFINIÇÃO
A					X
B					X
C					X
D					X
E					X
F					X
G					X
H					X
I					X
J					X
K					X
L					X
M					X
N					X
O					X
P					X
TOTAL	0	0	0	0	16
(%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Tabela 20 – interjeição, turma 2 – 9.ºB.

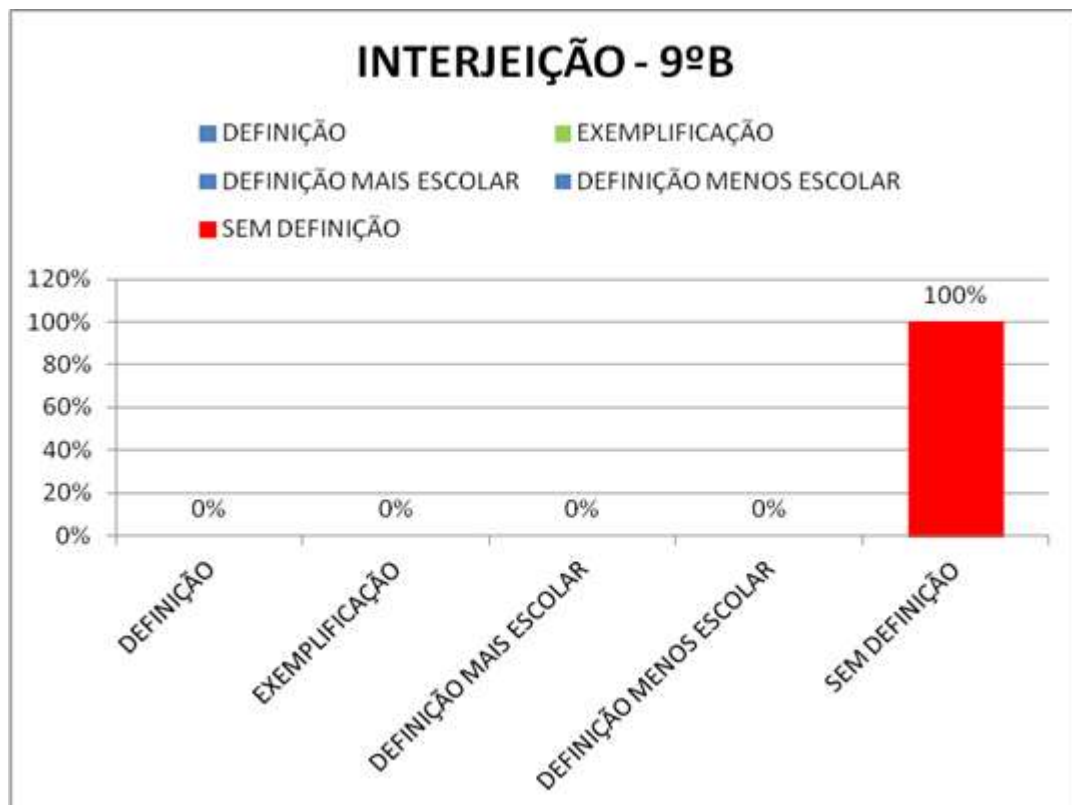


Figura 70 – gráfico, interjeição, turma 2– 9.ºB.

Para esse termo, não houve nenhuma definição, quer mais escolar quer menos escolar. De igual modo, nenhum aluno apresentou exemplos de interjeições.

Não podemos deixar de mencionar que esta é uma consequência direta do fato de as coleções didáticas, com exceção de uma, não apresentarem essa classe de palavras. Os alunos não poderiam descrever um termo gramatical que não lhes foi apresentado.

3.14 Proposta de Intervenção

Sequência didática: Classe de Palavras em Cena

Público-alvo: 9.º ano

Duração: 6 aulas

Justificativa

O 9.º ano é o último ano do ensino fundamental 2, é o encerramento de um ciclo e o começo de outro. Os conceitos das classes de palavras já foram estudados nos anos anteriores e, nessa etapa escolar, continuam a ser, ainda que não diretamente, pois, no 9.º ano, conteúdos como orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais são trabalhados com os alunos, bem como concordância e regência verbal e nominal. Assim, retomar os conceitos relativos aos termos gramaticais substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção, entre outros, é necessários para que se garanta a compreensão dos conteúdos tratados nessa etapa escolar. Sabemos que só há interação pela linguagem se há compreensão entre os interlocutores. Utilizar essa terminologia sem nos certificarmos de que o aluno entende o que está sendo comunicado é partir do pressuposto de que essa terminologia já seja dominada pelos estudantes. Contudo, pudemos verificar com os questionários aplicados, que nem sempre isso ocorre.

Não há consenso quanto ao tratamento dessa terminologia entre os professores e os especialistas em ensino. De um lado, há quem pense que essa terminologia não deva ser utilizada, que seja possível estudar a língua sem utilizar sua nomenclatura; do outro lado há quem acredite no contrário e entenda que utilizar a terminologia gramatical seja importante nos momentos de reflexão sobre a língua. Os PCN, por sua vez, não propõem a extinção do uso da terminologia, apenas

recomendam que os alunos não sejam sobrecarregados com esses termos sem objetivos claros. Acrescentamos a isso a necessidade, já relatada, de que os alunos estejam aptos a utilizar essa terminologia, a fim de que tenham sucesso na realização de concursos e processos seletivos.

Pensando em facilitar a compreensão dos alunos quanto ao entendimento da terminologia gramatical utilizada em sala de aula, essa atividade traz uma proposta de trabalho cooperativo e reflexivo, a fim de que os alunos possam retomar e compreender melhor essa terminologia, sem que ela lhes pareça estranha e sem sentido.

Objetivos

- Verificar os conceitos que os alunos assimilaram ao longo dos anos escolares;
- Revisar as classes de palavras;
- Trabalhar a terminologia das classes de palavras de maneira reflexiva;
- Estimular a reflexão sobre termos e definições;
- Discutir os conceitos de estático e dinâmico;
- Introduzir a noção etimológica dos termos;

Metodologia

Aula dialogada, com o levantamento de hipóteses da turma, leituras, registro de tópicos na lousa e atividades dinâmicas e coletivas para os alunos conseguirem melhor compreensão dos conceitos discutidos.

Etapa 1

O professor deverá entregar um questionário para a turma em que contenha os dez termos das classes de palavras e um espaço para que eles coloquem as definições. Também poderão colocar exemplos caso não consigam escrever a definição, ou até mesmo definição e exemplos. Se não lembrarem, ou não souberem definir o conceito, deverão escrever “não sei” ou “não me lembro”.

Etapa 2

Após o término desse levantamento, o professor deverá fazer uma roda de conversa e pedir para cada aluno ler aquilo que escreveu. O professor começa pelo primeiro termo da lista e cada aluno deverá ler o que escreveu. É importante o professor estimular o diálogo dos alunos para que eles percebam semelhanças e diferenças naquilo que os colegas colocaram. O professor anotarà na lousa as observações, aquilo que sintetiza cada termo. Também será uma oportunidade de diálogo, em que poderão discutir sobre a melhor definição para o conceito. Da mesma forma, os alunos também poderão dar exemplos e discutir esses exemplos.

Etapa 3

O professor deverá escolher um trio de alunos, uma aluna e dois alunos, e combinar apenas com eles uma cena cotidiana em que um casal almoça em um restaurante. Os alunos apresentarão ao menos duas vezes a cena: uma vez parados, imóveis, sentados à mesa do restaurante, como em uma foto congelada, e a outra desenvolvendo a seguinte sequência de ações: chegarem apressados ao restaurante; sentarem-se; chamarem o garçom com um gesto; esperarem a comida; mexerem no celular enquanto aguardam; não conversarem; receberem os pratos; comerem utilizando talheres; em seguida, receberem os copos que o garçom vai trazer; beberem; e, por fim, a aluna que está à mesa deixar cair um dos talheres no chão; o outro aluno da mesa rir; a aluna abaixar-se para pegar o talher; levantar-se irritada; e jogar bebida no aluno que riu.

Na primeira cena, ao centro da roda, os alunos ficarão parados, um deles congelado como se estivesse cortando algum alimento no prato e o outro levando o talher à boca, como se estivesse comendo, porém sem nenhum tipo de movimento. Próximo à mesa, o terceiro aluno deve ficar parado com uma bandeja contendo dois copos. A ideia é que a turma veja algo semelhante a uma foto.

Etapa 4

Depois da primeira cena, em que os alunos estão parados, o professor deverá questionar aos alunos o que eles estão vendo, onde os personagens estão: O que vocês estão vendo? Descrevam tudo o que se vê na cena.

Nesse momento, espera-se que os alunos utilizem frases nominais, e façam uso de substantivos e adjetivos prioritariamente. O professor poderá ajudar a turma a construir essas observações e deverá registrar algumas delas de um lado da lousa.

Após o trio de alunos desenvolver a sequência de ações previamente combinada – eles poderão repeti-la se for necessário, caso na primeira vez as ações dos personagens não fiquem claras –, o professor novamente fará perguntas, mas agora, sobre o que aconteceu. O professor deverá pedir aos alunos que interpretam os personagens para repetirem a cena até o momento em que o talher cai no chão, pedir para pararem e questionar a turma sobre o que irá acontecer depois. Na sequência, pedirá aos alunos da cena que prossigam e, enquanto a cena se desenvolve, deverá questionar a turma sobre o que está acontecendo.

Nesse momento, espera-se que os alunos utilizem verbos e alguns advérbios nas observações feitas. A exemplo da etapa anterior, o professor também poderá ajudar a turma a construir tais observações e registrá-las na lousa do lado oposto ao registro feito sobre a cena sem movimentos.

Etapas 5

O professor fará uma comparação, questionando aos alunos: qual das cenas teve uma apresentação estática e em qual das cenas houve uma apresentação dinâmica, com movimento?

Certamente a turma saberá responder a essa pergunta. e então, o professor irá à lousa ler algumas observações registradas para ambas as cenas. Em seguida, deverá questionar onde aparecem mais substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. O professor deverá levar a turma a compreender porque eles utilizaram mais substantivos e adjetivos para falar da primeira cena do que para falar da segunda e vice-versa. Nesse momento, o professor fará a retomada dos conceitos discutidos na segunda etapa referente aos termos: substantivo, adjetivo, verbo e advérbio pelo menos.

A turma deve ser levada a compreender a distinção entre a necessidade de se nomear e caracterizar os referentes extralinguísticos, e a de exprimir os movimentos desses referentes, desenvolvidos no tempo e no espaço, e indicando, dentre outras coisas, mudanças nesse processo. Também deverão entender o papel dos modificadores, tanto modificadores do substantivo, quanto do verbo.

Etapas 6

O professor, juntamente com os alunos, produzirá um pequeno texto coletivo, uma narrativa, que deverá ser registrada na lousa. Por meio desse texto, o professor deverá apontar o uso das outras classes: pronome, artigo, numeral, conjunção, preposição e interjeição, e dialogar com a turma. Nessa parte, é importante falar sobre o conceito de classes abertas e classes fechadas.

Etapas 7

O professor deverá recolher, na coleção de livros com que a escola trabalha, as definições para cada termo. Depois, deverá transcrever em duas folhas separadas, como se fossem placas, o termo e a respectiva definição retirada do livro didático. Após esse procedimento, a sala será dividida em dois grupos de dez. Um grupo receberá os termos e outro as definições. O professor terá de colar com uma fita crepe a folha nas costas dos alunos. Após o aviso do professor, cada um deles deverá circular pela sala com o objetivo de encontrar o par correspondente do termo e da definição.

O aluno que receber a folha não conseguirá ver que termo, ou que definição ele possui. O grupo que tem as definições só enxergará os termos dos outros grupos, assim como o que possui os termos só enxergará as definições do outro grupo.

Assim que o primeiro par tiver sido estabelecido, outro aluno, fora do grupo dos vinte, deverá ler a definição para todos e confirmar com os colegas se o termo e a definição são correspondentes. Se forem correspondentes, a dupla sai do grande grupo e outros continuam a repetir o processo até que todos os termos e definições sejam contemplados.

Etapa 8

O professor deverá fazer mais uma roda de conversa para colher as impressões dos alunos sobre a atividade, para buscar perceber se os alunos entenderam, conseguiram revisar os conceitos e se isso facilitou a compreensão deles sobre a terminologia estudada. Além disso, deverá apresentar a etimologia dos termos gramaticais para que os alunos conheçam a origem deles.

Recursos

Cópias com os termos gramaticais das classes de palavras e um espaço para os alunos escreverem suas definições, uma coleção de livro didático usado na escola, uma cópia da definição de cada termo, uma cópia com cada termo, uma carteira escolar para representar a mesa de restaurante, toalha de mesa, duas cadeiras, dois pratos, dois copos, talheres e uma bandeja.

Relato da experiência

A atividade foi aplicada nas duas turmas de 9.º ano e a experiência foi satisfatória, pois houve envolvimento e participação de todos. A atividade foi aplicada em três dias subsequentes, ocupando seis aulas duplas de 50 minutos cada. O resultado da aplicação das atividades nas duas turmas foi bastante parecido, portanto o relato que se segue compreende a experiência realizada nas duas turmas.

Primeiramente, as salas foram organizadas em círculo. Após a explicação inicial da proposta, os alunos responderam os questionários, leram as respostas e o professor anotou na lousa as respostas e exemplos. Era comum um aluno querer corrigir o outro e perguntar ao professor quem estava correto, porém não era ainda o momento de dar respostas. Esse momento de discussão entre eles já era previsto. No 9.º B um grupo de quatro alunos se mostrou desatento, disperso e foi questionado pelo professor, a fim de que todos participassem. Eles disseram que não sabiam e foram respeitados naquele momento.

Passada essa parte, iniciou-se a cena. Os alunos foram escolhidos, foram feitas as combinações, o professor arrumou o pequeno cenário no centro da roda,

apenas os alunos escolhidos para interpretar os personagens sabiam o que iria acontecer, o que gerou expectativa e apreensão por parte da turma. No 9.ºB, na primeira cena, os alunos que deveriam interpretar os personagens não colaboraram, pois riam demasiadamente e não conseguiam parar. Dois alunos foram trocados e, após conversa com a turma, finalmente foi possível iniciar a proposta. Na outra sala, 9.ºA, houve um início com risos nervosos, mas logo todos se envolveram e a proposta fluiu sem grandes problemas. Após a cena sem movimentos, combinada previamente, alguns alunos que assistiam mencionavam a intenção de tirar foto, questionavam-se entre eles o que iria acontecer. O professor aproveitou a euforia e perguntou o que eles viam e foi direcionando, por meio de outras perguntas, a observação de todos.

As respostas foram anotadas na lousa rapidamente. Os alunos da cena saíram da pose combinada e o professor continuou reelaborando as respostas dadas pela turma na lousa. Feito isso, foi dada continuidade, agora com o desenvolvimento da sequência combinada. Essa parte provocou risadas, comentários espontâneos, opiniões sobre a atitude dos personagens. Nas duas salas ela foi feita pelo menos quatro vezes, uma serviu para os alunos conhecerem a pequena história e as outras para observarem com atenção. As turmas foram questionadas a respeito do que aconteceu e sobre o que acontecia no momento em que assistiam. Na terceira vez, a pedido do professor, os alunos congelaram a cena assim que o talher caiu no chão e foram questionados sobre o que iria acontecer em seguida. Algumas falas foram anotadas. Depois foram reelaboradas com calma com a ajuda de todos.

A lousa ficou dividida em duas partes, uma com informações coletadas da primeira cena, e a outra com as da segunda cena. Um aluno ficou responsável em anotar as informações em um papel e entregar ao professor para que fosse retomado na outra aula. Assim encerrou-se o primeiro dia de atividade. Foram trabalhadas as etapas de 1 a 4.

No segundo dia de atividade, a aula começou com a reflexão acerca das anotações sobre as cenas. Realizamos essa reflexão por meio de uma aula expositiva dialogada, pois, após os alunos concluírem em que cenas utilizaram mais substantivos e adjetivos do que verbos, o professor falou brevemente sobre o conceito de estático e dinâmico. Nessa etapa foram discutidas as funções dos substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, e suas características semânticas,

morfológicas e sintáticas, utilizando os exemplos extraídos da fala dos alunos: “O casal chegou apressadamente ao restaurante”; “Os dois mexeram no celular”; “Eles não conversaram”; “O garçom observa”; “Ela está comendo”; “O garfo caiu no chão”; “O prato está vazio”; “O garçom é louco”; “Ela ficou nervosa”; “O garçom serviu o casal”; “O restaurante é sujo”.

Feita essa reflexão, os alunos colaboraram com a construção do texto coletivo que recuperasse a narrativa apresentada. Após a escrita do texto, o professor chamou a atenção para outras classes de palavras, omitindo, apagando algumas palavras para que os alunos percebessem a importância delas no texto: preposição, conjunção, pronome, artigo, numeral e interjeição. Essa parte foi menos dinâmica que a do dia anterior, entretanto foi importante para os alunos perceberem o uso dos termos gramaticais no contexto de produção textual.

A última aula iniciou-se na etapa 7. As carteiras foram afastadas e o espaço ficou livre. Os alunos foram divididos em dois grandes grupos, dez alunos em cada grupo em lados opostos da sala de aula. O professor, primeiramente, colou os termos nas costas dos alunos que carregariam os termos e depois colou as definições dos termos no outro grupo. Ao sinal do professor, os alunos começaram a circular para procurar o par correspondente. Nessa primeira rodada, não havia recurso ao conhecimento prévio, mas apenas à sorte mesmo. Só a partir da segunda rodada é que os alunos começaram a relacionar melhor termo e conceito, pois essa dinâmica seguiu um pouco a lógica do tradicional jogo da memória, a diferença é que os alunos representaram as peças do jogo. Nas duas salas, foi bem divertido. Conforme os pares eram formados corretamente, a dupla saía do jogo até que todos os pares se formassem.

Após essa etapa, foi formada uma roda de conversa para que todos pudessem falar a respeito da experiência. Nenhum dos alunos reclamou da proposta, todos aprovaram a ideia, gostaram daquilo que vivenciaram, sentiram-se parte da aula, enfim, deram um retorno positivo. O professor apresentou a origem dos termos baseado nos estudos de Neves (2011).

Oralmente, os alunos retomaram os termos e seus conceitos. O professor falava uma palavra-chave ou expressão-síntese de cada definição por vez, e escolhia um aluno para dizer que termo correspondia àquela definição. Nas duas turmas, todos participaram, os erros foram mínimos e os próprios colegas se encarregavam de ajudar os que apresentavam dificuldades.

Destacamos que, devido à exiguidade do tempo e aos conteúdos do 9.º ano (orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais), a intenção da intervenção didática foi a de possibilitar uma revisão do conteúdo que já deveria ter sido adquirido, ainda que pudessem apresentar dificuldades.

Temos a sugestão de que, em séries anteriores, os professores promovessem intervenções que aliassem à descrição semântica das classes, suas características morfológicas e sintáticas, pois, tal como demonstramos na análise, estas são pouco exploradas nos livros didáticos e sua ausência impede o pleno entendimento por parte dos alunos.

Por fim, devemos enfatizar que esta proposta teve como objetivo e priorizou o trabalho com a terminologia gramatical de maneira mais explícita, por isso a ênfase nos termos e conceitos. Em outros momentos e em séries anteriores, entretanto, é muito pertinente e relevante que se desenvolvam intervenções com as palavras em uso em discursos reais, chamando a atenção para os aspectos morfológicos, sintáticos e discursivos que as classes de palavras encerram, de modo a mostrar aos alunos que o texto é construído por diferentes palavras, com funções diversas, e que essas palavras estão sujeitas à gramática da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o intuito de discutir, à luz da Terminologia e do Ensino, a Nomenclatura Gramatical Brasileira aplicada ao trabalho com Língua Portuguesa no ensino fundamental II. Tradicionalmente, as nomenclaturas funcionam como uma normatização das designações de conceitos de determinadas áreas do conhecimento. Atualmente, o termo “terminologia” também abrange o sentido de “conjunto de termos”. A NGB é um conjunto de termos gramaticais organizados para normatizar as denominações. Por ser comum o uso cotidiano dessa linguagem em situações de aprendizagem da língua portuguesa na escola, muitos professores e especialistas não se apercebem de que a NGB é uma terminologia.

Sendo ela uma terminologia, é de extrema importância ser vista como tal. Assim, este trabalho buscou embasamento na Teoria Comunicativa da Terminologia para pensar na NGB sob a perspectiva do uso, uma vez que ela está nos textos didáticos usados pelos alunos, como mostramos, e é usada no cotidiano em sala de aula. Assim, os termos escolhidos para análise são termos que estão inseridos no contexto escolar dos estudantes, em situações de comunicação didáticas, escritas ou faladas. A grande questão era averiguar o que os alunos sabem sobre os conceitos veiculados por esses termos. O objetivo principal da pesquisa foi, então, o de responder a esta questão: como os alunos do 9.º ano do ensino fundamental compreendem a terminologia gramatical da Língua Portuguesa?

Antes de responder a esta pergunta, a pesquisa buscou apresentar os conceitos básicos da Terminologia com vistas a aproximar seus estudos do ensino, trazendo a perspectiva terminológica para auxiliar nas reflexões sobre essa questão. Depois buscou a origem e a implementação da NGB, de modo que ficou constatado que ela foi criada para atender ao clamor de professores e especialistas, da época, que se preocupavam com a diversificação de denominações para um mesmo conceito gramatical. Era de extrema importância unificar essas denominações para evitar a profusão de termos que levavam a uma verdadeira confusão, a um caos terminológico. Consequentemente, essa situação atrapalhava a organização do ensino e dos materiais didáticos da língua. A preocupação da época era tão somente com a unificação da nomenclatura, e não dos conceitos.

Em seguida, o trabalho foi buscar a origem dos termos escolhidos para o estudo, os termos referentes às classes de palavras. Descobrimos que alguns desses termos, ainda hoje, mantêm as noções etimológicas. Verificamos, ainda, que os gregos abarcavam as classes dos nomes em um mesmo conjunto: substantivo, adjetivo, numeral e pronome. A classe das interjeições não aparecia nos estoicos gregos.

Após esse estudo, discutimos a terminologia utilizada no ensino fundamental II. Primeiramente, buscamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais entender a proposta de prática de ensino em atividades metalinguísticas e concluímos que não há recomendação para não se trabalhar com a terminologia da língua, como muitos ainda acreditam. O documento deixa claro que essa terminologia deve ser utilizada, desde que não seja tida como fim, mas como meio, como instrumento de facilitação na comunicação, na interação em sala de aula.

Ainda nesse capítulo, analisamos os conceitos presentes nas gramáticas e notamos uma diversificação nas definições de uma gramática para outra. Não há um padrão nas definições, elas são amplas; também alguns conceitos, como os de artigo, pronome e interjeição, não são idênticos em todas as gramáticas. Além disso, em sua maioria, as gramáticas não dialogam com o aluno, privilegiam uma linguagem rebuscada, com escolhas lexicais mais elaboradas. Dentre as obras analisadas, apenas a gramática de Ataliba Teixeira de Castilho e Vanda Maria Elias busca interagir com o aluno, contudo não consideram a classe dos numerais como as outras, nem a das interjeições. Pela linguagem e pela proposta mais didática, talvez pudesse ser adotada nas escolas. A maioria das gramáticas dialoga mais com especialistas do que com alunos e professores.

Posteriormente, analisamos os mesmos conceitos nos livros didáticos e ficamos evidenciados os seguintes pontos: as definições sempre aparecem em caixas de textos, geralmente coloridas, com destaques gráficos para os termos e partes relevantes das definições. Algumas acrescentam exemplos à definição. Tal qual ocorre com as gramáticas, os livros didáticos também apresentam diversificação na apresentação dos conceitos, com a diferença de que as definições dos livros são mais parecidas de um livro didático para o outro do que as das gramáticas de uma para outra obra. Apesar disso, os livros didáticos também não apresentam um padrão nas definições, e o que se percebe é que as definições presentes neles são as mesmas encontradas nas gramáticas mais tradicionais.

Após essas constatações, cumpridas essas etapas, e após aplicação dos questionários que buscou verificar a relação dos estudantes com essa terminologia, foi possível concluirmos que os termos referentes às classes abertas: substantivo, adjetivo e verbo foram os que mais apresentaram definições e exemplos mais escolares, contudo o termo advérbio apresentou poucas definições. Já o termo, de classe fechada, numeral apresentou número razoável de definições e exemplos. Os termos das classes fechadas, artigo, pronome, preposição e conjunção, foram os que mais apresentaram ausência de definição e maior dificuldade também para a exemplificação. Para o termo interjeição nenhum dos alunos apresentou definição. É também o termo que aparece em apenas uma das coleções de livros didáticos. Apesar de essa terminologia ser utilizada ao longo dos anos escolares, no geral, os alunos ainda apresentam dificuldade com ela, alguns termos ainda soam como algo estranho. Demonstramos também em nossa análise o estranhamento de alguns alunos frente a essa terminologia, buscando aproximações semânticas com palavras já conhecidas.

A hipótese da pesquisa se confirma. Essa terminologia é pouco assimilada porque é pouco discutida do ponto de vista didático e pedagógico. Prova disso é a pequena quantidade de trabalhos acadêmicos que abordam essa temática, tendo como foco o aluno. Os materiais destinados aos estudantes apresentam definições, por vezes, precárias e grande diversificação de conceitos, portanto não dá para responsabilizar os estudantes pela pouca familiaridade com esses termos. A falsa ideia de que somente os professores devem conhecer essa terminologia, e que os alunos podem ser ensinados sem que se use a denominação dos conceitos, atrapalha a produção de materiais didáticos e prejudica os alunos e o trabalho em sala de aula. Os professores também sofrem com essa ausência de materiais e propostas didáticas que se proponham a facilitar o uso da terminologia gramatical em sala de aula.

Pensando nisso, este trabalho trouxe uma pequena experiência didática, a fim de contribuir com ideias e sugestões de prática de ensino. É importante os professores ficarem atentos a uma transposição didática adequada e se certificarem se as turmas, de fato, compreendem aquilo que está sendo comunicado em sala de aula.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira na sala de aula carece de atenção por parte dos especialistas da língua, principalmente, sob um ponto de vista escolar. Há

muitas obras lexicográficas voltadas às questões da língua portuguesa, mas não há nenhum dicionário de terminologia gramatical, ou terminologia linguística, pensado para estudantes e professores da educação básica. Se antes da implementação da NGB a preocupação era em unificar as denominações, deixando de fora os conceitos, hoje é urgente se pensar na organização e sistematização desses conceitos em obras voltadas ao público escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 46º ed. São Paulo: Saraiva 2009.
- ARAÚJO, M. Que interesse tem a Terminologia para os estudiosos da linguagem? In: *Atas da III Semana de Filologia na USP*. São Paulo: FFLCH, 2010.
- BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BARBOSA, N. S. S. *Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: CADES, 1962.
- BECHARA, E. *A Moderna Gramática do Português*. 37º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística*, São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- BRASIL. MEC. *Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Cades, 1957.
- _____. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- BRITO L. P. L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: A. L. B.; São Paulo: Mercado de Letras, 1997.
- BURGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera Lúcia de Carvalho. *Projeto Teláris: Português*. 4v. 6º ao 9º ano. São Paulo: Ática, 2012.
- CABRÉ. M. T. *La terminologia. Representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.
- _____. *La terminologia. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries, 1993.
- CAIPIMES. Disponível em <http://www.caipimes.com.br/>. Acesso em 20/10/2015
- CÂMARA JR., J. M. *A classificação dos vocábulos formais*. In: *Estrutura da Língua portuguesa*. 32ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____. *Princípios de Linguística Geral*. 4º ed. Rio de Janeiro: Acadêmica 1964.
- CASTILHO, Ataliba T. de & ELIAS, Vanda Maria. *Pequena Gramática do Português Brasileiro*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48º ed. São Paulo: Nacional, 2008.

CEREJA, Willian Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português Linguagens*. 4v. 6º ao 9º ano. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHEDIAK, A. J. (Org.). *A Elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DELMANTO, Dileta & CARVALHO, Lais. B. de. *Jornadas. Port.* 4v. 6º ao 9º ano. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo gramática?* Carlos Franchi; [com] Esmeralda Vailati Negrão e Ana Lúcia Müller. – São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GERALDI, João W. (Org.). *O texto na sala de aula*. 4º ed. São Paulo: Ática, 2006 [1984].

_____. *Portos de passagem*. 4º Ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003 [1991]
HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 50 anos depois. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. *Terminologia Gramatical e Ensino: novos tempos, velhos problemas*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, v. 6, p. 55-69, 2009.

_____. *Terminologia Gramatical, Ensino e Concursos Vestibulares: o tempora, o mores!*. In: VALENTE A. C.; PEREIRA, M. T. G.. (Org.). *Língua Portuguesa: descrição e ensino*. 1ed. São Paulo: Parábola, 2011, v, p. 107-122.

_____. *Terminologia Gramatical e Ensino: novos tempos, velhos problemas*. In: *Anais do XV Congresso da ASSEL-Rio*. Rio de Janeiro: UFRJ & ASSEL-Rio, 2009. p. 1-15.

IBAM. Disponível em <http://www.ibam.org.br/>. Acesso em 20/10/2015

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia. Teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCHETTI Gretta; STRECKER, Heidi. CLETO Mirella L. *Para Viver Juntos: Português*. 4v. 6º ao 9º ano. São Paulo: Edições SM, 2012.

MICHAELIS. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 01/10/2015.

NASCENTES, A. *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1946.

NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.

_____. *O legado grego na terminologia gramatical brasileira*, Araraquara: Alfa, v.55, n.2, p.641-664, 2011.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2001.

SÃO CAETANO DO SUL. *Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental*. São Caetano do Sul: Editora Cecapec, 2013.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. São Caetano do Sul: Editora Cecapec, 2013.

TAVARES, Rosemeire Aparecida Alves & CONSELVAN, Tatiane Brugnerotto. *Vontade de Saber Português*. 4v. 6º ao 9º ano. São Paulo: FTD, 2012.

VIGOTSKI, L. V. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Pensamento e Linguagem*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. Revisão técnica José Cipolla Neto. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VUNESP. Disponível em <https://www.vunesp.com.br/>. Acesso em 20/10/2015.

APÊNDICE



Escola Municipal de Ensino Fundamental "Prof. Eda Mantoanelli"



Aluno(a): _____ **9º ano** _____

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia

Sintaxe

Classes de palavras

Substantivo

Artigo

Adjetivo

Numeral

Pronome

Verbo

Advérbio

Preposição

Conjunção

Interjeição

Categorias gramaticais

Gênero

Número

Grau

Pessoa

Voz

Modo

Tempo

Funções sintáticas

Sujeito

Predicado

Predicativo do sujeito

Predicativo do objeto

Verbo de ligação

Verbo intransitivo

Verbo transitivo direto

Verbo transitivo indireto

Objeto direto

Objeto indireto

Complemento nominal

Adjunto adnominal

Aposto

Vocativo

ANEXOS

 Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Profa. Eda Mantoanelli" 

Aluno(a): 9º ano A

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia
Não sei

Sintaxe
Não sei

Classes de palavras

Substantivo
substantivo são pessoas, animais, objetos

Artigo
a, os, as

Adjetivo
adjetivo é um complementar do substantivo

Numeral
Não sei

Pronome
Não sei

Verbo
Não sei a definição = eu estava ^{verbo} jogando bola

Advérbio
Não sei

Preposição

nao sei

Conjunção

conjunto de palavras que contem na frase

Interjeição

nao sei

Categorias gramaticais

Gênero

nao sei

Número

nao sei

Grau.

nao sei

Pessoa.

Eu, tu, ^{ele} ~~ela~~, nos, vos, eles

Voz.

nao sei

Modo.

nao sei

Tempo

é a passada, preterita, futura

Funções sintáticas

Sujeito

sujeito é a pessoa que faz a ação ou a qual se refere na frase



Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Profa. Eda Mantoanelli"



Aluno(a):

9º ano A

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia

É o estudo das classes das palavras na língua.

Sintaxe

É o estudo das funções das palavras na língua.

Classes de palavras

Substantivo

É o que classifica, "do nome" as coisas, pessoas, lugares.

Artigo

É o que define, de certa maneira, o substantivo. Ex: O.

Adjetivo

É o que dá uma qualidade a um substantivo. Ex: bonito.

Numeral

É o que expressa quantidade de um substantivo. Ex: duas pessoas.

Pronome

É o que substitui um substantivo, geralmente para evitar repetição. Ex: ele.

Verbo

É o que expressa uma ação ou um estado. Ex: correr.

Advérbio

É o que complementa o verbo. Ex: rápido.

Preposição

É a que "liga" duas palavras. Ex: de.

Conjunção

N/S

Interjeição

N/S

Categorias gramaticais

Género

N/S

Número

É a que se refere a pergunta "quanto?".

Grau.

N/S

Pessoa.

N/S

Voz.

N/S

Modo.

É a que se refere a pergunta "como?". Ex: rápido

Tempo

É a que se refere a pergunta "quando?". Ex: Ontem

Funções sintáticas

Sujeito

É aquele que pratica a ação, aquele que se refere ao predicado.

Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Profa. Eda Mantoanelli"

Aluno(a): 9º ano A

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia

Não sei

Sintaxe

Não sei

Classes de palavras

Substantivo

é quando se dá nome a alguém ou alguma coisa

Artigo

O matheus está ~~na~~ ^{em} parlaria antiga

Adjetivo

Não lembro

Numeral

Não os números

Pronome

Não lembro

Verbo

Ação

Advérbio

Não lembro

Preposição

Não lembro

Conjunção

É o conjunto de pessoas ou coisas

Interjeição

Não sei

Categorias gramaticais

Gênero

É a classe do texto ou história (terror, comédia, etc.)

Número

É a quantidade

Grau.

Tamanho ou volume

Pessoa.

Classificação da pessoa

Voz.

É quem está narrando ou falando

Modo.

É como fez a ação

Tempo

É o estado da ação

Funções sintáticas

Sujeito

É a pessoa ou coisa que fez a ação



Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Profa. Eda Mantoanelli"



Aluno(a)

9º ano 3

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia

N.S.

Sintaxe

N.S.

Classes de palavras

Substantivo

Ex.: Canoa, carne, vento

Artigo

Ex.: O, a

Adjetivo

Ex.: Bonita, ridículo, alto, magro

Numeral

Ex.: Um, dois, três

Pronome

Ex.: Eu, tu, nós

Verbo

É a palavra que indica a ação Ex.: ajudar, comer, beber

Advérbio

N.S.

Preposição NS

Conjunção NS

Interjeição NS

Categorias gramaticais

Gênero NS

Número NS

Grau. NS

Pessoa. NS

Voz. NS

Modo.

Ex.: Demora rápido

Tempo

Ex.: Ontem, hoje, amanhã

Funções sintáticas

Sujeito

Ex.: 10 cachorros


Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Profa. Eda Mantoanelli"


Aluno(a): 9º ano B

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia
NS
NS

Sintaxe
NS

Classes de palavras

Substantivo
palavra que dá nome a algum objeto (Miguel, etc.)

Artigo
NS

Adjetivo
Qualidades de um objeto ou pessoa (Bonita, etc.)

Numeral
sequência de números (1, 2, 3, 4)

Pronome
palavra depois do nome

Verbo
palavras que indicam ação

Advérbio
palavra que complementa o verbo

Preposição

NS

Conjunção

NS

Interjeição

Categorias gramaticais

Gênero

NS

Número

NS

Grau.

NS

Pessoa.

NS

Voz.

NS

Modo.

NS

Tempo

NS

Funções sintáticas

Sujeito

É a pessoa que fez a ação



Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Profa. Eda Mantoanelli"



Aluno(a):

9º ano 9ºB

Abaixo, encontram-se alguns termos da nomenclatura gramatical da Língua Portuguesa. Escreva, no espaço reservado, as definições de cada um desses termos conforme você os entende. Responda pensando na seguinte pergunta: "o que é...?".

Morfologia

NS

Sintaxe

NS

Classes de palavras

Substantivo

É aquilo que faz a ação. Ex: menino

Artigo

Especificam o substantivo, mostra que não é qualquer um. Ex: O, A.

Adjetivo

É que dá qualidade. Ex: bonito

Numeral

Indica quantidade. Ex: Um, Dois

Pronome

NS

Verbo

É a ação do substantivo, é aquela coisa que faz, fazem esta coisa. Ex: Voa

Advérbio

NS

Preposição

N.S.

Conjunção

N.S.

Interjeição

N.S.

Categorias gramaticais

Gênero

N.S.

Número

N.S.

Grau.

N.S.

Pessoa.

N.S.

Voz.

N.S.

Modo.

N.S.

Tempo

N.S.

Funções sintáticas

Sujeito

N.S.